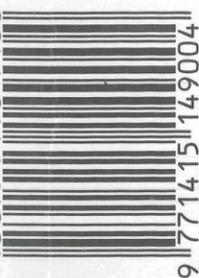


5

0.5



**Luiz Alberto  
Gómez de Souza**  
Eleições,  
mitos e lições

**José Nun**  
Eleições  
e democracia:  
variações  
e contraponto

# DEMOCRACIA VIVA

MARÇO DE 1999

**2000 ou 2001**

Rumo ao novo  
milênio: desafios  
e perspectivas - *Frei Betto*

Sexo, mentiras  
e Internet - *Joel Birman*

**Entrevista**

Dom Mauro  
Morelli: a opção  
pela cidadania



EDITORA MODERNA

**iBase**  
Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Econômicos

# Democracia Viva

Nº 5 março 1999



EDITORA MODERNA

**iB**etinho  
**Base**

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**IBASE - Instituto Brasileiro de Análises  
Sociais e Econômicas**

Rua Visconde de Ouro Preto 5/ 7º andar  
Botafogo - Rio de Janeiro/RJ  
22250-180  
Tel: (021) 553-0676 e 552-8849  
Fax: (021) 552-8796  
E-mail: [ibase@ax.apc.org](mailto:ibase@ax.apc.org)

---

**Conselho Curador do IBASE**

**Presidente**

Regina Célia Reyes Novaes

**Vice-Presidente**

João Guerra de Castro Monteiro

**Primeiro Secretário**

Nadia Maria Rebouças de Carvalho

**Segundo Secretário**

Moacir Gracindo Soares Palmeira

**Terceiro Secretário**

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira

---

**Diretores Executivos**

Cândido Grzybowski  
Jaime Hugo Patalano

---

**Democracia Viva**

**Diretor Responsável**  
Cândido Grzybowski

**Conselho Editorial**  
Alcione Araújo  
Cândido Grzybowski  
Carlos Alberto Plastino  
Clara de Góes  
Pascoal Soto  
Regina Reyes Novaes  
Regina Zappa

**Assistentes Editoriais**  
Lourdes M. C. Grzybowski  
Maria Nakano

**Jornalista Responsável**  
Tania Pacheco

**Revisão**  
Kathia Ferreira

**Fotos da Entrevista**  
Jaciera Grzybowski

**Projeto Gráfico**  
Cecilia Leal

**Capa e Diagramação**  
Mais Programação Visual  
Tels. 533-3231, 220-0215  
e-mail: [maispv@unikey.com.br](mailto:maispv@unikey.com.br)

**Produção**  
Papel Sem Fim Ltda. ME  
Tel: (021) 285-5265  
e-mail: [lou@ax.apc.org](mailto:lou@ax.apc.org)

**Distribuição**  
Editora Moderna  
Rua Padre Adelino, 758  
CEP 03303-904  
Tel: (011) 291-4811  
Fax: (011) 608-3055  
Pedidos: 0800-172002

**Tiragem**  
3000

editorial

CÁNDIDO GRZYBOWSKI

artigo

*Eleições, mitos e lições*

LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA

*Enxugar, desmontar, refundar: contradições e impasses nas reformas do Estado*

CÁNDIDO GRZYBOWSKI

*Um "New Deal" para o Brasil*

FLÁVIO LIMONCIC

*Rumo ao novo milênio: desafios e perspectivas*

FREI BETTO

*Sexo, mentiras e Internet*

JOEL BIRMAN

*Eleições e democracia: variações em contraponto*

JOSÉ NUN

*Peru: eleições e crise de partidos*

SANTLAGO PEDRAGLIO

*Argélia, campo de batalha da diversidade*

SONLA KAFI

galeria

*Direitos Humanos*

entrevista

*Dom Mauro Morelli: a opção pela cidadania*

em destaque

*Mídia: o desafio de conciliar mercado e ética*

CARLA RODRIGUES

*Mulheres recicladoras: um fugaz convite à vida!*

NILTON BUENO FISCHER

*Cultivos transgênicos e cidadania*

BEATRIZ M. A. DE HEREDIA

resenhas

Joan Jara. *Canção inacabada: a vida e a obra de Victor Jara*

TANIA PACHECO

José Arbex Jr. e Maria Helena Senise. *Cinco séculos de Brasil*

JOSÉ MINDLIN

Ceci Vieira Juruá (org.). *Estado, economia pública e regulação*

CELINA VIEIRA

## *A nossa revista, Democracia Viva,*

se pauta pela preocupação de estar colada nas questões e debates contemporâneos. Quer ser um pensar a ação humana e para a ação. Não nega a sua intencionalidade, seu engajamento. Visa intervir e participar, alargando as possibilidades contidas nas situações históricas que vivemos, rompendo barreiras que limitam a prática da liberdade, da igualdade e da solidariedade. É um convite à ousadia em pensar o que se passa aqui e no mundo, condição para a radicalização da própria democracia.

Um sonho que move multidões, rompendo fronteiras nacionais e culturais, é uma sociedade cujo princípio fundante sejam os direitos humanos. Independentemente de sua formulação jurídica e do respeito maior ou menor nas diferentes situações, o certo é que uma das conquistas político-culturais do século XX, que está acabando, é a produção de uma comum referência na humanidade em termos de direitos humanos. A importância prática disto pode ser medida pelo debate que suscita no mundo inteiro o caso Pinochet. Uma peça fundamental nesse desejo difuso é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. *Democracia Viva* celebra os 50 anos da declaração com poesia e cor, emoção e alegria. A democracia que sonhamos tem um quê disso tudo.

Mas 1999 repõe na ordem do dia a necessidade de ir mais fundo na reflexão político-institucional da democracia que temos. No Brasil, a nossa tenra democracia se defronta com dupla experiência: um governo reeleito e, mal empossado, uma crise de dimensões ainda imprevisíveis. Na verdade, as reformas que vinham sendo empreendidas, no marco do pensamento único que não admite alternativas, trouxe de roldão também a reeleição. O mesmo ocorreu na Argentina e no Peru.

Neste número da revista aceitamos o desafio de pensar o que isso significa, para onde isso nos leva. Não há como negar o impasse que se coloca, como se a tenra democracia no Brasil e no continente sul-americano tivesse envelhecido rapidamente, resgatando práticas que podem levar a uma espécie de usurpação da cidadania política. A crise econômico-financeira, que do Brasil se alastra como lava vulcânica sobre o Mercosul e outros países, mostra o impasse político de forma mais contundente.

O momento é de ter coragem para repensar o caminho e repor as coisas no lugar, sem golpismos. Precisamos acreditar nas potencialidades da cidadania ativa, na mobilização e na afirmação da diversidade de sujeitos, para empurrar o país adiante. Nesse sentido, a experiência de um grande lutador, Dom Mauro Morelli, a partir da sua Igreja, no cotidiano com o povo pobre das periferias urbanas, pode nos dar alguma luz.

Nesse contexto, é oportuno pensar na dramática experiência de outros povos, nossos contemporâneos. Experiência preñe de possibilidades. A leitura do que se passa na Argélia, tão diferente do Brasil, faz ao menos desejar que se forje uma vontade política de mudanças democráticas. Aliás, é do que precisamos.

Com este número queremos iniciar uma nova reflexão. O ano de 1999 tem algo simbólico de fim que aponta para sonhos de poder ser diferente no novo milênio. Não é pretensão da revista entrar na controvérsia se o milênio começa em 1º de janeiro de 2000 ou 2001. Para a *Democracia Viva* importa muito o que sentem as pessoas. E está no ar um clima de desafoço e de esperança. Mergulhando nesse caldeirão cultural, pedimos a diferentes analistas e ativistas, com diversas práticas profissionais e políticas, que nos tragam aquilo que a partir de suas áreas e de suas experiências constitui o desafio novo. O que brota da existência humana como nova temática, como perspectiva a exigir nova reflexão? Como buscar novos sentidos e significados dessa maravilhosa experiência de viver hoje, nesta virada, no meio dos turbilhões que nos desestabilizam? Por favor, caro leitor, ajude-nos neste caminho apontando pistas, sugerindo nomes, lembrando debates!

***Cândido Grzybowski***

# Eleições, mitos e lições

**Luiz Alberto  
Gómez de  
Souza**

*Sociólogo,  
diretor do CERES e  
ex-funcionário da  
Nações Unidas*

No início, duas observações aparentemente contraditórias. Para todos os que vivemos os pesadelos de 1964 e o período sinistro das ditaduras latino-americanas dos anos 70, tudo o que significa funcionamento das chamadas tradições democrático-liberais, com partidos políticos, eleições, Congresso aberto, é um alívio e sinal de tranquilidade. Que não voltem mais aqueles tempos de medo e de insegurança, de impunidades e de corrupção sem freios. Às vezes ouvimos num táxi, numa esquina, uma frase que nos faz estremecer: “No tempo dos militares não havia isso...” Como não, cara pálida? Fraca memória. Havia isso e muito mais, sem limites ou possibilidade de denúncia.

Quando escutamos os cinismos babosos dos delfins netos da vida, destilando veneno e criticando o presente, não podemos esquecer que com ele e seus comparsas começaram boa parte das mazelas de hoje. “Às favas com os escrúpulos”, disse o ministro Jarbas Passarinho no dia do AI-5, ele que andou desarrumando a educação e o trabalho, com a total falta desses mesmos escrúpulos, ainda que queira hoje posar de varão de Plutarco para um público de desmemoriados.

Por outro lado, ouvindo um coro de cronistas políticos pouco sérios, discorrendo à ligeira sobre eleições e costuras de ministérios, baixa um cansaço enorme e uma vontade de dizer basta às tolices proclamadas com solenidade. Faz-se necessário desmistificar a importância das eleições, tirando-lhes um certo caráter de centralidade histórica, como se a vida do país ficasse suspensa por um fio, em função de seus resultados.

Antes das eleições de 94, Betinho escreveu um artigo da maior lucidez. Seu título, *Opção pela sociedade*. Lembro que causou irritação nas hostes da esquerda ortodoxa, que já ia envelhecendo a olhos vistos. Ali ele dizia coisas tão simples e de bom senso como o seguinte: uma eleição presidencial devia ser relativizada e, apesar de sua importância, os destinos de um país não dependiam só dela. Para Betinho, as grandes linhas da História passavam pela sociedade em seu conjunto, pela sociedade civil e sua construção diária de uma democracia de participação. E indicavam que ele, como vários de nós, tinha optado por um compromisso político não partidário, a serviço dos movimentos e

das grandes correntes sociais.

Comentando essa posição, eu escrevia tempos depois que as grandes alternativas abertas para o país não poderiam encolher-se numa eleição presidencial. E, prevendo a incompreensão dos editores, redigi um p.s. no fim do artigo: "Não faltará algum revisor quadrado que corrigirá encolher por escolher." Não deu outra. O tal de revisor fez exatamente o que eu temia. A coisa é mesmo esta: não podemos encolher, *empequenecer* a história, na crônica menor acerca de eleger um presidente por uns poucos anos, ou reelegê-lo por outros anos mais, para fazer tão pouco ou cometer tantos desacertos.

*Aliás, a impressão que temos não é de viver num regime presidencialista, mas numa monarquia, onde as crônicas mundanas contam a história miúda e desimportante da corte, o despertar mal-humorado do rei e o desfile dos favoritos que gozam de sua intimidade.*

Temos diante de nós, no momento em que rabisco estas notas, a melancólica experiência do parto de um ministério cozinhado, barganhado, num loteamento absurdo de fraquezas expostas, dando resultados pífios e tristes. E tudo isso ocupa as duas ou três primeiras páginas dos jornais e os editoriais sisudos e vazios. Muito pouco sobre os grandes acontecimentos sociais de um país que se organiza e resiste diante das receitas da entrega e do abandono. Aliás, a impressão que temos não é de viver num regime presidencialista, mas numa monarquia, onde as crônicas mundanas contam a história miúda e desimportante da corte, o despertar mal-humorado do rei e o desfile dos favoritos que gozam de sua intimidade.

Tentando buscar inspiração para este artigo sobre as eleições de 98, fui reler o que preparei para a revista anterior do IBASE, ao qual dei o título de *A eleição de 1994 e alguns possíveis ensinamentos*. Fiquei admirado de como, do ponto de vista político, a situação parece con-

tinuar quase inalterada. Minha primeira observação era, naquela ocasião: quem ganhou não foi tanto FHC quanto o Plano Real. E a segunda: Lula perdeu, o PT ganhou (porque cresceu e, além disso, não recebeu o presente de grego de ter de administrar a política econômica imposta pelos compromissos internacionais). Esta nova eleição, com os mesmos dois primeiros candidatos, teve um sabor de requentado sem muitas novidades. Aliás, o contraste entre esses dois momentos já tinha sido enorme em relação a 1989 e o clima do "sem medo de ser feliz". Retomo a seguir alguns pontos do artigo anterior, atualizando-o aqui e ali.

Nos resultados eleitorais de antes e de agora, creio que podemos descobrir uma certa sabedoria popular. Se em 94 foi o plano econômico que mereceu o apoio, agora, diante da gravidade da crise, com estagnação, desemprego, salários congelados e fuga de capitais, a posição parece ter sido mais ou menos a seguinte: que tirem as castanhas do fogo aqueles que armaram todo esse desastre. Os culpados que descasquem o abacaxi. Aliás, eles é que possuem os contatos rápidos com seus amos e senhores imperiais, com quem estabeleceram linha direta Brasília-Washington. Para fazer o mesmo, mantenha-se o time em campo, já que não se vê maneira de mudar no meio do jogo.

Além do mais, tratando de conhecer os programas dos outros candidatos, não se encontravam propostas alternativas claras. O terrível das medidas econômicas dos pacotes amarrados é que, uma vez tomadas, condicionam as saídas ou tornam quase impossíveis outros caminhos, pelo menos no curto prazo e sem uma certa ousadia ou sem correr riscos de contrariar fortes interesses. Essas medidas econômicas vão colocando armadilhas mortais para seus autores e, principalmente, para quem quiser reorientações de rumo.

É claro que é possível escapar delas, mas isso exige rever algumas das regras de jogo e questionar a governabilidade reinante. Forças hostis às mudanças estarão prontas para dar o bote golpista ou mobilizar apoios internacionais desestabilizadores. Quem viveu o Chile do começo dos 70 sabe muito bem disso, e os

documentos liberados nos Estados Unidos nos últimos meses ilustram bem o que quero dizer. Os setores dominantes fazem da governabilidade um corredor estreito com parâmetros quase asfixiantes.

No que se refere a Lula, eu dizia, no artigo anterior, que no primeiro turno de 1989 ele tivera 16,08% dos votos e, em 94, cerca de 25%, ou, para ser mais exato, 27,04%. Nesta última eleição, Lula cresceu para 31,71%. Chegou a praticamente um terço do eleitorado, o que corresponde ao limite dos votos de esquerda em tantos países. A esquerda ganha quando há três candidatos (caso do Chile com Allende, cerca de um terço para cada um), ou quando se alia com o centro.

No Brasil, a aliança vitoriosa foi do centro com a direita. Ou, na frase feliz de Cândido

*Tirando o caso de Brasília, capital, pobre vitrina de uma política claudicante, o segundo turno mostrou uma profunda sabedoria do eleitorado, que soube fazer um fino discernimento.*

Mendes, deu-se a disputa da esquerda com a canhota da direita. O que o PT nunca valorizou suficientemente foi que, desde 89, num país de elites atrasadas e ainda com ressaibos de cultura escravagista, seu candidato, um operário nordestino, quase ganhou as eleições. O que não deixa de ser, até certo ponto, uma vitória. É claro, para quem aposta apenas em chegar ao poder, é um fraco consolo. Mas, para quem quiser descobrir tendências históricas, pode ser um grande passo...

E o PT? Seguiu seu caminho, como um dos poucos e, de certa maneira, o único partido estruturado em moldes de organização moderna e orgânica, apesar de ainda estar povoado por minorias atrasadas e ideológicas. Em eleições anteriores, começou a experiência das prefeituras populares, com notáveis resultados na eficiência e na criatividade, com práticas novas de orçamento participativo, em saúde

ou educação. Botou por terra a idéia de que a direita era competente e a esquerda especialista em declarações.

A direita vai desfiando seus fisiologismos e a esquerda, aqui e ali, demonstra que sabe governar com seriedade profissional, apesar do mal-estar que isso provoca em alguns de seus próprios quadros. Agora, passa a experimentar ao nível dos estados. Já começara no Espírito Santo, mas a autofagia interna das tendências e purismos botou por terra a experiência. Oxalá isso não venha a repetir-se nos novos estados.

É claro que nem tudo foram bons resultados. Se na eleição anterior Erundina cedeu lugar, na luta para o Senado, a um xerife da ditadura, nesta o grande escândalo foi o governo da Capital Federal sair das mãos de um político extremamente criativo para recair no fisiologismo mais tradicional e obtuso. Mas nos dois extremos, do Acre ao Rio Grande do Sul, se inauguram processos que poderão ser importantes na experimentação de outras maneiras de governar. Perdeu-se São Paulo por obra da manipulação das sondagens e do chamado voto útil medroso de tantos que, para derrotar Maluf, jogaram fora seus votos num candidato que parece reproduzir o trauma de Tancredo.

Tirando o caso de Brasília, capital, pobre vitrina de uma política claudicante, o segundo turno mostrou uma profunda sabedoria do eleitorado, que soube fazer um fino discernimento. Ganharam o bom senso e a vontade de mudar. E depois dizem que o povo não sabe votar. Às vezes tem de escolher entre menus pouco apetecíveis, preparados por uma classe política nem sempre à altura de seu eleitorado. Mas, inclusive nesses casos, tem apostado no mal menor ou se dá conta de que, mais importante do que escolher entre este ou aquele, vale barrar o passo a abutres e aventureiros.

Para os que apostamos na sociedade, não se trata de ficar apenas contando votos, mortos e feridos nas batalhas eleitorais, mas sentir lições e direções propostas pelos votos. O país precisa de eleições; elas são barômetros

de democracia, oportunidade para afirmar o espaço público, criação de áreas novas de participação, de aprendizado de gestão etc. Mas não esgotam e talvez nem sejam o centro do processo histórico do país.

Gosto de dizer que, se algum analista político quisesse, lá por 1848, descobrir as forças latentes que fariam a grandeza dos Estados Unidos nas décadas seguintes, não deveria fixar-se nas crônicas de Washington, nem apenas no que se passava em Nova Iorque, Filadélfia ou Boston, mas deveria estar atento ao que ia brotando no *midwest* e principal-

*O MST não tem o monopólio da criação, que vai certamente seguir brotando aqui e ali para quem souber ler e apostar no futuro de um país irrequieto e incômodo para suas elites acomodadas.*

mente às novas fronteiras do longínquo *far-west*, às avalanches de estrangeiros que chegavam e às enormes migrações internas e externas.

Nosso país continente também tem uma notável vitalidade que vem de seu *underground*, de suas forças humanas, de sua sociedade em ebulição, às vezes desproporcional ao tamanho liliputiano de seus dirigentes. Também aqui os processos migratórios são gigantescos, do Nordeste ao Norte, do Sul ao Centro-Oeste, novamente do Nordeste ao Sudeste, para reverter as direções e abrir outros caminhos.

Quando os meios de comunicação descobriram o dinamismo profundo e contagiante do MST, para além de sindicatos ou partidos bem menos ambiciosos, de certa maneira tocavam nesses níveis dinâmicos da construção de uma nação. Mas o MST não tem o monopólio da criação, que vai certamente seguir brotando aqui e ali para quem souber ler e apostar no futuro de um país irrequieto e incômodo para suas elites acomodadas. Por isso causa espécie o teor de algumas análises pessimistas ou a superficialidade das leituras rotineiras e habituais.

Ao mesmo tempo, é contrastante todo esse horizonte aberto com a pequenez e a soviniçice das políticas oficiais. Fala-se de terminar com a era Vargas, isto é, com as décadas que foram tecendo o país moderno, dos anos 40 para cá, no lento processo de construção de nossa identidade, como lucidamente vem mostrando um patriota como Carlos Lessa. As idéias-força dos anos 50 foram nacionalismo e desenvolvimento e se ensaiaram diversos projetos para o Brasil. Vinte anos de autoritarismo quiseram borrar esse processo e o pacto conservador que veio em seguida, com velhas elites, não soube retomar ousadias anteriores.

No momento, dirigentes cosmopolitas sem nenhum compromisso com o país profundo e vital, em nome de uma globalização colonial, aprofundam uma dependência que estudaram como acadêmicos e consolidam como políticos. Pois bem, corremos o risco de que os dinamismos sociais sejam afogados pelas políticas oficiais. A Argentina, nos anos 20, parecia decolar para uma grande aventura histórica. Bastou uma "década infame" dos anos 30 para desarticular todo o dinamismo em gestação. Também isso pode acontecer aqui, durante as chamadas décadas perdidas.

O que dá razão de esperança é que, se são perdidas pela estagnação econômica das profilaxias ortodoxas, poderão ser salvas pela força telúrica e pelo tesão de uma sociedade que se mobiliza e resiste. Podemos, com boa margem de probabilidades, apostar nessa sociedade. Assim, uma análise de eleições deveria ser a oportunidade para rastrear sinais de percursos históricos mais decisivos e certos. Essas eleições nada mais são do que momentos em que se expressam vontades, se explicitam desejos e temores, se fazem escolhas nem sempre fáceis, naufragam ambições e surgem novas lideranças. Valem se soubermos colocá-las em seu devido lugar e não perder o sentido da grande história societal mais englobante. É ali que se dá a grande e decisiva aposta nos novos horizontes alternativos e se recupera a capacidade da esperança. ●

# Enxugar, desmontar, refundar:

## *contradições e impasses nas reformas do Estado*

**Cândido  
Grzybowski**

*Sociólogo e diretor do  
IBASE*

O Brasil inicia 1999 arrastado por um turbilhão econômico-financeiro cuja dimensão e conseqüências ainda não estão de todo definidas. Mas ele escancara as contradições das reformas empreendidas na década de 90 na economia e na ordem político-institucional e administrativa, nas condições de exercício do poder estatal e da governabilidade, enfim. Tudo feito para ajustar o passo do país com a tal modernidade, decantada pela ideologia neoliberal, de uma globalização movida pelas forças de mercado. Conduzidos pelo Plano Real, cá estamos mergulhados numa crise dramática que solapa as próprias bases de democratização do Brasil, duramente gestadas por uma sociedade mobilizada e insurgente nas duas últimas décadas. Em termos quase caricaturais, ela se revela na reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que praticamente encerra a capacidade de tomar iniciativas de dirigente político, em seu segundo mandato, em menos de duas semanas de governo.

Muita coisa mudou, sem dúvida. Entender tais mudanças, sua direção e significado, suas possibilidades e limites, para além da crise conjuntural, é tarefa árdua, mas indispensável. O Brasil de agora não é o mesmo do fim da ditadura militar, nos anos 80, nem do começo da década de 90, no pós-Constituinte. Medido por indicadores econômicos, porém, está patinando por duas décadas. A geografia do poder econômico mudou, as forças sociais se diferenciaram e mudou também a correlação entre elas, a cultura cidadã está mudada, o poder estatal se exerce em outras condições e formas.

O quadro brasileiro não pode ser tomado como expressão do que se abate sobre a América Latina como um todo. Mas existem íntimas relações. O meu objetivo não é, de modo algum, avaliar o conjunto das reformas do Estado de que o Brasil e a América Latina estão sendo um grande laboratório; limito-me a levantar indagações sobre o seu sentido e os desafios que trazem para quem, como eu, dirigente de uma ONG, tem como função transformar conhecimentos em instrumentos de luta, de construção de uma sociedade radicalmente democrática, guiado por princípios éticos de liberdade, igualdade, diversidade,

solidariedade e participação. O momento de perplexidade diante da crise, com seus contornos variados, perturba enormemente a visão do movimento mais profundo e das alternativas que estão aí, ao nosso alcance. Captar esse movimento é um desafio fundamental para intervir e contribuir com a cidadania ativa, a verdadeira e mais legítima força construtora de Estados, economias e das próprias sociedades.

### **Do desenvolvimento autoritário ao liberalismo submisso**

O curioso é que o Brasil está mergulhado em reformas por duas décadas. Ao menos desde a Anistia Política, em 1979, muita emoção e tristeza, muitas utopias foram despertadas, mas logo viraram pesadelos, muitas, muitíssimas reformas foram implantadas, dando vazão às contradições contidas numa sociedade que cada dia mais mostra a insustentabilidade de suas estruturas econômicas e políticas, de marcada exclusão social. As reformas não somam porque apontam para direções muitas vezes diametralmente opostas. Nesse período, tivemos o fim da ditadura militar, após a imensa mobilização popular pelas Diretas-Já; uma Nova República, nascida velha pelas forças que a compuseram; uma Constituinte e uma Constituição de dar orgulho a qualquer cidadão latino-americano e do mundo; um presidente finalmente eleito (em 29 anos!), legitimamente destituído após o confisco da poupança pública e da corrupção generalizada como regra de governo; um governo tampão, fraco, mas que se deixou impregnar pela participação democrática direta, particularmente pela Campanha da Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e Pela Vida; e um segundo presidente eleito, com legitimidade para finalmente aplicar as reformas do “Consenso de Washington”, mas que acima de tudo se preocupou em garantir a própria reeleição e desmontar a essência da Constituição Cidadã de 1988.

No cotidiano, tudo isso se manifesta como se fosse uma montanha russa, de sobes e desces que dão arrepios, com viradas bruscas,

enfadonhas calmarias de apatia popular, crise e medo, com corre-corre aos bancos e supermercados, entusiasmo às vezes e, sobretudo, perplexidade. A sociedade está esgarçada, esta é a verdade. Nos anos mais recentes, amplas maiorias deram fé e apoiaram o Plano Real, como um remédio miraculoso de estabilização da moeda, mudanças no Estado e na inserção econômica do Brasil no mundo globalizado.

Vivemos um momento difícil, em que os problemas se agravavam, mas, apesar de tudo, muitos acreditavam que ia dar certo, aceitando “reformas” quase impossíveis pelo seu caráter anti-social. O aumento do desemprego e a deterioração dos serviços públicos, o buraco do déficit comercial, os juros estratosféricos e a dívida pública em crescimento geométrico foram sinais da crise profunda que acompanhava a liberação econômica e o tal ajuste. A queda da inflação foi um grande feito, sem dúvida, mas quantos sapos a sociedade teve que engolir em nome dela! O castelo de cartas – pois estamos falando de fato do país entregue ao cassino global, à mais pura e antiética especulação financeira com as economias e povos do planeta – está ruindo, pondo a nu o que são as tais reformas e para que elas são empreendidas.

---

*Vivemos um momento difícil, em que os problemas se agravavam, mas, apesar de tudo, muitos acreditavam que ia dar certo, aceitando “reformas” quase impossíveis pelo seu caráter anti-social.*

---

O momento de absoluta perplexidade que se abate sobre o Brasil não nos deve impedir de ver as coisas de modo mais realista e, até, pragmático. Estamos falando de um país onde, pelo menos, três a quatro gerações não conheceram outra coisa a não ser um clima como o descrito acima. Só para lembrar, foram cinco planos econômicos, com diferentes agressões a direitos, quase todas traumáticas. O medo do que vai acontecer agora que o barco do Real está afundando tem lá suas razões históricas,

ao menos no imaginário popular de um país onde a maioria absoluta nunca conheceu outra coisa. Mas o que é mais grave é o sentido profundo das mudanças e as frustrações que as acompanham.

Nos últimos 20 anos tivemos duas direções polares – diametralmente opostas – em termos de sonhos, utopias, desejos e conquistas concretas: na década de 80, a Constituição de 1988, com seu amplo e generalizado leque de direitos “conquistados”, mas longe de serem efetivados; na década de 90, o Plano Real, com seu sonho de estabilização, consumo e inserção internacional, em processo de erosão, no momento. O primeiro, apontando para um Estado democrático capaz de promover o desenvolvimento, sim, desde que assegurando a prévia *inclusão* de todos, como sujeitos de direitos, no processo. O outro, enxugando e desmantelando o Estado e a Constituição, deixando para o próprio mercado a tarefa de incluir os cidadãos, mesmo à custa da *exclusão* de muitos incompetentes e improdutivos, tanto grupos sociais inteiros como segmentos econômicos.

*Quousque tandem?* Até quando a sociedade brasileira poderá suportar isso? São duas décadas de buscas. O modelo de desenvolvimento autoritário se esgotou com o próprio regime militar. O Estado Nacional forte, intervencionista, gestou o milagre econômico dos anos 70 e fez a economia crescer a todo vapor. Mas foi o Estado do *Mal-Estar Social*, porque repressor e negador tanto dos direitos políticos como dos direitos econômicos, sociais e culturais da maioria da população. Suas instituições e políticas privilegiaram o crescimento econômico a qualquer custo. Foi um desenvolvimento selvagem e excludente que, no entanto, alterou profundamente as condições de trabalho e vida da maioria da população. Desde o final da década de 70, na cidade e no campo, foram emergindo forças e movimentos sociais novos, dando cara e organização à diversidade de sujeitos da sociedade civil nascente, reivindicadora e participante. O modelo autoritário se esgotou, mergulhado nas contradições de um desenvolvimento as-

sociado e dependente, expresso na crise da dívida externa. Mas, sobretudo, o modelo acabou porque incapaz de renovar as suas condições políticas e institucionais de existência diante das demandas da sociedade.

---

*A tarefa que se impunha claramente nos anos 80 era de refundação do Estado, de um Estado democrático de direitos, aberto à participação cidadã, capaz de mudar a direção e as prioridades do desenvolvimento do país.*

---

A ditadura militar havia levado ao extremo o patrimonialismo e o fisiologismo do Estado desenvolvimentista brasileiro. Tanto as empresas do importante setor estatal da economia, como órgãos e instituições públicas, eram loteados entre os grupos dominantes que sustentavam o regime. A institucionalidade política então existente era uma radical usurpação da cidadania, incapaz de se abrir para a luta política além da disputa de hegemonia entre as correntes dominantes, sob controle das facções militares.

A tarefa que se impunha claramente nos anos 80 era de refundação do Estado, de um Estado democrático de direitos, aberto à participação cidadã, capaz de mudar a direção e as prioridades do desenvolvimento do país. Tratava-se de reformar profundamente as leis, as instituições, os órgãos públicos e as políticas, diante de uma sociedade insurgente. As frustrações com a derrota das Diretas-Já, em 1984, e o trágico nascimento da Nova República, em 1985, foram superados, em grande parte, com as mobilizações em torno da Constituinte e as conquistas consubstanciadas na Constituição de 1988. O horizonte que se abria ao país dava margem a muitas esperanças e sonhos, como foi o *slogan* da memorável campanha eleitoral de Lula – “sem medo de ser feliz” –, o líder metalúrgico em disputa contra a oligarquia renovada, representada por Collor. A tenra planta da democracia brasileira se anun-

ciava capaz de fincar fundas raízes na cultura política do país e virar frondosa árvore.

O Brasil resistia às receitas do neoliberalismo e do "Consenso de Washington" em grande parte devido à capacidade de intervenção e pressão política de novas e velhas forças, no contexto da democracia nascente. A emergência da sociedade civil, dinâmica e diversificada, mostrou grupos e setores até então afastados da política, juntamente com a renovação política das classes médias decantadas pelo processo de transformações de uma sociedade mais urbana e industrial. Esse dado mudou e ampliou a arena política, tornando a tarefa de reforma do Estado uma equação bem mais complexa.

*O Plano Real tornou-se a bandeira que permitiu a formação da aliança de centro-direita e a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994.*

O verdadeiro assalto ao poder praticado pelo governo Collor, entre março de 1990 e setembro de 1992, além de escancarar as contradições, pôs a nu a fragilidade da democracia entre nós e as dificuldades para a conquista de uma verdadeira democracia social. As estruturas do autoritarismo se revelaram mais profundas e arraigadas na vida do país. Antes mesmo que a nova Constituição, sinalizando para a refundação de um Estado democrático, produzisse seus frutos, Collor acabou introduzindo na agenda do país um novo conjunto de reformas do Estado. Tratava-se, sim, de mudar o Estado, mas em direção oposta às embutidas na Constituição. A entrada da agenda de reformas neoliberais, propondo a desregulamentação e o enxugamento do Estado, veio de roldão no bojo da abertura do Brasil às forças impulsionadoras da globalização.

Com o movimento pela Ética na Política, o *impeachment* de Collor e, depois, a grande mobilização da Ação da Cidadania contra a

Fome, a Miséria e pela Vida, a sociedade reafirmava a necessidade de mudanças para garantir direitos básicos a todos e chamava a si a responsabilidade de fazer, propor e apontar caminhos. A persistente inflação, porém, minava as próprias bases de existência de amplos setores e as possibilidades de retomada do desenvolvimento. O Plano Real, nascido no governo de transição de Itamar Franco, pareceu que ia recolocar as coisas no lugar. De fato, reduziu a inflação e, como fato político mais importante, mostrou que a sociedade, cansada de um jogo em que ganhos são corroídos pelo tributo inflacionário, quer estabilidade econômica e precisa dela.

O Plano Real tornou-se a bandeira que permitiu a formação da aliança de centro-direita e a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994. Em seu primeiro governo, de 1995-1998, Cardoso atualizou e aprofundou a agenda de reformas introduzidas por Collor. Só não foi mais rápido e nem realizou as reformas segundo as prioridades ditadas pelo receituário neoliberal da globalização porque quis garantir antes a sua própria reeleição. Liberou a economia, privatizou, enxugou e desmontou a capacidade de o Estado intervir na vida econômica. No processo, o arcabouço constitucional para a refundação de um Estado democrático de direitos acabou sendo descaracterizado. Já reeleito, caem as máscaras e o governo Cardoso revela aonde chegamos: ao liberalismo submisso. Quem está ditando o que e como fazer agora é o próprio FMI e não a sociedade brasileira. É possível isso? Será inevitável?

**As permanências por trás das mudanças**

O ideário do pensamento único instalou-se no Brasil junto com as reformas recentes. Justificando-se como a única via possível, desqualificou qualquer força ou idéia que se lhe opunha. Tomando o conjunto da grande mídia, o pensamento único não permitiu que se manifestasse a divergência e se instaurasse o debate democrático necessário para politizar as reformas. O governo FHC, em seu primei-

ro mandato, agiu como um rolo compressor sobre o Congresso, as instituições públicas, os movimentos sociais e seus adversários políticos. A estabilidade da moeda lhe deu sustentação popular e a necessária justificativa para as reformas. O esvaziamento da política e a despolitização atingiram a sociedade civil, que, com a notável exceção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ficou acuada e desmobilizada. Mas atingiram, também, o próprio Congresso e os políticos em geral, alimentando um perigoso desprezo por tudo o que significa política.

Enfim, a vitória neoliberal parecia incontestada, enquanto o país se escancarava para a globalização, com suas benesses e mazelas, à custa de um brutal endividamento público e de uma vergonhosa renúncia de soberania, encobertos até o último momento. A auto-suficiência tecnocrática dos condutores da política econômica revelou-se entreguismo; e a hegemonia política da aliança que sustenta o governo, uma negociata de favores privados, com loteamento do aparato estatal. A melhor expressão disso é a própria composição ministerial do governo.

Muitas reformas foram implantadas. Buscou-se e se busca um Estado mais enxuto, mais barato, menos indutor do desenvolvimento e mais regulador. Na prática, desmontam-se as velhas instituições e políticas, antes mesmo que a nova capacidade reguladora seja definida e criada. Para favorecer o livre mercado e reduzir o suposto custo Brasil, aguçando ainda mais a separação entre o econômico e o social do desenvolvimento, flexibilizam-se direitos conquistados, tanto nas relações de trabalho como na previdência social. Ao invés de tornar mais eficiente e transparente o gasto público em educação e saúde, desobriga-se o Estado e transferem-se responsabilidades.

Hoje, quando muita coisa já saiu do lugar, nota-se que por trás das mudanças ainda persiste e teima em se reproduzir uma velha estrutura. O Brasil de vergonhosa concentração de renda e múltiplas formas de exclusão social está aí, resistente. Um país contra o seu povo! A cidade contra as suas favelas. A agricultura con-

tra os seus camponeses, índios e trabalhadores. A minoria branca rica contra a maioria de negros e mestiços pobres. Enfim, mazelas de um subdesenvolvimento democrático.

---

*O esvaziamento da política e a despolitização atingiram a sociedade civil, que, com a notável exceção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ficou acuada e desmobilizada.*

---

Os temas da desigualdade no acesso a recursos, bens e serviços e da exclusão social são amplamente reconhecidos, e a eles se referem quase todas as forças políticas. Mas não se criou ainda a vontade política capaz de definir e implantar as reformas e o Estado necessário para mudar a estrutura social. A velha idéia de que é preciso fazer crescer o bolo antes de distribuí-lo ronda as cabeças de nossas elites governantes. O transformismo da social-democracia brasileira, aliada às velhas forças oligárquicas e patrimonialistas, foi capaz de dar um novo verniz a esta pérola do pensamento conservador.

As reformas até aqui feitas foram incapazes de atacar os interesses patrimonialistas e a tendência privatizante de tudo o que é público. A pressa e a falta de transparência na privatização de empresas estatais, mais do que mudar o modo de operar do Estado, apontam para uma transferência pura e simples de patrimônio público para setores privados, uma verdadeira ação pública de renúncia de poder para o *empowering* das forças do chamado livre mercado. Na outra ponta, nota-se a lentidão, ou melhor, a frouxidão e total falta de interesse em estabelecer uma agenda de reformas político-eleitorais que transforme o próprio Congresso, de uma assembléia de interesses fisiológicos privados, em espaço de correlação de forças políticas e fórum nacional de debate e concertação para um projeto de país.

As contradições das reformas no Estado se exprimem claramente na crise do pacto fede-

rativo. Por um imperativo democrático, a Constituição de 1988 apontou para uma quebra da tendência de centralização do poder estatal, deixada pelo autoritarismo. Não se trata somente da descentralização administrativa do neoliberalismo, mas de criar bases e dar condições para que a democracia floresça de baixo para cima. É no local, nas grandes e pequenas cidades, nas regiões, lá onde concretamente cada um de nós vive e trabalha, que os sujeitos sócio-políticos se constituem e participam em sua diversidade econômica e cultural.

A refundação do Estado democrático só é possível reconhecendo a dinâmica local, em que interagem democracia direta e democra-

*No tempo em que FHC ainda teorizava a respeito (hoje ele pede que esqueçamos o que escreveu), a opção pela industrialização dependente vinha permeada e encoberta pelo nacionalismo autoritário, bem próprio dos militares.*

cia representativa, de forma permanente. A agenda de reformas empreendidas nos anos 90, particularmente no governo Cardoso, aponta para uma recentralização de recursos e poder e uma descentralização de obrigações. No processo, Estados Federados e municípios estão sendo levados ao colapso financeiro, paralisados por dívidas públicas impagáveis. A reação dos novos governadores, empossados no mesmo dia do presidente reeleito, é sintomática da insustentabilidade da situação. O Estado brasileiro precisa virar de ponta-cabeça, como condição para se deixar impregnar plenamente pela tensão e dinâmica da cidadania ativa e de fato eleger a questão da coesão social e da maior justiça social como princípios fundantes do desenvolvimento democrático e contraponto das forças econômicas e do livre mercado.

O mais espantoso de tudo é que precisamos ter o maior teórico da teoria da dependência dos anos 60 e 70 na presidência da

República do Brasil para percebermos mais plenamente a persistência, a atualidade e as limitações decorrentes da posição de dependência do país nas relações internacionais. Mas fica claro, também, que dependência não é somente imposição de fora, atualmente, dos interesses e forças promotoras da globalização econômico-financeira. A internacionalização dependente e politicamente submissa, como o Brasil vem revelando, tem raízes aqui dentro e é opção estratégica de elites governantes, sustentada pelo bloco de forças dominantes aliadas. No tempo em que FHC ainda teorizava a respeito (hoje ele pede que esqueçamos o que escreveu), a opção pela industrialização dependente vinha permeada e encoberta pelo nacionalismo autoritário, bem próprio dos militares. A opção por uma inserção internacional dependente de hoje tinha o véu do Plano Real, do artificialismo de uma moeda sobrevalorizada. Caiu o véu e veio o FMI, o Grupo dos 7, o governo dos EUA.

#### **Como conclusão: refundar o Estado abrindo-se às demandas da cidadania**

As reformas estão aí. Muitas, sem dúvida, são necessárias, pois atacam tabus e entulhos há muito tempo atravessados para a reconstrução do espaço público, da responsabilidade pública, do exercício da cidadania e da garantia dos direitos. Outras, são verdadeiros desastres e ataques à própria possibilidade de democratização para tornar o Brasil sustentável. No geral, porém, trata-se de reformas que ainda não atingiram o verdadeiro nó górdio da própria questão estatal: a estrutura social que marginaliza e exclui, de um lado, e concentra riquezas, mantém e amplia privilégios, de outro, gerando permanente instabilidade econômica e política.

Talvez o melhor exemplo esteja no campo da própria segurança pública, até aqui segurança de propriedades e privilégios e não segurança dos direitos cidadãos. Claro que reforma da segurança pública só é possível com reforma do Judiciário; com reforma agrária ampla; com ampliação das políticas de ge-

ração de emprego e renda; com reconhecimento e promoção dos direitos legítimos da economia popular emergencial (e não da flexibilização dos direitos de trabalho dos que já têm); com reforma da educação enquanto política de inclusão na cidadania (e não só de gasto público educacional); com reforma da saúde que a leve a deixar de ser o aparato e a política da doença tão-somente.

O momento é difícil. A própria governabilidade está ameaçada. Não se trata de cruzar os braços diante da crise ou virar as costas, como se não fôssemos também responsáveis.

*Tarefa prioritária é impedir rupturas institucionais que afetem de morte a tenra planta da democracia. Mobilizar e ocupar o espaço parece ser um dever histórico imperativo, neste momento, para movimentos e organizações que se pautam por valores democráticos.*

A minimização dos efeitos destrutivos da crise e o fortalecimento de suas potencialidades construtivas é um desafio para todos, particularmente para entidades e movimentos da sociedade civil. É de saudar o fim do pensamento único, o impasse do neoliberalismo globalizado, a arrogância da elite governamental. Sem dúvida, as forças políticas presentes na arena deverão fazer a sua parte, demonstrando responsabilidade e capacidade de contribuir para dar um rumo ao país. O vazio político-institucional é apenas aparente, pois logo será preenchido. Tarefa prioritária é impedir rupturas institucionais que afetem de morte a tenra planta da democracia. Mobilizar e ocupar o espaço parece ser um dever histórico imperativo, neste momento, para movimentos e organizações que se pautam por valores democráticos.

Deixando de olhar somente para o Planalto Central, para Brasília, ou para Washington e os centros do poder político e financeiro global, para as bolsas, e virando o olhar para a

nossa volta, vamos notar que temos potencialidades e experiências concretas. O Brasil é fecundo em alternativas que se gestam e se desenvolvem a partir das bases, do local. O tecido social brasileiro, esgarçado, sem dúvida, é denso em práticas participativas, em governos transparentes que mudam e renovam estruturas de poder local e políticas públicas. Cabe lembrar a experiência de orçamento participativo e a bolsa-escola de vários governos locais. Mas também cabe ver e valorizar práticas como a Agenda Social Rio, o Viva Rio, os Comitês da Ação da Cidadania, a Pastoral da Criança, enfim, a parceria em ação, envolvendo de formas variadas governos locais, empresas e grupos de cidadãos. Uma conquista constitucional, de enorme potencialidade mas precário desenvolvimento, até aqui não ameaçada pelas reformas implantadas são os conselhos participativos, paritários ou não, que abrem políticas concretas para a efetiva participação cidadã em todos os níveis do governo. É urgente valorizar e potencializar a participação nos conselhos.

Enfim, a alternativa que pode ser implementada no contexto de crise geral e, portanto, crise das próprias reformas do Estado até aqui empreendidas, é a valorização do que foi deixado de lado: a cidadania insurgente. Reconhecer a diversidade de sujeitos existentes, seus movimentos e organizações, sem medo de seu eventual corporativismo ou radicalidade, buscando neles inspiração e força, pode não só ajudar a enfrentar a crise política e econômica, mas recolocar as coisas no caminho da democratização. Para isso, porém, é urgente que se volte a estimular a organização e a participação dos pobres, dos deserdados e dos excluídos de todo tipo (até mesmo dos movimentos da sociedade civil). Trata-se de transformar sua situação fragilizada, garantindo a eles o papel de sujeitos da cidadania, como parte da solução de nossos problemas estruturais e políticos. Radicalizar a democracia hoje é radicalizar a inclusão social pela via da mobilização e participação política, gerando pressão e apontando a pauta das mudanças de políticas e de Estado que é necessário fazer. •

# Um *New Deal* para o Brasil?

**Flávio Limonci**

*Doutorando em História Social no IFCS/UFRJ e pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente na mesma instituição*

A forma como o Brasil vem se inserindo na economia globalizada tem sido criticada em profundidade, há algum tempo, em diversos fóruns acadêmicos e políticos. A partir das crises asiática e russa, no entanto, o tom das críticas aprofundou-se, em função da patente fragilidade da economia e do Estado brasileiros em fazer-lhes face adequadamente. Ainda assim, faltava à oposição político-partidária uma palavra de ordem que sintetizasse seu programa de enfrentamento à hegemonia neoliberal. Nas últimas eleições presidenciais, acusada por boa parte da imprensa, pelos partidos situacionistas e pelo candidato-presidente da República, de estar presa a uma concepção autoritário-corporativa de Estado, a oposição esboçou, ainda que timidamente, a proposta de elaboração de um *New Deal* para o Brasil. Com essa referência, sinalizava-se um compromisso com um projeto intervencionista e distributivista, do ponto de vista sócio-econômico, e liberal-democrático, do ponto de vista processual e dos valores políticos, além de se evidenciar a necessidade de medidas emergenciais para evitar um estado de anomia social e caos econômico.

Ainda que, enquanto palavra de ordem, o *New Deal* esteja (ou já tenha sido) esquecido, a referência à experiência norte-americana propicia uma reflexão que parece bastante adequada para o atual momento. Se é verdade, como tem sido apontado, que a atual crise não é conjuntural, mas de regulação, então a relevância de uma discussão sobre o programa lançado por Franklin D. Roosevelt em 1933 torna-se evidente, dado que, mais do que um conjunto de medidas emergenciais, o *New Deal* lançou as bases do que viria a ser um novo modo de regulação do capitalismo, em reação ao esgotamento da regulação concorrencial que se evidenciou a partir de 1929.

O conceito de modo de regulação é aqui entendido como o conjunto de leis, mecanismos reguladores, costumes e normas que asseguram o respeito, por parte dos agentes econômicos, à rotina necessária à reprodução de um dado regime de acumulação. Portanto, para a adequada compreensão de um modo de regulação, é fundamental que se leve em conta o conjunto das relações sociais e dos arranjos institucionais que estabilizam o crescimento da economia e distribuem renda

e consumo, dentro de um contexto histórico e um lugar específicos, o que tem por consequência a necessidade de um pensar articulado das dimensões da política, da economia e da cultura (Harvey, 1993:118; Lipietz, 1988:29-30). É bom frisar este ponto: para a teoria da regulação, a dimensão cultural é estruturante do modo de regulação, não se constituindo como reflexo ou necessidade do regime de acumulação.

Nessa abordagem, o problema da estabilização entre crescimento e consumo é central. A história do capitalismo tem-se caracterizado, de um lado, pela busca incessante da elevação da produtividade do trabalho e, de outro, pela luta pela apropriação dos resultados dessa elevação entre capital e trabalho. Esse conflito encerra a necessidade, nem sempre reconhecida, de elevar a remuneração do trabalho de forma a, tanto no plano simbólico quanto no das condições objetivas, garantir a reprodução do sistema. O fordismo e o *Dia de 5 Dólares* expressam bem essa tensão.

O paradigma tecnológico fordista, criado por Henry Ford em sua fábrica de automóveis, exponenciou a produtividade do trabalho, levando ao advento da produção em massa. Ford então percebeu que essa produção em massa tinha que destinar-se, necessariamente, a um consumo também de massa. Daí a criação do *Dia de 5 Dólares*, que transferia parcelas dos ganhos de produtividade do trabalho aos salários e incorporava os trabalhadores da Ford Motor Company ao mundo do consumo. No entanto, em seu conservadorismo renitente, Ford não foi capaz de perceber (como de resto nenhum outro grande empresário de então) que a relação salarial que havia inaugurado teria que ser generalizada para o conjunto da economia para que esta, com o advento do fordismo, se tornasse sustentável (Boyer, 1990).

Dessa forma, Ford e os empresários dos anos 10 e 20 foram inimigos ferrenhos do movimento sindical que, sob intensa repressão estatal, teve seu papel como ator coletivo na luta distributiva fragilizado. Como resultado, nos anos 20, quando a economia americana já estava fordizada mas os salários dos

trabalhadores, em seu conjunto, não haviam incorporado os ganhos da produtividade alcançados, a indústria e a agricultura produziram muito mais bens e serviços do que a sociedade poderia consumir (para se ter uma idéia do impacto da produção fordista também na produção agrícola, basta dizer que em 1918 os Estados Unidos tinham 80 mil tratores e, uma década depois, portanto às vésperas da crise, 850 mil). Em outras palavras, nas décadas que precederam 1929, o crescimento da produtividade do trabalho, proporcionado pelo fordismo, não se fez acompanhar de um crescimento da capacidade de compra dos assalariados, levando o circuito de reprodução do sistema ao colapso.

Na primeira de suas conversas radiofônicas com o povo norte-americano, as *fireside chats*, em maio de 1933, Roosevelt tocou no ponto central do dilema da economia americana:

*“Estamos diante de mais produtos agrícolas do que podemos consumir e com excedentes que outras nações não têm condições de comprar, a não ser por preços baixos demais. Vemos nossas fábricas com capacidade de produzir mais bens do que podemos consumir, ao mesmo tempo em que nossa capacidade de exportação está descendente. (...) O povo deste país foi erroneamente encorajado a acreditar que poderia manter em crescimento constante a produção de suas fazendas e fábricas e que algum mágico encontraria meios de que este crescimento fosse consumido com razoável lucro para o produtor”*(*Hunt: 1995: 52-3*).

Não havia mágica, e Roosevelt propôs, como forma de solucionar o problema, além de transformar o Estado em planejador e demandador do setor privado, a redução da jornada de trabalho e a elevação dos salários, repassando a estes parcelas dos ganhos de produtividade do trabalho. Portanto, o *New Deal* buscou fazer, para o conjunto dos trabalhadores americanos, o que Ford quis fazer para seus próprios trabalhadores: criar capacidade de consumo para a classe trabalhadora em uma economia fordizada.

Com as agências e legislação decorrentes do *New Deal*, como a Wagner Act, que obri-



## LIFE AND DEATH OF AN AMERICAN

a new play  
by

GEORGE SKLAR

Evenings (exc. Mon.) at 8:40

Saturday matinee at 2:40

Evenings 25c to \$1.10

Matinees 25c to 83c

For theatre parties at special rates, call GRamercy 7-7800, ext. 56

### MAXINE ELLIOTT'S THEATRE

39th Street, East of Broadway

*O americano desta peça teatral, produzida pelo Federal Theatre Project, é um homem comum. Nascido no dia primeiro de janeiro de 1900, sonha o sonho de todos os americanos: ter uma casa, um carro... Em função da Depressão, perde seu emprego e acaba sendo morto durante a repressão de uma greve.*

gou o patronato a dialogar com os sindicatos, tornando-os, enfim, atores coletivos politicamente legitimados, iniciou-se a tensa construção do pacto entre Estado, trabalho organizado e capital, ou regulação fordista keynesiana do capitalismo que, no pós-guerra, fundamentaria os Estados de Bem-Estar (não só o americano, mas também os europeus) e o longo período de prosperidade que se estenderia até fins de 1960.

A regulação fordista keynesiana baseava-se em um pacto segundo o qual o Estado assumiria papéis keynesianos, de forma a tornar-se um demandador da indústria privada e um fornecedor de salários indiretos, de forma a universalizar o consumo; o capital aceitaria desacelerar o ritmo da acumulação, repassando ganhos de produtividade do trabalho aos salários (relação salarial fordista) e adiando inovações técnicas, buscando assim assegurar a estabilidade do sistema; e, por fim, os sindicatos aceitariam a ordem capitalista, em troca de sua incorporação ao mundo do consumo (Harvey, 1993: 125). Como diria Karl Polanyi, se no século XIX as sociedades européias buscaram defender-se do mercado, através da le-

gislação social então criada, após o advento do fordismo o próprio capitalismo buscou defender-se do mercado, politizando-o através de um pacto (Polanyi, 1980). Seja como for, a regulação fordista keynesiana, ao desacelerar o ritmo da acumulação, buscava solucionar o desequilíbrio básico da regulação concorrencial na era do fordismo, o descompasso entre produção e consumo.

Dessa idéia de pacto não estava ausente a percepção da necessidade de uma profunda mudança cultural. Em termos gramscianos, o *New Deal* representou uma ruptura importante na cultura americana. Roosevelt foi o primeiro grande líder dos Estados Unidos, o país do individualismo possessivo, do *self-made man*, da tradição protestante do trabalho árduo e do acúmulo material como expressão da predestinação divina, a afirmar, claramente, a responsabilidade da coletividade, representada pelo Estado, para com cada "homem esquecido". Valores como a solidariedade e a precedência do todo sobre a parte, que muitos conservadores acusavam de sovietação dos Estados Unidos, passaram a ter um novo significado na vida e na cultura política norte-americanas.

Em seu segundo discurso de posse, em 1937, Roosevelt afirmava:

*"Eu vejo um terço da nação vivendo mal, vestindo-se mal, alimentando-se mal. (...) Estamos determinados a fazer, de cada cidadão americano, o objeto do interesse e preocupação deste país, e não vamos nunca considerar nenhum grupo leal e respeitador da lei como supérfluo. O teste de nosso progresso não é se somamos mais à abundância dos que já têm muito; é se podemos proporcionar o bastante para aqueles que quase nada têm"* (Hunt, 1995: 131).

É bom lembrar que essas palavras foram pronunciadas pouco depois da euforia hedonista da década de 20, uma década que faria qualquer *yuppie* dos 80 ficar ruborizado ante a modéstia de suas próprias aspirações de prazer e consumo. Se os anos Reagan se julgam originais, data dos anos 20 o seguinte letreiro luminoso em Nova York: "Você deve ter US\$ 10.000 com 30 anos, US\$ 25.000 com 40 e US\$ 50.000 com 50" (Leuchtenburg, 1993:8). Des-

contada, claro está, a inflação do período.

A nova idéia de nação, que a todos deveria incorporar, expressou-se na política do *New Deal* em relação às artes. Artistas financiados por agências como a Federal Arts Project, Federal Music Project, Federal Theatre Project, Public Works of Art Project, produziram uma profunda inovação estética e temática na arte americana. O muralismo de inspiração mexicana, o realismo e as cenas coletivas, expostas em repartições públicas de todo o país, passaram a retratar o homem comum, a miséria dos trabalhadores rurais, as lutas sindicais, os índios, os hispânicos e os negros. No teatro e na literatura, o mesmo fenômeno se repetia e assim, nos anos 30, *O grande Gatsby* dava lugar a *As vinhas da ira* e aos livros de temática social de John dos Passos. A América como que se redescobria e, nessa redescoberta, percebia que sua melhor face não eram os Du Pont e seus pares, até então idealizados como os realizadores do sonho americano, mas homens anônimos e atores coletivos até então estigmatizados como anti-americanos, como os sindicatos.

Por outro lado, pela primeira vez na história americana, o governo não era algo restrito aos homens brancos, anglo-saxões e protestantes. Mulheres, negros e judeus fizeram sua entrada no mundo da política de forma espetacular. Pode ser difícil perceber, nos dias de hoje, o impacto, no plano simbólico, de algumas medidas e atitudes então tomadas. No entanto, para exemplificar algumas delas, é interessante lembrar que Roosevelt indicou, para a Suprema Corte Americana, Felix Frankfurter, um cosmopolita judeu vienense que, na década de 20, havia defendido os anarquistas Sacco e Vanzetti, então considerados, por uma parcela expressiva da sociedade americana, os melhores exemplos da ação nociva de homens e ideologias estrangeiras sobre o “saudável” corpo da nação. Lideranças negras passaram a frequentar a Casa Branca, como Mary McLeod Bethune, amiga pessoal e conselheira de Eleanor Roosevelt. Quando a soprano Marion Anderson foi impedida de cantar em uma sala de concertos em Washington por ser negra, Harold Ickes, secretário do Interior, organizou, exclusivamente para ela, um concerto nas es-

cadarias do Lincoln Memorial. Enfim, foram os valores gestados durante o *New Deal* que estiveram na base do liberalismo americano e que fundamentaram o processo de democratização da sociedade norte-americana, consolidado na década de 60 nas lutas sociais pelos direitos civis e no que foi construído pelo Estado de Bem-Estar até os anos 80.

Como expressão desses valores e visando dar alívio imediato às necessidades básicas de grandes massas populacionais atingidas pela Depressão, o *New Deal* foi pródigo em agências assistenciais e na implementação de grandes obras públicas. Inúmeras agências governamentais foram criadas para cuidar das áreas as mais díspares, como conservação de solos e reflorestamento (Civilian Conservation Corps), planejamento regional (Tennessee Valley Authority), habitação (Federal Housing Administration), assistência (Federal Emergency Relief Administration) etc. Com isso, o Estado, além de construir as bases de seu crescimento institucional, funcionava como instrumento de distribuição de renda e como demandador do setor privado.

Essas três dimensões do *New Deal* (pactual, cultural e emergencial) oferecem vários elementos para uma reflexão sobre os dilemas enfrentados pelo Brasil hoje. De imediato, é explícita a necessidade de se repensar um projeto cultural para o país em que o individualismo, a indiferença, o culto à competência e à competitividade que marcaram o *yuppismo* dos anos 80 e 90 dêem espaço a valores como a solidariedade e o respeito à alteridade como normas de convivência. Nas páginas desta *Democracia Viva*, tal discussão já foi proposta, assim como também ficou patente a incapacidade, até agora demonstrada pela sociedade brasileira, de perceber a questão cultural como central (Pacheco, 1997:49-57; Novaes, 1997:85-93). Não se constrói cidadania e democracia sem cultura cidadã e, nesse processo, tanto a sociedade civil quanto o Estado têm papéis importantes a desempenhar. O *New Deal*, com todos os seus equívocos, tensões e desencontros, talvez tenha sido uma feliz articulação entre setores do Estado e da sociedade em torno de alguns valores cidadãos básicos. A partir de

então, a cidadania passou a ser percebida como algo a ser vivenciado coletivamente, não como um simples atributo individual e uma defesa contra a ação do Estado, na tradição liberal da liberdade negativa.

Também no que diz respeito à questão da emergência social, a experiência do *New Deal* tem muito a oferecer à reflexão brasileira. Em um país com as carências em infra-estrutura, habitação, transportes, irrigação etc, como as do Brasil, a necessidade de programas intensivos em mão-de-obra que busquem, ao mesmo tempo, suprir essas necessidades e gerar renda, parece evidente. Dos vários programas emergenciais do *New Deal*, um, no entanto, deve ser destacado, tanto por ser pouco conhecido no Brasil como por seu baixo custo relativo e amplo alcance social, econômico e ambiental. Os *Civilian Conservation Corps* tinham como objetivo básico, simplesmente, plantar árvores. Em seus 10 anos de existência (1933-1942), mais de 3 milhões de jovens e 250 mil veteranos de guerra, que de outra forma estariam desempregados, passaram pelos campos do *CCC* espalhados em todo o país, combatendo a erosão do solo, criando parques nacionais e históricos, construindo pequenas represas, plantando árvores, aprendendo novas profissões, tendo a experiência de uma vida comunitária e proporcionando renda para suas famílias.

Retirado seu caráter militar, dado que os campos eram administrados pelo exército, uma experiência como essa poderia ter um importante papel pedagógico para uma cultura cidadã e para a educação ambiental no Brasil, além de formar novos profissionais e de proporcionar renda para famílias de baixo poder aquisitivo. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, uma articulação entre Estado, iniciativa privada e instituições da sociedade civil poderia organizar acampamentos de verão, no período das férias, para o reflorestamento de vastas áreas do Vale do Paraíba devastadas pelo plantio do café no século XIX, com profundos impactos na economia e na qualidade de vida da região e de todo o estado.

Se as dimensões cultural e emergencial do *New Deal* oferecem não só elementos para re-

flexão, mas também sugestões de políticas públicas para o Brasil de hoje, a dimensão factual nele presente se apresenta mais complexa, dado que encerra, na verdade, um projeto de país, de Estado e de sociedade. Como já referido, o Estado e os sindicatos foram atores centrais na construção do fordismo keynesiano, que teve no *New Deal* o lançamento de suas bases fundamentais. No entanto, desde a crise da regulação fordista keynesiana, no início da década de 70, ambos têm vivido sob um ataque cerrado e têm-se visto, crescentemente, fragilizados. Um novo *New Deal* pressuporia o seu refortalecimento, mas em que bases seria isto factível nos dias de hoje?

Para responder a essa pergunta, seria importante analisar as causas do esgotamento da regulação fordista keynesiana. Nesse sentido, o cruzamento de duas interpretações pode fornecer pistas importantes. A primeira diz respeito ao fato de que o fordismo keynesiano, ao incorporar partes dos ganhos de produtividade do trabalho aos salários, se por um lado forjou a criação de um mercado de massas, por outro arrefeceu o ritmo da acumulação de capital. A segunda refere-se ao advento da globalização. A agressiva entrada no mercado mundial dos *Tigres Asiáticos*, com seus baixos salários, garantidos por regimes políticos autoritários, e altos índices de produtividade, proporcionados por novos processos produtivos e gerenciais, portanto fora dos quadros do fordismo keynesiano, teria colocado em xeque, nos Estados Unidos e na Europa, a manutenção da relação salarial fordista e do Estado de Bem-Estar. Mais do que isso, o fordismo keynesiano, tendo como um dos seus pressupostos o adiamento de inovações tecnológicas, ter-se-ia visto, em determinado momento, francamente ameaçado pela alta produtividade asiática. Isto teria sido verdade, sobretudo na indústria automobilística.

Diante desse quadro, a coalizão fordista keynesiana entrou em crise e a opção feita para superá-la, pelo capital e inúmeros Estados nacionais, liderados pelo inglês de Margaret Thatcher e o americano de Ronald Reagan, além de agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial,

traduziu-se na busca pelo aumento da produtividade e da competitividade: mais tecnologia e rebaixamento dos custos de produção, principalmente os de mão-de-obra. Nesse processo, que ensejou a construção de uma nova regulação do capitalismo, sob muitos aspectos semelhante à regulação concorrencial do pré-1929, os alvos foram o Estado de Bem-Estar e os sindicatos, tal como nos tempos de Ford. Tratava-se, em suma, de despolitizar o mercado e remercantilizar a sociedade, como diria, mais uma vez, Polanyi (1980).

O Brasil, evidentemente, nunca conheceu um fordismo keynesiano tal qual o americano ou o europeu. O paradigma tecnológico fordista introduzido quando da instalação da indústria automobilística, na década de 50, não foi acompanhado por uma relação salarial fordista, ao passo que a intervenção do Estado na economia, principalmente a partir do governo Juscelino Kubitschek, não teve um caráter propriamente keynesiano, no sentido da incorporação do conjunto da sociedade ao circuito de reprodução do sistema. Ainda assim, a legislação trabalhista instituída nos anos

Vargas proporcionava algum grau de proteção ao trabalho, na medida em que elevava os custos de demissões, garantia patamares mínimos de remuneração e outros direitos. Mais do que isso, apesar do caráter autoritário do governo Vargas, a partir do trabalhismo o movimento sindical passou a ser considerado e reconhecido como ator político legítimo (Gomes, 1994). No entanto, no processo da globalização, o sindicalismo brasileiro e as mínimas garantias dos trabalhadores entraram no mesmo circuito de “rebaixamento de custos”. É o “fim da Era Vargas”, defendido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que se utiliza, para tal, de um discurso de superação das relações entre Estado e sociedade marcadas pelo autoritarismo corporativo. No fundo, o que esse discurso procura fazer é articular a politização do mercado necessariamente ao autoritarismo, segundo a tradição liberal da dissociação entre as esferas da política e da economia.

O dilema hoje colocado – e que sugere que a crise seja de regulação – é, em certa medida, muito parecido com o colocado pela crise de 1929: é possível aumentar indefinidamente a



Na peça *See how they run*, financiada pelo Federal Theatre Project, o presidente Johanson procura reconciliar capital e trabalho: a administração dos conflitos de classe pelo Estado era um tema presente também nos Estados Unidos dos anos trinta.

produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, fragilizar crescentemente o poder de compra dos assalariados? A sugestão de um novo *New Deal* tem como fundamento, como aqui percebido, justamente o reequilíbrio entre produtividade do trabalho e capacidade de consumo, através de um novo pacto, ao preço, como no fordismo keynesiano, da desaceleração do ritmo da acumulação.

No entanto, o *New Deal* e o fordismo keynesiano foram construídos como uma série de acordos nacionais, por atores essencialmente nacionais. Em um mundo globalizado, acordos dessa natureza têm alcance limitado. Desacelerar o ritmo da acumulação em um país leva a que, necessariamente, os capitais busquem outros países, onde o ritmo da acumulação seja mais rápido. Um *New Deal* para o Brasil, e somente para o Brasil, nesse sentido, é inexecutável.

A alternativa, ainda incipiente mas que já começa a se esboçar, é tornar globais as lutas até hoje travadas nacionalmente: *pensar E agir globalmente*, como algumas ONGs, dentre elas o IBASE, buscaram fazer ao longo de suas trajetórias. Nesse cenário, atores sociais como os sindicatos voltam a ter papel importante, mas a partir de uma nova base de luta, uma nova agenda e um novo horizonte. A luta pela incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho aos salários e pela redução da jornada de trabalho, para ser efetiva nos dias de hoje, necessita de uma profunda articulação internacional: os metalúrgicos alemães, mexicanos e brasileiros da Volkswagen devem unir-se e unir suas agendas às dos metalúrgicos japoneses da Honda e às dos coreanos da Asia Motors.

Por outro lado, agências como a Organização Internacional do Trabalho devem ter um papel estratégico na construção de acordos internacionais que exijam padrões mínimos de condições de trabalho e segurança social. Nessas agências, cada Estado nacional poderá encontrar seu espaço estratégico de inserção na ordem global, fortalecendo simultaneamente seus recursos políticos e sua capacidade de fazer política econômica e social no âmbito nacional. A globalização, nesse sentido, ao contrário do que tem ocorrido até hoje, pode-

ria contribuir para a elevação da qualidade de vida em áreas que têm sido historicamente palco de profundas desigualdades sociais.

Ainda assim, essa luta inscreve-se na mesma matriz conceitual da tensão entre crescimento da produtividade e distribuição de seus ganhos. O capital tem demonstrado, historicamente, que só aceita desacelerar sua acumulação taticamente. Diante da crise da regulação fordista keynesiana, sua opção foi a de romper o equilíbrio alcançado no pós-guerra e voltar a um processo de aceleração suicida da acumulação, que pode levar a resultados sociais e políticos mais graves hoje do que em 1929, com o agravante da crise ambiental, para a qual o paradigma tecnológico fordista contribuiu decisivamente. É preciso, portanto, inventar uma nova utopia, que rompa a lógica da luta meramente distributiva. Se ela é fundamental, e não deve ser abandonada, é preciso repensar como e o que vai ser produzido e consumido. Para tal, é fundamental atribuir-se valor estratégico à questão cultural, à construção de novos valores e desejos, projetos de vida e de sociedade. •

#### Referências bibliográficas

- BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BUSTARD, Bruce. *A New Deal for the Arts*. Washington: National Archives and Records Administration, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HUNT, John Gabriel (org.). *The Essential Franklin Delano Roosevelt. FDR's greatest speeches, fireside chats, messages and proclamations*. Nova York: Gramercy Books, 1995.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LEUCHTENBURG, William. *The perils of prosperity, 1914-32*. The Chicago University Press, 1993.
- MELOSH, Barbara. *Engendering Culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.
- NOVAES, Regina Reyes. "Contra o medo e a indiferença: os novos sentidos da solidariedade". *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Editora Moderna/IBASE, n° 1, p. 85-93, nov.1997.
- PACHECO, Tania. "Cultura: água doce que constrói o caminho das ondas". *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Editora Moderna/IBASE, n° 1, p. 49-57, nov.1997.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

# Dom Mauro Morelli:

## *a opção pela cidadania*



A conversa com Dom Mauro Morelli tinha duração limitada: uma hora e meia, antecedendo uma reunião sua com Jorge Bittar sobre o projeto de instalação do primeiro Conselho Estadual de Segurança Alimentar (Consea). Essa questão acabou sendo resolvida por telefone, pois a entrevista estendeu-se por cinco horas e meia. Durante esse tempo, que não se fez sentir, Dom Mauro falou um pouco sobre tudo: sua infância em São Paulo, a ordenação, a imprevista ida para a regional da CNBB, o confronto com a ditadura, o encontro com Betinho, a decepção com Fernando Henrique, o fim e a ressurreição do Consea, agora em termos regionais.

Dom Mauro Morelli tornou-se conhecido nacionalmente em 1978, quando, ao substituir Dom Paulo Evaristo Arns, na Arquidiocese de São Paulo, enfrentou a polícia e abriu as portas da catedral, na Praça da Sé, a milhares de manifestantes que faziam passeata contra o alto custo de vida. Por mais de cinco horas ele fez a mediação com as autoridades para garantir a realização da manifestação e evitar a repressão violenta.

Com bacharelato em Teologia na St. Mary's Seminary and University, de Baltimore, ordenado presbítero em 1965 e bispo em 75, Dom Mauro foi escolhido em 1981 para ser o 1º Bispo da diocese católica de Duque de Caxias, abrangendo São João de Meriti. Com 1

milhão e 200 mil habitantes, 74 grandes favelas e um dos maiores índices de violência do estado, a região da Baixada Fluminense era um desafio.

Um desafio a que Dom Mauro respondeu com sua opção pela cidadania. Pela defesa da Constituinte, do pluralismo religioso, do fortalecimento dos movimentos sociais e comunitários, da Igreja sem conchavos com o Estado; pelo apoio ostensivo dado à Frente Brasil Popular, em 1989; pela criação, em maio de 1993, junto com Betinho, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), ponto de partida para um plano nacional de combate à fome e à miséria.

Por isso, não se pode dizer, definitivamente, que estivemos frente a frente com um ministro convencional de Deus. Em alguns momentos da entrevista, o bispo se parecia mais com um fradinho especial, baixinho, irônico, meio sádico até, uma criação imortal de Henfil. Verdade que houve também momentos de tristeza, de *fossa*, de uma certa amargura e revolta. Mas a cada um desses momentos correspondia, em seguida, um assomo de entusiasmo. Porque Dom Mauro Morelli é, acima de tudo, um apaixonado. Pelo que entende ser justo, pelo que percebe de legítimo na vida. Se para converter é preciso um bom papo, animado e convincente, os ateus que se cuidem: Dom Mauro é um perigo!

*D.V. – O sr. é natural de São Paulo?*

**Dom Mauro** – Graças a Deus. Eu nasci no município de Avanhandava, perto do Rio Tietê, do famoso Salto do Avanhandava. Foi uma pena que, com as represas, acabassem com o salto. Era um ponto turístico da região. Havia clube de pesca, ponte pênsil, e o povo gostava de ir lá. Eu fui batizado em Penápolis, que era a nossa comarca. Nasci na zona rural, mas com quatro anos fui para Penápolis. Lá cresci, fui para o seminário e celebri a primeira missa. Então, me considero penapolense.

*D.V. – De onde é sua família e como vocês foram parar nessa região?*

**Dom Mauro** – A nossa história começa no século passado, com as migrações da Europa para cá. Do lado do meu pai, vieram do Vêneto, de Pádua e de Vicenza. Eu tenho visitado Pádua, que é muito parecida com a Baixada Fluminense, uma grande baixada. Do lado de minha mãe vieram de Portugal. Nas duas últimas décadas do século passado a fome grassava na região e o povo foi obrigado a imigrar. A nossa história é a história dos imigrantes. Meu avô paterno chegou em 1891; minha avó, um pouco antes. Não me lembro da data de chegada dos meus avós maternos. Tenho um tio nascido em Portugal, e minha mãe foi a primeira a nascer aqui. Foram trabalhar, como sabiam fazer, no campo. Na zona rural, onde nasci. Nós tínhamos lá café, gado... essas coisas. Depois sofremos o impacto que todo mundo experimentou da Depressão, na década de 30. Na minha casa, nós éramos seis. Eu sou o terceiro. Dois irmãos mais velhos e

duas irmãs e um irmão mais novo. A minha terra tinha sido fundada pelos capuchinhos, trentinos. A minha base original é bastante tradicional. Contudo, costume lembrar que o primeiro ato público do qual participei foi no salão paroquial superlotado: um protesto contra o espancamento de presos na delegacia. Foi em 1942 ou 43. Esse foi o primeiro ato político da minha vida. Depois me lembro de comícios... mas isso já é posterior.

*D.V. – E quem organizou esse ato?*

**Dom Mauro** – A igreja toda. Os congregados marianos. É uma história lamentável, criminosa, que se repete até hoje. Em todas as delegacias, nós temos o espancamento como forma de averiguar um crime, de fazer o inquérito policial.

*D.V. – Na paróquia havia alguém, algum padre, que particularmente o inspirava?*

**Dom Mauro** – Nossa paróquia tinha vários frades. Entre eles, Frei Paulino, que me chamou para ser coroinha, e Frei Policarpinho, que era um pintor aluno de Frei Paulo de Sorocaba, um capuchinho que deixou uma grande obra de arte, de pintura, no Estado de São Paulo. Frei Paulo era um mestre no seminário de Piracicaba. Em vários conventos há obras dele. Sua contribuição cultural é reconhecida. Ele também era violinista e, se não me engano, recebeu medalha em Paris.

A gente guarda coisas da infância... Eu me lembro das procissões do mês de maio. Estavam fazendo a rede de esgoto na cidade. A gente achava uma beleza subir e descer aque-

### Entrevistadores



*Cândido Grzybowski*

*Sociólogo, diretor do IBASE*



*Regina Novaes*

*Antropóloga, professora da UFRJ e pesquisadora do ISER*



*Lourdes Grzybowski*

*Assistente editorial de Democracia Viva*

les morros de terra, cantando a Ave Maria. No caminho da escola a criançada adorava passar dentro dos buracos que estavam sendo cavados, como se fosse um túnel. Então, para mim, ficaram vivas na memória as procissões, que eram bonitas, ainda mais com esse elemento especial, coreográfico, a rede de esgoto que estava sendo implantada.

A nossa paróquia era muito forte em termos de participação. Numa cidade de 8 a 10 mil pessoas, éramos 600 crianças na catequese. A catequese era dada num horário infame, aos domingos, de uma e meia às três da tarde. Quando acabava, a alegria era grande, porque a gente ia para os campos colher frutas nativas: gabiroba, araticum, marolo, marmelo e outras. Naquela época, não era roubo colher o que fosse produção nativa. Pertencia a quem apanhasse. Então, a gente comia as frutas. Todo domingo era uma festa. Você saía da catequese e ia aos campos colher frutas. Era uma delícia. E as frutas naquela região são muito boas; o sabor delas lembra muito o das frutas do Nordeste.

*D.V. – Na família, só o sr. foi para o seminário?*

**Dom Mauro** – Curiosamente... alguns dos meus irmãos e irmãs andaram pela escola católica que havia lá, o Educandário Coração de Maria. Eu nunca passei pela escola católica e acabei padre. Meu irmão mais velho é espírita; na caminhada dele, seguiu essa estrada.

*D.V. – Com que idade o sr.?*

**Dom Mauro** – Eu entrei com 10 anos no Seminário Seráfico São Fidelis, em Piracicaba,

depois de freqüentar o pré-seminário em Penápolis. Só que eu era externo; os outros eram da zona rural e eu morava na cidade. Tinha liberdade de entrar e sair. Eu saía e comprava sorvete. Havia um porão, embaixo do quarto do guardião, com uma janela que dava para a praça da igreja. Eu escorregava o sorvete por ali. E cobrava o dízimo. Contrabandista de sorvete para o grupo interno.

*D.V. – Mas o que fez o sr. ir para o seminário?*

**Dom Mauro** – Eu sonhava ir para a escola. Tinha muita vontade de ir para a escola, mas não tinha idade para entrar. Quando chegou a vez do segundo irmão mais velho, que se chamava Manuel, falecido aos 18 anos, ele teve pneumonia e foi parar na Santa Casa. Aproveitei que meu pai e minha mãe tinham ido para a Santa Casa com ele e fui para a escola. Na hora em que chamaram Manuel Morelli, eu disse: “Presente.” E fiquei quatro anos na escola, com o nome de Manuel. O meu irmão, coitado, no ano seguinte, entrou com o meu registro. E ele se chamava Mauro. A minha primeira professora, Josefina, morreu sem saber o meu verdadeiro nome. Como hoje sou bispo, encontro na minha terra muitas pessoas que dizem ter sido meus colegas na escola. E eu pergunto: “O senhor foi colega do Mauro ou do Manuel?” Vem a resposta: “É evidente que foi do Mauro!” E eu digo: “Então não foi meu.” Você fica bispo e aparece muito parente...

Para receber o diploma do primário, fui falar com D. Helena, que era uma das diretoras. E disse: “Olha, D. Helena, eu não sei o que vocês fizeram, a minha mãe entregou dois registros. Vocês fizeram tamanha confusão que eu acabei Manuel, e meu irmão, Mauro. Quero o meu diploma no meu nome.” Dona Helena mandou chamar minha mãe, que não conseguiu esclarecer muito bem o caso. Mas eu acabei recebendo o diploma como Mauro Morelli. Como era um dos últimos, quase ninguém ouviu meu nome. O meu irmão continuou mais um ano na escola como Mauro, recebendo o diploma como Manuel. Costumava repetir que eu havia tirado a inteligência dele.

Acabei indo para o seminário porque... eu gostava de ir à igreja. Com seis anos, ia à missa todo dia. Não é que alguém me levasse... Eu



Alcione Araújo

Escritor e roteirista



Tania Pacheco

Editora de Democracia  
Viva

achava bom. E assim fui freqüentando a igreja. Aos nove anos me chamaram para ser coroinha. Fui parar no seminário em Piracicaba. Entrei no noviciado dos capuchinhos; porém, acabei saindo, ficando quatro anos fora. O bispo de Piracicaba sempre me chamando para conversar, e eu fugindo. Antes, meu sonho era ser padre ou médico. Nessa época, comecei a sonhar em ser advogado. Cheguei a ir a Campinas, para me informar sobre a faculdade. Queria ser político. Acabei indo falar com o bispo e voltando para o seminário. E acho que terminei um pouco de tudo, não é?

*D.V. – No interior, onde é tudo muito católico, a entrada para o seminário tem uma coisa meio cultural, não é?*

**Dom Mauro** – Na minha família, não. A minha mãe disse para o meu pai: “Deixa ele ir, que ele não fica lá.” Não houve nenhum empurrão da família. Nem primavam muito por freqüência à igreja. Isso era uma coisa minha.

*D.V. – Em que ano o sr. nasceu?*

**Dom Mauro** – Eu nasci em 17 de setembro de 1935. De 1942 a 1945, fiz o primário. Entrei no pré-seminário em 1945. Fiz admissão, ginásio e clássico no seminário, em Piracicaba, de 1946 a 1953. Estive no Noviciado em Taubaté durante seis meses em 1954. Ao sair, fiquei meio ano com a minha família. Em 1955 os frades estavam aflitos, com pessoal doente, sem gente. Então, por sugestão de um dos meus professores, fui chamado para dar aula, como leigo, no mesmo seminário. E me defendi muito bem.

*D.V. – No contexto particular da Igreja, já é o período de João XXIII, não é?*

**Dom Mauro** – Sim... Por decisão do primeiro bispo de Piracicaba, Dom Ernesto de Paula, fui viver no Rio Grande do Sul. Dom Ernesto era bastante conservador e muito amigo do primeiro bispo de Campos. Guardo dele boas lembranças; sempre me tratou com muito respeito. Acabou renunciando muito cedo à diocese. Morreu há pouco tempo.

Fui estudar filosofia em Viamão, no Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição.

Viamão foi realmente uma descoberta. Lembro-me da impressão causada por Dom Edmundo Kuntz, auxiliar de Porto Alegre. Eu vi aquele bispo com lenço na cabeça, assistindo a jogo de futebol no seminário e trajando uma batina comum. Eu olhava e dizia: “E ele é um bispo!” O bispo da minha terra, da diocese de Lins, Dom Henrique Gelain, era todo empetecado, um príncipe. O de Piracicaba, Dom Ernesto, era um homem pobre, mas também levava a sério o estado de príncipe. Você podia buscá-lo com um fusquinha que ele se sentava no banco de trás, porque o lugar da autoridade era atrás. Daí eu vou para Viamão e vejo...

O seminário de Viamão para mim foi importante. Acho que na evolução da gente tem os espaços, os momentos. Para mim, Viamão foi a renovação litúrgica, a descoberta dos leigos e a relevância da fé. Era um seminário aberto. Você tinha toda a Ação Católica, JUC, JEC, JOC, JAC... Todo fim de semana, o seminário era invadido pela Ação Católica. Era um seminário grande, feito para 500 pessoas, e a gente ficava encantado com essa liberdade de participar.

Um dia por semana nós tínhamos que fazer algum trabalho pastoral fora do seminário. Trabalhei em algumas escolas e dei aula de religião com Frei Oscar na Paróquia de São Judas, numa favela no Partenon. Para os nordestas, nossa referência era o Padre Edgar Iotz, que até hoje está em Santa Cecília, uma travessa da Protásio Alves, em Porto Alegre. Encontrei-o na semana passada, lá no Sul. Fui dar aula de religião na Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre. Eu me lembrava da dificuldade dos colegas, até choravam; eles não conseguiam se comunicar com os estudantes. Eu nunca chorei, eu conseguia... Foi uma primeira experiência de ir para o mundo adverso ou hostil... um choque de culturas. Era o mundo da técnica e nós vínhamos de um outro, do humanismo. Foi muito interessante.

Durante os dois anos e meio em que fiquei em Viamão, uma vez por semana, no dia de estágio pastoral e sem pedir licença a ninguém, saía solenemente pela porta da frente de manhã e voltava por volta de 9h30 da noite. Vi-

sitei todas as redações de jornais de Porto Alegre. Fui a teatro. Tudo que eu queria conhecer, eu fui conhecer. Foi um período muito bom. Viamão foi uma oportunidade excepcional. Nós tínhamos, por exemplo, gente como o Padre Chico Reis. Uma figura, na época, fascinante. Ele voltou de Louvain formado em Psicologia. Marcou muito pelo modo novo de tratar o aluno, como companheiro, como parceiro. Detestava esse negócio de provas. Aliás, o senador Brito Velho foi nosso professor. E o Brito Velho dizia que existem testes melhores para medir a memória de alguém do que fazer aqueles exames. E o Chico Reis tratava você com tanta dignidade! Chegava a uma altura do ano, ele o chamava e dizia: "Para mim, você já está aprovado, vamos continuar o nosso caminho." Era muito gostoso o modo dele trabalhar. Você estudava com encanto...

O que se pensava em Viamão naquela época era muito bonito. Desejávamos criar um centro de reciclagem permanente dos padres. Um centro de diálogo. O Cardeal Dom Vicente Scherer criou Viamão, mas não reconheceu o próprio filho. Mandou gente se formar na Europa... mas não teve a capacidade de assimilar as conseqüências. E entrou duro em cima daquilo. Em 1960 começou um processo de repressão muito forte. Então eu disse ao meu novo bispo que não tinha mais sentido continuar lá. Íamos retroceder. O meu segundo bispo, que se chamava Dom Aniger, perguntou-me: "Para onde você vai querer ir? Você está no Sul; por que não vai para o Norte?" Norte era Nordeste, Recife. A minha resposta foi: "Por que não atravessar o Atlântico de uma vez?" O bispo concordou. "Tudo bem, eu disse, só que para Roma não quero ir." E ele: "Por que não quer ir para Roma?" "Porque os meus melhores professores não são de lá. O senhor me manda para a Bélgica ou Alemanha, tudo bem..." O bispo disse: "Mas a diocese não tem como te sustentar." "Mas se eu ganhar uma bolsa, o senhor me permite ir, então, para a América do Norte?" Ele disse que tudo bem. Acabei conseguindo uma bolsa no seminário de Baltimore, que é o seminário mais antigo dos Estados Unidos. Foi a primeira escola de nível superior no Estado de Maryland. Esse seminário, que já fez 200

anos, era um seminário pontifício. Como foi a primeira escola de nível superior, apesar de ter só Filosofia e Teologia, o Estado lhe deu o título de Universidade. Faz parte da associação das universidades americanas. Tínhamos o reconhecimento do Estado e da Santa Sé. Foi uma boa experiência também. Mas no fim do segundo ano de Teologia, vivi a mesma crise de oposição à renovação que já tinha experimentado aqui, no fim do segundo ano de Filosofia. Trocaram o nosso reitor e...

---

*O que se pensava em Viamão naquela época era muito bonito. Desejávamos criar um centro de reciclagem permanente dos padres. Um centro de diálogo. O Cardeal Dom Vicente Scherer criou Viamão, mas não reconheceu o próprio filho. Mandou gente se formar na Europa...*

---

Nosso reitor era o Padre Eugene Van Antwerp, que depois deixou o ministério. Padre Van Antwerp foi capelão na guerra da Coreia. Era um homem de família política, com excelente formação cultural e grande vivência. Tinha um irmão padre que trabalhava com Dom Helder. O pai dele, de origem holandesa, foi prefeito de Detroit. Esse reitor, para nós, foi fabuloso. Atento a qualquer personalidade que descesse no aeroporto de Nova Iorque ou de Washington, esse homem estava sempre lá para convidar a pessoa a falar para a gente. Toda semana o seminário devia convidar um conferencista. Eu conheci gente do mundo todo. Os alunos não tinham obrigação de assistir à conferência. Fazia parte de um grupo de 40 ou 50, que dizia: "Vamos prestigiar o reitor. Seja qual for o conferencista, por pior que seja, nós vamos garantir presença para ele não ficar sem apoio." Era a época do Concílio Vaticano II. Os cardeais e os teólogos mais famosos passaram por lá. O reitor tinha muita sensibilidade. Por exemplo, Franco Montoro, quando ministro do Trabalho, foi a Washington. Não sei por que, o reitor foi convidado para acompanhá-lo em um dia livre que o Departamento de Estado or-

ganizou para visitas culturais. O reitor me chamou e disse: “Mr. Morelli, para mim isso não diz nada, mas esse homem é o ministro do Trabalho do seu país. Você vai passar o dia com ele.” Dispensou-me das aulas, e eu fui.

Era a época do presidente Kennedy. Em 1963, com apoio do reitor, organizei com outro colega uma viagem pela América Latina. Um projeto de verão para seminaristas. A Philips nos deu rádio para comunicação, a Ford nos deu duas peruas ou caminhonetas. Como pagamento, uma carta falando do desempenho... Então, escrevemos para o Cardeal Miranda, do México. Com apoio do cardeal, organizamos um programa de visita ao México e à América Central. Um mês de visita e um mês de experiência para abrir caminhos para outros grupos de seminaristas.

Passando por Brownsville, entramos no México por Matamoros, descendo até a capital. Nosso destino era Chiapas, com os índios Tzeltals, na missão de Bachajon dos Padres Jesuítas, diocese da San Cristobal Las Casas. Na ocasião conheci o bispo Samuel Ruiz, hoje conhecido em todo o mundo. Ele estava começando. Com mais três companheiros, passei um mês na floresta em duas aldeias. Um outro grupo de três seminaristas foi para outra região da missão. Como é normal em qualquer grupo, vivemos algumas tensões. Depois de um mês na floresta, descobrimos que o coordenador do outro grupo vivia de avião para baixo e para cima. Na avaliação final, nosso grupo decidiu não ir em frente além da Guatemala. O projeto incluía outros países da América Central.

Nossa experiência foi rica até pelos desencontros. Totalmente despreparados para uma missão em cultura tão diferente. Nos carros, levamos um mundo de vitaminas. Achávamos que deveríamos distribuir vitaminas aos subnutridos. Levamos também um estoque de terços ou rosários para dar de presente. Lembro-me que, na passagem pela alfândega mexicana, vi que o ambiente era complicado. Falei a meus colegas americanos: “Vocês deixam que eu resolvo tudo aqui.” Porque nós tínhamos dois carros, tenda de campanha, fogão, alimentos desidratados, vitaminas, os terços (dez mil)... Então, para atravessar a fronteira, dei

uma de brasileiro. Me levaram para ver a chefe da alfândega e dei US\$ 5 para ela. E um pacote de cigarros, que fui dividindo com outros funcionários. Os americanos não entendiam nada. Quando eles abriram o carro... “O que é que o senhor tem aí?” “Você não vê? São jornais!” Havia jornais por cima das coisas. “Ah! Si, si”, e nós passamos. Os gringos perguntaram: “O que você fez?” E eu disse: “Saudei, saudei.” Foi um dos últimos atos de corrupção explícita que me lembro de ter cometido.

Para mim, foi uma experiência muito bonita entrar nessa cultura, perceber a cosmovisão deles. Hoje dou risada das bobagens que nós fizemos. Até projetor de cinema nós levamos. Eu tenho até um diário! Eu achava, como os outros, que você deveria dar o terço colorido verde e vermelho para as mulheres e preto e marrom para os homens. Mas quando os homens viram aqueles colares coloridos, disseram: “Não, tem que trocar.” E a besteira das vitaminas... Cada dia apareciam mais indígenas se contorcendo e dizendo “cush... cush...” para ganhar as vitaminas coloridas!

Eu era o único do grupo que falava espanhol. Os catequistas índios falavam espanhol, mas a língua deles era tzeltal. Nessa ocasião, fizemos uma experiência de tradução, e eu me convenci de que estava tudo errado. Fomos fazer uma tradução de um texto bíblico; eu falava em espanhol para o catequista, e ele me repetia e traduzia para a sua língua. Quando acabou, eu disse: “Gerônimo, você quer me traduzir de volta? O que está escrito aí?” Não tinha nada a ver. Porque toda a estrutura deles é outra. Esse processo de alguém de língua portuguesa falar com um tzeltal em espanhol, e ele traduzir para o universo dele, não é? Eu fiquei olhando aquilo tudo e pensando: “Nós estamos é perdendo tempo.”

Mas havia o lado bonito do encontro com as pessoas. Celebrar com elas a vida... A pobreza que viviam era... Nós comíamos frijoles com tortillas no almoço e, no jantar, tortillas com frijoles. Aquilo era terrível! Provocavam gases que, à noite, nos davam cólicas horríveis! Mas o que mais me impressionou foi a fraternidade deles, a solidariedade. Os chefes visitavam todas as casas, todos os dias. Primeira tarefa deles: verificar como é que estava

cada família. Quando traziam a caça tudo era repartido entre eles. Era muito bonito. Nós conseguimos uns refrigerantes... fizemos uma gincana e demos a última garrafa para o chefe da aldeia. Eu notei que ele só tomou depois de passar aquela garrafa para todo mundo. A experiência de descobrir com eles a fraternidade, a comunidade, a partilha, naquele mês, foi muito, muito rica. E eu não ensinei nada; realmente o que fiz foi aprender.

Desse período dos Estados Unidos o que guardo de precioso é a vivência ecumênica. Quando saí do Brasil não podia ver um cren-te na minha frente. Hoje me sinto perfeitamente bem em ambiente de outras igrejas. Já fui hóspede do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, duas vezes. Uma vez fui lá como assessor: um bispo católico com um crachá de assessor do Conselho Mundial. Atualmente, tenho bastante ligação com o Patriarca Ecumênico Bartolomeu I, que é o segundo bispo mais importante da Igreja. Tenho tido o privilégio de, nos últimos anos, receber convite pessoal do Patriarca para participar de um trabalho relacionado ao desenvolvimento e ecologia. Ele é chamado de Patriarca Verde.

No ano passado fizemos uma viagem de 10 dias pelo Mar Negro, com uns 300 cientistas da Europa e da América do Norte, das várias áreas de conhecimento, alguns teólogos e pastoralistas. O Patriarca aproveitou para fazer uma visita pastoral pelos países e igrejas ortodoxas da região, inclusive a Grécia. Há 30 anos o Patriarca não aparecia lá e foi muito comovente. Em Tessalônica, no porto, havia pelo menos 50 mil pessoas, pelo que pude avaliar vendo a multidão. Este ano ele me convidou de novo para um seminário em um mosteiro da Igreja Ortodoxa na Turquia. Já estou convidado para um novo simpósio em junho de 99, no Rio Danúbio. Um diálogo sobre o desenvolvimento e o meio ambiente com a comunidade científica, autoridades e sociedade civil dos países ao longo do Danúbio.

Uma das grandes bênçãos da minha vida foi descobrir esse mundo religioso mais pluralista e perceber a beleza disso e a contribuição que cada um pode dar. No Centro de Formação da diocese de Nova Iguaçu, duran-

te a Eco-92, com apoio de Dom Adriano, recebi o Conselho Mundial de Igrejas. Estivemos reunidos durante sete dias, antes daquela grande conferência. Concluímos o encontro na Catedral de Caxias, com uma vigília ecumênica. Foi lindo. Nós éramos 54 países e 72 igrejas cristãs presentes naquela noite. Nós tínhamos contado 71, quando apareceu alguém dizendo: "Eu sou da Assembléia de Deus." É simbólico: os 72 discípulos. Ficamos em vigília das 10 da noite até as 8 da manhã. Pentecostes de 92. Foi comovente. Até hoje, viajando pela Europa, encontro pessoas que dizem: "Nunca me esqueço." Havia um bispo da África que gingava todo. Nós fizemos a entrada da Bíblia em ritmo afro. O pessoal com tochas, dançando e sambando. Terminamos na praça de Caxias. Quando o sol nasceu havia 7 mil pessoas na praça. Na vigília, eram cerca de 800, mas as comunidades, quando o sol amanheceu, vieram para a praça. Foram distribuídos 7 mil folhetos. O mundo ecumênico, para mim, virou uma riqueza a partir dessa graça que foi ter estudado Teologia nos Estados Unidos.

Quanto à questão social, os Estados Unidos também foram importantes. Mas antes, eu diria, a parte bíblica foi importante. O meu principal professor de Bíblia faleceu há pouco, Padre Raymond Brown. Ele terminou seus dias de magistério, padre católico, como professor de importante seminário protestante de Nova Iorque. Ele era perito em São João: Apocalipse, as Cartas e Evangelho de João. Ele dizia: "Entendo um pouquinho do resto." Era considerado no mundo inglês um dos maiores exegetas bíblicos.

Vários de nossos professores foram peritos no Concílio. Mas, como eu disse, outra parte importante dessa vivência foi a questão social. Porque eu vivi nos Estados Unidos a época de ouro dos direitos humanos. Participei da marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King. A gente cantou com o maior entusiasmo *We shall overcome*. Foi um evento que encheu a alma. Momento igual a esse eu só vivi naquela passeata dos 100 mil operários em São Bernardo. Foi um momento privilegiado você viver aquele instante naquele país, de 1961 a 1965. Eu me ordenei padre em 1965.

*D.V. – O sr. se ordenou lá ou...*

**Dom Mauro** – Meu bispo passou por lá, na última sessão do Concílio. Acho que fui o único padre ordenado na capela do seminário, pois somente havia ordenação de diáconos. Era soleníssima a ordenação dos diáconos. Tínhamos uma capela linda, com órgão, trombetas de prata. Cada um era ordenado padre em sua diocese. Mas o meu bispo passou e me autorizou, inclusive, a permanecer lá para substituir Padre Caldas, agora aposentado, que havia formado uma paróquia portuguesa em Bridgeport, Connecticut, e que estava sem férias há oito anos. Então, fui trabalhar lá e fiz amizade com o povo e com aquelas famílias. Quando me ordenei, tanto o meu bispo quanto o bispo de Bridgeport autorizaram-me a permanecer naquela paróquia pároco provisório por alguns meses.

Depois de ordenado, ainda viajei um mês com o meu bispo, tentando conseguir alguns padres para nossa diocese. Ao partir para Roma, o bispo me disse: “Eu só volto para o Brasil em dezembro, você até lá está livre...” Porque eu fui ordenado em abril e as férias eram de junho a setembro. E eu não tinha mais nada para fazer, eu queria, inclusive, ir para a Nova Escócia, fazer cooperativismo na Universidade São Francisco Xavier, mas o bispo disse: “Não, você volta para casa porque eu preciso.” Eu queria fazer dois anos por lá, porque estava impressionado com o resultado do cooperativismo nas Províncias Marítimas do Canadá e na África. Infelizmente, não pude ir. Aí fiz a substituição na paróquia portuguesa. Curiosamente, nessa paróquia fui diácono, celebrei a minha primeira missa. Nove anos depois eu estava lá, por ocasião da festa dos ex-alunos em Baltimore, quando recebi notícia oficial de minha eleição ao episcopado, em outubro de 1974.

Encerrei minha estadia nos Estados Unidos com a visita do Papa Paulo VI à ONU, em 4 de outubro de 1965. Participei da missa no Yankee Stadium e, três dias depois, peguei o avião e comecei a voltar. Passei pelo Panamá, onde havia uma experiência pastoral muito bonita na paróquia de São Miguelito, na periferia. Eles conseguiram bastante participação e formação de comunidades. De lá fui para a

Colômbia, onde conheci a mãe do Camilo Torres e vários de seus colegas. Camilo eu não encontrei, estava na guerrilha. Passei 10 dias apreciando o trabalho dos padres na zona sul de Bogotá, que é a parte pobre. Havia a União Paroquial Sul. Eram 30 paróquias. Fiquei muito contente de conhecer a experiência desse grupo de padres, trabalhando juntos. Fui conhecer as escolas radiofônicas, famosas na época, em Sutatenza. Dom Eugênio realizava experiência semelhante no Rio Grande do Norte na mesma época. Naquele tempo, Bishop Sales era o bispo brasileiro mais famoso nos Estados Unidos e Canadá pelo seu trabalho social.

Além do Panamá, de 7 de outubro a 19 de novembro, percorri o Equador, Peru, Chile e Argentina. Deixei de ir à Bolívia porque a conexão era muito ruim. Eu não tinha tanto tempo. No Chile fui conhecer uma escola agrícola na qual tinha interesse, no Sul de Santiago. Visitei um Instituto de Catequese em Santiago. Em geral, procurei conhecer paróquias e comunidades. Interessava-me bastante a dimensão social da pastoral. Terminei na Argentina, mas estava exausto. Sozinho, foi cansativo.

*D.V. – O sr. voltou quase dois anos depois do golpe. Como é que, de lá, o sr. via o golpe?*

**Dom Mauro** – Tudo que se ouvia do Brasil era Carmem Miranda e Carnaval. Quando sabiam que você era brasileiro, cantarolavam o “mamãe eu quero”. Ou queriam saber do Perón. Lembro-me de um colega, típico americano, ingênuo e simplório, que me torrava a paciência. Eu falei: “Você me paga.” Até que, um dia, decidi conversar com ele durante o recreio, depois do jantar. Gastei aqueles 45 minutos descrevendo o Brasil da forma como ele imaginava que fosse. Acho que até hoje acredita piamente. Conte toda uma mistura de história de índio, de cobra... Como ele queria que fosse, eu tinha que corresponder à expectativa...

Quando cheguei ao Brasil, entrei por Porto Alegre. Pego um táxi para ir a Viamão e passo por uma grande favela. Levei um susto quando vi aquilo. Quando tomo o ônibus em São Paulo para ir a Piracicaba, achei aquilo tão modesto e precário. Que desilusão! Em 1º de

janeiro de 1966, fui para a paróquia principal de Rio Claro, São João Batista. Logo que cheguei, vi a situação da ditadura e a indignação foi crescendo dentro de mim. Nunca deixei de me pronunciar. Tivemos momentos tensos; vários jovens da minha comunidade foram presos em Ibiúna. Nós tínhamos um movimento de jovens na paróquia, uns 200. Não tinha nada a ver com essa xaropada de hoje. Era um trabalho de formação de consciência evangélica e de atuação na história.

*D.V. – O que o sr. chamou de xaropada de hoje? Esse Movimento Carismático?*

**Dom Mauro** – Eu não queria qualificar tanto assim, nem pinçar movimento algum... Naquela época já havia cursilho e movimen-

*Tudo que se ouvia do Brasil era Carmem Miranda e Carnaval. Quando sabiam que você era brasileiro, cantarolavam o “mamãe eu quero”. Ou queriam saber do Perón.*

tos derivados, mas a nossa linha era de humanismo cristão e de inserção na história. Quando comecei a trabalhar na paróquia, escreveram para o Núncio Apostólico, para o Arcebispo de Campinas, para o Cardeal de São Paulo, dizendo que eu era protestante e comunista. A palavra que correu por lá é que o padre tinha sobrenome italiano, falava com sotaque de alemão e era protestante e comunista.

E o Núncio Apostólico, que era o Baggio, chamou meu bispo e disse assim: “Verifique e modere o zelo do padre.” Me chamou de zeloso. O bispo me mostrou a carta. Mas foram denúncias para o Arcebispo de Campinas... Eu, com 29 anos, o meu bispo disse: “Você vai lá e renova aquilo, que aquilo é uma pouca-vergonha. Em todos os sentidos.” Sem ele falar, eu já ia aprontar. Uma das coisas que fiz foi limpar a igreja. Detestava sujeira. Quando voltei, me irritava a história do *jeitinbo*. Encontrei tudo imundo, sujo. Fiz uma limpeza muito grande. Em seis meses, lancei uma campanha

que era chamada de contribuição familiar mensal para substituir as taxas e espórtulas. De setembro de 66 até minha designação como bispo, naquela paróquia foram abolidas todas as taxas ou espórtulas por ocasião de batizados e casamentos.

Eu disse para o povo: “Olha, o bispo me mandou para cá.” Fui autoritário, sem dúvida. Não faria hoje o que fiz, o método não foi bom. Entrei para valer. Reuni todas aquelas irmandades na igreja e disse: “Olha, eu penso assim e assim. Até a meia-noite de hoje vocês vão a Piracicaba, são 34 km, peguem o ônibus, conversem com o bispo, digam que mandou um doido para cá, me tirem. Porque se eu amanhecer aqui eu vou começar a agir. Vou fechar a igreja para limpeza, fechar todas essas contas de banco, vou arrancar todos esses cadeados.” Eles tinham até tapete preso em altar, cada irmandade tinha o seu altar com as suas coisas. O altar principal era uma sujeira. O altar do Santíssimo cheio de cupim... Mas ninguém foi ao bispo. Amanheci lá e comecei a agir. Foi um furor.

*D.V. – Esses jovens que o senhor disse que foram presos em Ibiúna... O sr. tinha uma articulação com a JUC, a AP?*

**Dom Mauro** – Não. Nós começamos um trabalho de nucleação na paróquia que não era ligado a nenhum movimento, mas era inspirado na Ação Católica. Nós tínhamos grupos e muitos eram universitários. Fazíamos encontros de uma semana na Serra de São Pedro, e um dos encontros foi só de universitários que vinham de outras regiões também. E esse pessoal tinha articulação com o movimento estudantil universitário, então eles iam na qualidade de membros dos diretórios estudantis. A insistência nossa é que entrassem no movimento estudantil.

*D.V. – Era muito raro no movimento estudantil alguém independente...*

**Dom Mauro** – Eles iam pela vinculação ao movimento estudantil. Foram vários lá da paróquia. Inclusive alguns da Igreja Presbiteriana local.

*D.V. – Então o senhor não teve nenhuma vinculação...*

**Dom Mauro** – Eu já cheguei um pouco tarde. Tive a experiência da Ação Católica no Sul e a experiência social nos Estados Unidos. Voltei e segui uma linha que era idêntica. Mas não havia vinculação. Agora, a gente acabava sendo procurado. Por exemplo, uma das coisas mais comoventes que vivi foi em relação a um jovem do Pará, Edson. Nunca mais soube dele. Esse rapaz saiu do Brasil e caiu na bobagem de voltar. Quando chegou ao Rio, houve uma disputa das três armas para ver quem ficava com ele. Eu sei que esse garoto acabou em um hospital de Recife por ter sido espancado e torturado. Consegui fugir do hospital, com um lençol, pela janela. Foi para a fazenda de um colega. Esse colega foi preso. Ele se arrancou. E em cinco dias apareceu em Rio Claro. Devia ter alguma indicação, porque não ia bater em qualquer lugar. Aí chegou em casa. Ele ficou comigo acho que por umas 48 horas. Nunca vou me esquecer de como essa pessoa se encontrava à beira do desespero: “Padre, se você não tivesse me recebido eu teria cometido suicídio, teria me jogado na linha do trem, porque eu não tinha mais condições de ir em frente.”

Ele estava extremamente agitado, tenso. Meu pai tinha falecido, minha mãe e irmã moravam comigo. A minha mãe percebeu, falei: “Mãe, não entra na conversa, não.” Ela era muito esperta. Aí conversamos, dormiu em casa duas noites, dei roupa para ele, fui até a estação, falei: “Olha, tem soldado lá, você não corre em lugar nenhum. Você não vai correr.” Mas até o último momento ele não estava acreditando em mim totalmente. Passamos pelos policiais. Embarcou. Depois, ajudado pelo Padre Edgar, em Porto Alegre, conseguiu escapar de novo. Do Peru me enviou um cartão postal tridimensional, a gueixa está dando uma piscadinha assim, dizendo: “O turismo está muito bom...” Nunca mais soube dele. O pai dele era engenheiro em Belém.

Falando em termos de experiência pessoal de fé, duas vezes na vida tive experiência profunda da presença de Cristo. Primeiro, foi exatamente com esse rapaz na minha casa. Eu nunca tinha sentido Deus tão vivo e tão próximo quanto ao perceber essa criatura do jei-

to que ela se encontrava e me dizendo o que disse. E a outra vez foi aqui, durante um encontro de prostitutas que acolhi na diocese. Fiquei encantado de ver a solidariedade entre elas. Depois houve discussão entre bispos, recebi cartas desaforadas, “como é que você recebe prostitutas em uma casa religiosa? É uma profanação!” Assim dei a minha resposta: “Olha aqui, quer saber a verdade? Eu fiquei encantado com as mulheres; fiquei edificado com o grau de fraternidade e solidariedade delas. E, se quiser saber, Jesus falou que Ele nos recebe a todos no Reino dos Céus, mas bispos e cardeais vão entrar depois delas.” Para mim, foram dois momentos muito verdadeiros daquilo em que acredito. De você perceber, na prostituta e no torturado, o que seu Evangelho é, ou deixa de ser. Foram duas coisas muito fortes.

*D.V. – Quando o sr. voltou dos Estados Unidos foi para uma comunidade muito conservadora, pluralista, em Rio Claro, interior de São Paulo. Depois apareceu esse garoto... Quando é que houve a primeira confrontação com o poder militar em relação a suas idéias, onde e quando houve uma censura, um constrangimento explícito, seja através da hierarquia da Igreja...*

**Dom Mauro** – Em Rio Claro não chegou a haver. Houve manifestação em 1966, 1967. Curiosamente, tenho até gravados sermões fortes que fiz, mas nunca ousaram me pegar. Eu não sei se era um pouco a dificuldade das autoridades locais, dentro daquela cultura... Eu era o vigário da região. Tinha uma função episcopal desde o segundo ano de padre. Meu bispo também, naquele momento, era muito ativo; teve confrontos na catedral de Piracicaba...

*D.V. – Quem era...?*

**Dom Mauro** – Dom Aniger Francisco de Maria Melillo. Depois tudo mudou e abrandou. A cavalaria cercou a catedral, e ele estava lá dentro, junto com estudantes e operários. Diretamente eu não cheguei a ser molestado. Nós tivemos uma passeata dos estudantes lá de Rio Claro, mil e poucos estudantes. Eles vieram amordaçados da faculdade até a matriz principal, onde eu estava, e participaram da celebração lá, à noite. E eu disse para o dele-

gado, o juiz, o prefeito: “Se vocês ousarem impedir eu não me responsabilizo pelo que vai acontecer. Vocês fiquem longe dos estudantes que a manifestação sairá, virá até aqui e nada vai acontecer. Agora, se aparecer qualquer coisa, uma patrulhinha por perto, não posso me responsabilizar.” Estavam tensas, nervosas, as autoridades. “Padre Mauro, o que vai acontecer, o que o senhor foi aprontar?” Falei: “Os estudantes vão se manifestar, têm que se manifestar. Eu disse que eu vou receber...”

*D.V. – O senhor era uma liderança explícita?*

**Dom Mauro** – É evidente, não é? Vou contar uma história; para responder a isso eu tenho um depoimento. O senador Antônio Carlos Magalhães me recebeu em 1997. Fui conversar com ele sobre o dia mundial da alimentação e foi muito interessante o encontro. Ele chegou e disse: “Que absurdo, Dom Mauro, o senhor aqui na sala de espera. Como é que vocês me deixam Dom Mauro aqui? Deveriam ter colocado lá dentro.” E entramos. Um senador entrou na sala durante a audiência. Ele botou o homem da porta para fora e disse: “Como é que pode uma coisa dessas? Já o destratarem deixando lá fora, e agora esse vem e interrompe a minha audiência com o senhor.” E acrescentou: “Dom Mauro, eu sempre acompanhei sua trajetória. O senhor é um homem muito combativo. E também não podia ser diferente, estando o senhor onde sempre estive, na periferia de São Paulo. O senhor sabe que eu ficava preocupado com as reações desmedidas do outro lado?” Fiquei pensando quem estaria de que lado...

Mas a única vez que me senti perseguido em São Paulo foi numa noite, já bispo. Eu não sei de onde vinha, mas vi uma dessas patamos com a chapa fria e quando percebi que começaram a me seguir, saí da Washington Luiz. Eu morava em Santo Amaro. Peguei a Joaquim Nabuco e comecei a correr por dentro. E esses caras vieram atrás. E meu bairro só tinha uma entradinha, uma pequena avenida asfaltada e uma rua de terra. Eu dei uma freada, para não bater ele seguiu, e eu entrei na minha rua. Como eu tinha controle remoto no portão, consegui entrar na minha casa. Foi a única vez que me senti seguido. Outras vezes eu não sei o que posso ter vivido ou deixado de viver.

Acontece, também, que no sexto ano de padre, sem deixar a paróquia, eu fui chamado para ser secretário da CNBB em São Paulo. Houve uma mudança da estrutura, em junho de 1971. Havia um bispo secretário e um padre subsecretário, e eles mudaram o estatuto e criaram um colegiado de cinco bispos – Dom Paulo, Dom Padim, Dom Miele, Dom Zioni e Dom David. Eu estava lá pelo conselho de padres da diocese e acabei ajudando a secretariar a reunião. Padre Luciano Mendes, o atual Arcebispo de Mariana, cuidava da dinâmica da assembléia. Na primeira noite a mãe dele passou mal aqui no Rio. E ele disse: “Mauro, eu estou com um problema. Estou com esse compromisso de quatro dias com os bispos e minha mãe está mal no Rio. Você faz para mim?”

E assim foi. Passei a cuidar da coordenação da assembléia. Uns dias depois, os bispos se reúnem na casa de Dom Paulo e colocam meu nome em primeiro lugar numa lista de padres para ser o secretário regional da CNBB. Com David, encarregado de falar comigo, fomos procurar meu bispo. “Tudo bem, se você não deixar suas funções na diocese, a sua paróquia...” Eu era vigário da paróquia e vigário da região. Tinha um Círculo Operário, com quatro mil sócios. Era um dos raros círculos operários em funcionamento no Brasil na época. Nós recuperamos a biblioteca, organizamos cursos e encontros. Tínhamos uma obra social, uma creche para cem crianças...

Então comecei a trabalhar na CNBB. Trabalhei 10 anos com Dom Paulo, como padre. Basicamente, era uma espécie de vigário geral de todos os 45 bispos do Estado de São Paulo. E a minha função era coordenar todo o diálogo e trabalho entre as 30 dioceses do estado. Na segunda à noite ou terça de madrugada, eu ia até São Paulo, no nosso escritório, e voltava no fim de semana, quando voltava. E nós vivemos aquele momento duro...

*D.V. – O sr. está falando de 1971, quando houve um recrudescimento muito forte da repressão...*

**Dom Mauro** – Na paróquia, tivemos que acabar com o trabalho de jovens. Não havia

mais condições de sequer reunir os jovens. As famílias estavam com muito medo. Então acabamos. Por causa do combate ao tráfico de drogas, tive um encontro naquele período com um coronel, que acabou me confidenciando: “Olha, nós temos um plano de controle de qualquer cidade média. Se houver qualquer distúrbio sabemos exatamente quais são os pontos a serem ocupados e que pessoas têm que ser detidas.” Ele me disse literalmente isso. Era tudo muito articulado e organizado.

Então, o efeito prático para o nosso nível modesto de paróquia era a inviabilidade de continuar o trabalho com a juventude, porque nem as famílias queriam mais. Nós sempre fizemos núcleos domésticos, em casas, e a ordenação se reunia comigo, mas de vez em quando havia uns encontros maiores. Não havia uma missa dos jovens, eles iam a várias missas, colaboravam e participavam. Não havia esse encantamento. A nossa proposta era participar da Igreja, normalmente.

*D.V. – O sr. concordaria que a Igreja estimulou vários movimentos e, quando a repressão recrudescer, ela se afastou? A moçada entrou um pouco em uma situação que, à revelia dela, tornou-se beligerante. E havia um certo tipo de apoio tópico, localizado, mas a Igreja, realmente, como um todo, se afastou...*

**Dom Mauro** – É uma pergunta que exigiria mais quatro horas de conversa, não é? Sobre a Igreja. Isso me faz lembrar aquela mesma situação que eu descrevi. No fim do segundo ano de Filosofia, o seminário de Viamão atravessou uma crise grande. Exatamente o próprio cardeal, na época arcebispo, que tinha feito o projeto, não foi capaz de reconhecer o filho que havia gerado e começou a destruir aquilo que havia construído. São experiências semelhantes. Nos Estados Unidos, a mesma coisa.

Acho que com a JUC também foi assim. Os companheiros todos que passaram pela Ação Católica se sentiram não só abandonados, mas até traídos. Um pouco aquilo que se encontra nos Atos dos Apóstolos. No Evangelho de Lucas, quando os dois discípulos, depois da Paixão, voltam desencantados: “Nós pensávamos, esperávamos que fosse acontecer, não deu em nada.”

Essa sensação recentemente foi reproduzida pelos padres que se reuniram em Itaiaci, acho que em fevereiro de 1997, no 8º Encontro Nacional de Presbíteros. Eles tomaram esse texto bíblico: “Nós pensávamos...” A resposta é muito difícil, teria que botar a cabeça em ordem. E por onde começar?

Já foi dito que o Brasil viveu algo inédito na história eclesial, de você ter um episcopado vivendo mais uma dimensão profética, um episcopado mais avançado do que a própria Igreja e o próprio clero. Isso não é comum. Porque o episcopado tem função de governo, e todo governo é conservador. Também o do PT. Às vezes bastante autoritário.

---

*Eu tenho dito que não foi por opção que o episcopado brasileiro chegou aonde chegou, no confronto com a ditadura e na defesa dos direitos humanos. Foi obrigado. Não teve escolha.*

---

Isso realmente acabou. Eu tenho a impressão de que, com a abertura política, a verdade se tornou transparente. O que houve, na minha compreensão, tendo vivido ao lado dos bispos muito tempo e sendo bispo já há quase 25 anos, foi o seguinte: a fundamentação doutrinária e ideológica do episcopado é bastante conservadora. O coração das pessoas talvez seja um coração mais sensível, mais pastoral. Eu tenho dito que não foi por opção que o episcopado brasileiro chegou aonde chegou, no confronto com a ditadura e na defesa dos direitos humanos. Foi obrigado. Não teve escolha.

Eu digo isso porque vi, com respeito e carinho, tantos bispos que sofreram por terem que tomar essas posições. Diziam: “Meu Deus, por que isso, quando é que isso vai acabar?” E, na verdade, nunca devia acabar. A oposição da Igreja com o poder... Ela jamais devia fazer aliança, conchavo com o poder.

Curiosamente, outro dia Dom Waldir Calheiros me disse que alguns assessores e companheiros da CNBB não concordam comigo porque eu defendo parcerias com o Estado.

Ora, as parcerias que a gente defende são em torno de uma mesa, pluralistas, abertas; não são conchavos, concordatas. Nesse sentido, diria que na história do Brasil a Igreja caminhou vinculada ao Estado até 1889. Oficialmente, houve uma ruptura em 1889. Mas, em verdade, a Igreja continuou vivendo em concubinato com o Estado até 1968, momento em que houve o recrudescimento da repressão.

Foi exatamente em torno de 1968 que a Igreja, que em 1964 tinha abençoado a revolução, foi se distanciando e, pela primeira vez na história do país, acabou rompendo com o poder. Pelo menos o que eu vivi e senti naquele momento é que houve uma ruptura. E essa ruptura foi dolorosa, foi como uma grande agonia para muitos bispos. E depois, quando nós começamos a retomar a abertura política, houve uma sensação de alívio. Houve aquela trégua com o Geisel. Por dois anos a CNBB fez uma trégua. E depois disso veio uma sensação de total alívio e de ação de graças, quando voltamos a um certo grau de democracia política, com tudo aquilo que a gente sabe e viveu.

Mas eu diria que não foi uma opção. Foi uma obrigação. Ela foi forçada. Vou dar um exemplo: Dom José Gonçalves, que foi Arcebispo de Niterói, estava lá em Presidente Prudente, no Pontal. Um homem muito identificado com posições conservadoras. Num certo momento, houve um conflito no Pontal de Paranapanema. Ele foi um leão. Saiu em defesa do povo, contrariando sua posição ideológica e tudo mais. Telefonei para ele e disse: "Dom José, meus parabéns pela sua defesa do povo." Não tinha nada que ver com ideologia, ou com nova opção que ele tivesse feito. De repente ele sentiu que o povo de lá estava sendo atacado, espezinhado. E ele reagiu como é de esperar de qualquer pastor digno desse nome.

A Igreja não é, porém, só articulação e jogo político. Evidentemente, creio que o Espírito de Deus, que age na História, está dentro de um processo. Eu vejo assim. Por exemplo, Leão XIII toma consciência de que a Igreja tinha voltado as costas para o povo. Ele usa aquela expressão: "A Igreja perdeu o mundo operário." De Leão XIII para cá, você tem uma sucessão de angústias, no mínimo. E cada

um deu a sua contribuição. Vem Pio X e recoloca uma questão que para mim é importante, que as crianças muito cedo na vida entrem na escola da comunhão e da solidariedade que é a Eucaristia. Bento XV entra com todo o trabalho de evangelização, que estava muito parado na Igreja, estagnado. Vem Pio XI, dá um impulso novo, afirmando que a Igreja não é feita só de clero, e começa a convocar os leigos. E é aí que surge a Ação Católica. Vem Pio XII e diz que a Igreja não podia ficar no reino da ignorância. Nós, naquele momento, estávamos cem anos atrás dos protestantes, em conhecimento bíblico, e Pio XII lança uma encíclica dando sinal verde para os exegetas e pesquisadores.

Sem isso nós não teríamos chegado a ser o que poderíamos ter sido, ou fomos ou ameaçamos ser como Igreja. O que revolucionou a Igreja foi exatamente essa abertura. Aproveitar tudo aquilo que a ciência e a História lhe oferecem para entender a sua herança de fé e se reencarnar de novo na História. Acho que é essa a grande contribuição de Pio XII. E daí surge toda essa movimentação de um processo evangelizador, de uma participação dos leigos na Igreja e na História que teve esse ápice político nas várias manifestações e expressões da Ação Católica. Penso, porém, que a gente vive constantemente a tensão do novo e a tentação do velho. É muito difícil ser uma presença de esperança.

Tome, por exemplo, o exemplo do Povo de Deus no Antigo Testamento. O povo não deveria ter um rei. Não agüentaram a experiência. Era para ser uma assembléia presidida pelos mais venerandos, pelos mais sábios, com mais experiência de vida. Quiseram um rei. Não era para ter templo. Era para ter uma tenda só. Um sinal. O que fizeram? Passaram a construir um templo. Eles deviam ser o sinal no meio dos outros povos, de algo novo, de uma promessa. Mas não. Descartando a própria responsabilidade ou missão voltaram-se para o templo de Jerusalém. Parece-me que o mesmo processo que aconteceu no Antigo Testamento acontece no Novo.

Quer dizer: a novidade do Evangelho dura pouco. Envelhece em pouco tempo e você entra em acordo com o império, você assimila todo o poder do império e, eventualmente, até substitui o poder do império. Em novo

ciclo, a morte de novo é vencida. Ocorre de novo um processo de ressurreição. Nós vivemos um momento desses. Começa com Leão XIII e vai até aquele momento sublime que foi o Concílio Ecumênico Vaticano II. Parece-me que o Concílio coroa e encerra um tempo, quando devia ser realmente um começo. Depois do Concílio houve grandes reuniões e reformas. Não houve, porém, renovação. Acho que nós não colocamos realmente o Concílio em vivência na Igreja. Não houve coragem. E o Concílio coincide exatamente com o período da ditadura brasileira.

Interessante que o episcopado do Brasil foi o primeiro episcopado do mundo a sair de Roma com plano de aplicação do Concílio. O Chico Whitaker estava lá, e outros peritos, ajudando. Saiu com um plano, era chamado PPC.

**Dom Mauro** – Há um monte de coisas caminhando em conjunto. Precisaríamos organizar um amplo fórum para analisar sob vários ângulos e poder entender o processo histórico, político, econômico, social. Nesse contexto, as articulações, a própria experiência religiosa como é que estava... Acho que seria um negócio fascinante para um bom seminário, de uma semana. Eu escrevi um daqueles livrinhos da coleção *Como fazer?*, do IBASE/Vozes: *Como fazer nova a República?*. Depois escrevi um outro: *Como fazer nova a Igreja?*, mas não publiquei com esse título. Saiu pela Vozes com o título: *O amanecer do novo*. Basicamente, tem a mesma estrutura do *Como fazer nova a República?* – são os mesmos capítulos. Um tem *Saudades da Candelária*, o outro tem *Saudades de Belém*. Faço até uma alegoria.



Plano da Pastoral de Conjunto. Também parou por aí. Não houve avaliação final. Depois, lentamente, foi entrando nesse ritmo de acomodação, mediocridade e carreirismo. Hoje a gente vê uma Igreja de cruzadas e de carreiras. É um desastre. Para a escolha e nomeação de bispos os critérios parecem ser a segurança e a ortodoxia. No tempo em que fui chamado, parece-me que Paulo VI estava preocupado com bispos desbravadores que pudessem dar uma contribuição à renovação da própria sociedade... pelo menos foi assim que entendi meu chamamento.

**D.V.** – *Houve um sufocamento da Teologia da Libertação e a visão neoliberal...*

Mas tem gente que é curiosa. Alguém me perguntou como havia encontrado o testamento de João XXIII... O discurso do João XXIII na abertura do Concílio é saborosíssimo. Havia anjos inquietos, fazendo aclamações: Dom Hélder e outros. Eu falo da praça, do povo, daquele desfile de cardeais, de patriarcas entrando na Basílica. Aí o papa começa a fazer o discurso e termina jogando a tiara num canto. Com a assembléia em pranto, sai da igreja e vai parar na Caldéia.

**D.V.** – *É teatral!*

**Dom Mauro** – Pode ser encenado. Dentro dele tem uma crítica ao que acontece com a Igreja e o Evangelho. Porque o Evangelho

não é religião, mas a tentação é transformá-lo numa religião, dividida em mil e tantas seitas. Esse é o drama. Eu me lembro que, quando padre novo, disse isso na paróquia e foi uma confusão. Não foi fácil ajudar o pessoal a perceber o que isso representa. O Evangelho não é religião. Infelizmente, ele é transformado numa religião e, hoje mais do que nunca, dividido em mil seitas. O Evangelho jamais deveria ser reduzido a mais uma religião. O Evangelho é um caminho sem muletas, sem deuses e sem senhores. O Evangelho é perigosamente secular. Às vezes, parece que você caminha sem Deus. Aliás, aprende a não tomar o nome de Deus em vão. Não se joga sobre Deus a responsabilidade daquilo que deve ser exigência de cidadania.

*D.V. – Mas a instituição católica optou pela hierarquia centralizada. É uma tensão que vai continuar sempre.*

**Dom Mauro** – É difícil. Inclusive eu me sinto um bispo frustrado, porque você é proibido de ser bispo. Vou ser honesto. Inclusive os mais avançados não estão dispostos a caminhar o quanto é preciso... Em um encontro com alguns deles propus que fôssemos ao papa para conversar com ele de irmão para irmão. O papa é bispo como a gente, embora o primeiro na responsabilidade pela Igreja e pela Missão. Para apresentar um plano de ação exigido pela responsabilidade apostólica, com um cronograma definido...

*D.V. – Tem uma coisa que interioriza no Catolicismo, como se a identidade católica tivesse a ver com a não-segmentação...*

**Dom Mauro** – O pluralismo é uma bênção, não é uma desgraça. A uniformidade, sim. Há anos estamos batalhando pelo pluralismo na unidade. Não é a mesma coisa que uniformidade. A história da Igreja primitiva era de pluralismo teológico, eclesial. De acordo com o apóstolo, a comunidade tinha uma compreensão da fé e uma liturgia próprias, o modo de se organizar era diferente, os ministérios eram diferentes. Na Igreja primitiva, pelo menos cinco ministros diferentes presidiam a Eucaristia. Hoje é um só. As igrejas joaninas tinham um estilo, um modo de ser; as igrejas petrinhas tinham outro; as paulinas, outro; de acordo com

seu apóstolo fundador. Isso era o comum na Igreja. Outra coisa que você falou com propriedade foi sobre a hierarquização. Mas não era para ser hierárquica. A Igreja é ministerial.

Penso ter dito uma vez a Frei Leonardo Boff: “Você está dando murros em ponta de faca, está perdendo sua energia, a alegria de viver, brigando com o Vaticano.” Acho que nós tínhamos que fazer uma reflexão sobre o batismo na Igreja como a fonte de toda a dignidade e pertença. Todos os batizados são ministros e

---

*O pluralismo é uma bênção, não é uma desgraça.  
A uniformidade, sim. Há anos estamos  
batalhando pelo pluralismo na unidade. Não é a  
mesma coisa que uniformidade. A história da  
Igreja primitiva era de pluralismo teológico,*

---

ministras do Evangelho, na comunidade e no mundo. Eu não aceito essa conversa de que os leigos cuidam do profano e nós cuidamos do sagrado. Isso é uma visão que não é evangélica. Herança da cultura grega.

*D.V. – Mas, puxando um pouquinho para o Brasil e a questão da democracia, eu acho que há um paradoxo aí. Todo mundo diz que os bispos dos outros países não têm o peso dos daqui. Dom Leme, que é, digamos, o nosso conservador, foi quem recolocou para a República o lugar do nosso episcopado...*

**Dom Mauro** – Aliás, nem havia episcopado até a República.

*D.V. – Exatamente. Então, essa idéia era uma coisa nova. E é aí que vem um paradoxo. Quer dizer, um conservador instituiu o lugar do episcopado no país, e foi por isso que o episcopado pôde ter um papel importante pelos direitos humanos durante a ditadura. Antes, o bispo não era nada.*

**Dom Mauro** – Mas também não era por uma razão simples: porque era cria do imperador. Embora tivéssemos boas surpresas, como Dom Vital de Oliveira, Bispo de Olinda, e Dom Macedo Costa, de Belém. Até a criação da República, os bispos eram 12. Era uma Igreja tutelada, cerceada, controlada, sem

---

autonomia. E o Vaticano tem culpa nisso. Nós tínhamos só 12 dioceses no Brasil. Hoje são 265. Para nós, a República foi uma grande bênção. A ditadura de 64 também! Obrigou a Igreja a romper com o Estado em defesa da cidadania. Pela primeira vez na história do país, a Igreja foi livre do Estado, do poder. Aquele momento – 1967, 1968 – foi a maior bênção para a Igreja. Não para o povo que sofria a repressão, bem entendido.

Os jornalistas diziam: se vocês não falam, ninguém mais vai poder falar. E não havia realmente condições de ninguém falar. Inclusive alguns dos nossos não podiam falar. Eu vi na Globo, em São Paulo, a lista das pessoas e dos itens censurados. Por exemplo: Dom Hélder não podia sequer ser mencionado. Muitas pessoas perguntavam: “Ele já morreu?” Porque havia desaparecido. Eu me lembro de gastar tempo com o Carlos Nascimento e outros jornalistas para formular as questões e as respostas que poderiam furar o cerco. Mas eles diziam, claramente: “Se o bispo não fala, ninguém mais vai poder falar.” Porque a gente tinha esse respaldo político nas costas, o episcopado alemão, por exemplo.

Mas, voltando à origem da pergunta, na história da Igreja sempre os bispos foram importantes. Ela é uma Igreja apostólica. Ela é fundamentada em um apóstolo. O ministério ordenado é constitutivo da Igreja. Discordo é do modo como essa pessoa é escolhida e preparada. E também o elitismo disso. Por exemplo: as mulheres. A minha igreja... 70% dela é de mulheres, que sustentam e vivem a igreja. Mas não são parte da solução, que é o quadro pastoral. Quando muito, podem rezar. O que não refresca muito. Como se Deus estivesse precisando tanto das nossas rezas! Mas o bispo sempre foi importante. Uma figura de coesão para a comunidade e de defesa também. O bispo se compromete com os pobres, com os estropiados. Ele tem obrigação de zelar pelo peregrino, pelo imigrante, pelo abandonado. Está lá, bem claro, no rito de ordenação. Então, ele sempre foi para a comunidade a figura de coesão e defesa. O perigo é ele virar o senhor da comunidade. É se transformar de servidor em

príncipe. Acho que essa é a tensão e a tentação que acontece constantemente na história da Igreja.

Mas, inquestionavelmente, uma marca da Igreja é a apostolicidade. Ela tem um apóstolo. Onde houver um povo em comunidade com seus ministros, catequistas, religiosos, padres e um bispo católico, aí está a Igreja. Eu sempre escrevo: “1º Bispo da Igreja Católica Apostólica de Comunhão Romana em Duque de Caxias e São João de Meriti.” Eu faço de propósito. Às vezes com certa malícia, sempre por convicção. A apostolicidade é uma marca da Igreja. O que não devia haver é o senhorio. Como você ser uma figura de coesão, como ser o defensor da cidadania de cada um deixando de ser irmão.

Santo Agostinho fala muito bem dessa tensão quando diz assim, no século IV: “Sou cristão com vocês e bispo para vocês.” O primeiro é uma honra; o segundo, um perigo. O perigo de você virar um ídolo, dominar o povo... Eu dizia para o meu segundo bispo, Dom Melillo: “Sabe por que a gente reza pelo senhor na missa? Primeiro, porque o senhor é um centro de unidade da diocese. Segundo, porque, entre nós, é o que corre mais risco de acabar no inferno.”

*D.V. – Fale um pouquinho da sua ordenação, Dom Mauro. Por que acha que foi escolhido tão cedo?*

**Dom Mauro** – Por que fui escolhido tão cedo? Uma boa explicação é que fui trabalhar com 45 bispos, descobri o segredo de todos, e não tiveram outra saída!

*D.V. – Um secretário poderoso!*

**Dom Mauro** – Realmente, parece que tem gente que é como urutu: tem um sinal na testa. Já no tempo em que eu andava em Viamão diziam que eu ia ser bispo. Lá nos Estados Unidos, lá também era evidente. Nós éramos poucos estrangeiros. Embora fosse um seminário nacional, tinha gente do Japão, das Filipinas, da Austrália. De volta à diocese, comecei a trabalhar e, infelizmente, no primeiro ano o bispo me fez vigário forâneo, que é uma espécie de decano da região. No segundo ano me nomeou vigário episcopal, responsável por um terço da diocese. Eu tinha que

cuidar de tudo, até de buscar padres, de substituição. E, como contei, no sexto ano, por causa da mãe de Dom Luciano, acabei no Regional da CNBB. O professor Cândido Mendes acha deliciosa essa história. Porque se naquele dia a mãe dele não ficasse doente, o meu caminho seria outro, possivelmente. Mas secretariei a reunião, houve aquela mudança de estrutura, a minha atuação parece que agradou e, passamos dois ou três dias, me telefonaram: "Olha, é Dom David, me encarregaram de conversar com você para perguntar se não aceita ser secretário regional da CNBB."

Anteriormente, cerca de 40 pessoas trabalhavam no escritório regional da CNBB, localizado em uma mansão na Avenida Paulista. Quando assumi o Regional, nossa sede estava no porão do Colégio Sion, em frente à Cúria da Arquidiocese de São Paulo, na Avenida Higienópolis. A sala do secretário costumava ser usada para colocar as freiras que morriam, até chegar o caixão. E eu transformei aquele porão em sede do Regional. Fiz um giro pelo Estado, conversando com cada bispo. Eu, um padre, com apenas seis anos de ordenação. Quando o Núncio Apostólico Dom Carmine Rocco chegou ao Brasil, lembro que Dom Paulo assim me apresentou a ele: "Este é o padre que uniu o episcopado paulista." Na última assembléia de 1971, todos os bispos compareceram à reunião.

Procurei cultivar um ambiente de respeito ao pluralismo. Procurava coordenar de tal forma que fosse garantida a liberdade de expressão de todo mundo. E foram anos assim, interessantes. Com alguns momentos muito bonitos, apesar daquele período de tortura braba, lascada. Lá em Brodósqui, assisti a Dom Cândido Padim e Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, de madrugada, fazendo um acordo para redigir um dos documentos mais bonitos e mais fortes do episcopado paulista, o Testemunho de Paz. Dom Gabriel, carmelita místico, um homem que já estava mais no céu do que na terra; o outro, Dom Cândido, beneditino que vivia o lema de São Bento, Ora et Labora, conciliando a contemplação e a ação. Os dois representando duas tendências: uma mística, outra de profunda inserção na realidade. O resultado foi o Documento de

Brodósqui contra a tortura. Mais tarde, foi reeditado com o título *Não Oprimas Teu Irmão*. Saindo de Brodósqui, fui a São Paulo, tomei um avião para entregar o documento aqui na CNBB, na Glória, na mesma hora em que a assembléia se encerrava lá em Brodósqui...

Agora: como virei bispo? Por que só Deus sabe!... Algum coisa do processo fiquei sabendo pela indiscrição de companheiros. O Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo, vice-presidente da CNBB, com quem tinha muito contato nas reuniões da CNBB, teria apresentado meu nome para seu bispo auxiliar. Segundo informes colhidos, os bispos de São Paulo, para evitar minha saída do estado, teriam me indicado para bispo auxiliar em Bauru. Soube por Dom Paulo, em reunião no Convento do Cenáculo, nas Laranjeiras, que iria incluir meu nome na lista dos bispos que pleiteava junto ao Papa Paulo VI. O que acabou acontecendo em outubro de 1974, mas vindo a público em 12 de dezembro de 74. Titular de Vatarba e auxiliar do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, como rezava a Bula Pontifícia. Com 39 anos de idade e nem dez de padre.

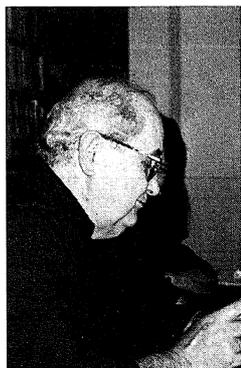
*D.V. – Aí o sr. ficou quantos anos?*

**Dom Mauro** – Seis e meio.

*D.V. – E depois foi direto para Caxias?*

**Dom Mauro** – Na Zona Sul de São Paulo formei três regiões, onde trabalham hoje Dom Celso Queiroz, Dom Fernando Figueiredo e Dom Emílio Pignoli. Lembro-me de ter ido a Jujutiba em 1975, a 72 km de São Paulo, onde há nove anos um bispo não pisava por lá. Andei por tudo aquilo. Havia mais de 250 padres na região, um número grande de escolas católicas e paróquias. Eu saía às seis e meia e voltava às 11 horas da noite, aos domingos. Passei por três começos: a formação da Região do Ipiranga, depois a Região de Itapeirica – hoje diocese de Campo Limpo. Dediquei três anos a andar na área toda. Andei toda a zona rural, a cavalo, de jipe. Para Jujutiba levei uma freira que era enfermeira, pois não havia um médico no município. Por último, com a região e atual diocese de Santo Amaro.

Da minha passagem pela periferia de São Paulo, em seis anos e meio, eu deixei abertos



*Agora: como virei bispo? Por que só Deus sabe!... Algum coisa do processo fiquei sabendo pela indiscrição de companheiros.*

162 locais novos, que foram comprados com o projeto Operação Periferia. Eu costumo dizer, brincando, que fui o bispo zero de Santo Amaro; Dom Gaspar, que permanece na arquidiocese de São Paulo, foi o zero, zero; e Dom Fernando, o titular da diocese de Santo Amaro, pensa que é o primeiro.

*D.V. – O sr. disse que até a República a Igreja estava casada com o poder. Da República para cá, a Igreja continua com um tipo de concubinato, que passa pela República Velha, a ditadura de Getúlio, por períodos difíceis, sem que tome posições de confronto com o poder. Até que chegam o golpe militar e a ditadura, e a Igreja toma realmente uma posição, se vê obrigada a isso, como o sr. disse, e se afasta do Estado. O sr. atribui isso a quê? Não será porque alguns padres começaram a ser vítimas da repressão também?*

**Dom Mauro** – Acho que o senhor está certo. Ela começou defendendo os seus. Mas as portas foram arrombadas, e outros entraram e se aninharam dentro da Igreja e ela não teve escolha. Teve que defender quem a buscou. Eu lembro, por exemplo, que o único espaço em que se podia fazer reunião era no ambiente sagrado. E os padres perguntavam: “E aí, como é que a gente faz, que garantia...?” Minha resposta: “Nenhuma. Se você tem coragem, abra a igreja; se não tem, fecha e sai correndo.” Em uma igreja da minha região episcopal, no Largo do Socorro, em São Paulo, foi acolhida uma assembléia de trabalhadores porque não havia outro lugar para se reunir. A tropa de choque da polícia invadiu a igreja, bateu no pessoal, feriu. Teve gente que perdeu o dedo. Quebraram o altar e o sacrário. Nunca tinham invadido o recinto sagrado. Um templo! Não era um salão... O próprio templo da igreja foi desrespeitado, violentado.

Quando houve o confronto na Praça da Sé, do Movimento Contra o Custo de Vida, eu estava lá dentro da catedral, com 5 mil pessoas. As mulheres fazendo aquele movimento todo, proibido pelo governo federal e pelo governo do estado. O que foram as cinco horas de tensão! Eu recolhia bilhetes que chegavam à mesa da coordenação para causar pânico na assembléia e punha no bolso. Foram cinco horas de grande tensão e, no fim, con-

segui que o povo sáisse da catedral sem ser molestado. Só houve um confronto final, depois que o povo tinha ido embora.

Havia cerca de mil manifestantes nas escadarias da catedral. Alguns me avisaram: “Bispo, cai fora que esse grupo aqui não vai te ouvir. Eles estão aqui para confrontar a polícia.” E no meio deles havia também policiais. E alguém do Dops veio me dizer: “Fecha a igreja.” Chamei dois padres da minha região e disse: “Vamos correr para a porta e, nem que seja a soco, manter a porta aberta.” Porque eu sabia que o pau ia quebrar. Se eu fechasse a porta, eles iam ser massacrados na porta da catedral. Aí, quando a coisa explodiu, eles entraram e foram parar lá no altar, pulando a balastrada...

Fui conversar com o coronel várias vezes acompanhado da imprensa. Como tinha alguma experiência de teatro, no início da manifestação coloquei-me sozinho lá no centro da praça. Dava uma cena bonita e eloqüente. Um dos jornais estampou uma foto minha com a mão erguida, cercado de capacetes em volta. Esse coronel, que depois foi promovido a general, coordenou a operação de repressão em São Bernardo. Além de Dom Cláudio, que era o bispo local, fui o único bispo que consegui chegar lá, porque conhecia a região. Havia barreiras. Deixei meu carro a 2 km e consegui chegar. Mas, voltando à Praça da Sé, quando estourou o confronto, com os olhos lacrimejando, corri até os microfones no altar com esse pensamento: “Se a polícia entrar, eu vou dizer que estão excomungados até a quinta geração; vou rogar praga, peste!” Imagine eu jogando pragas sobre crianças! Mas eles não entraram; pararam no pórtico.

*D.V. – Mas como foi o diálogo com o coronel?*

**Dom Mauro** – Com o coronel foi interessante. Coronel Braga. Aliás, quando cheguei aqui fui visitar um general Braga, na Vila Militar. Disse a ele: “Sabe, general, o senhor é o terceiro Braga na minha vida. Os meus padrinhos trabalhavam na fazenda de um Braga, que era engenheiro; tive encontros interessantes com um coronel Braga em São Paulo, e agora, o senhor. Ele respondeu: “Eu espero não ser uma pedra no seu sapato.” Respondi:

“Tenho certeza que o senhor não será.”

Mas, voltemos ao segundo Braga. O Movimento Contra o Custo de Vida levantou um milhão de assinaturas. O governo federal não recebeu a coordenação do movimento e proibiu qualquer manifestação. Em reação eu disse, na ocasião, uma frase que circulou pelo Brasil através do *Jornal Nacional*. Em resposta aos jornalistas que me informaram sobre a decisão do governo federal, retruquei: “A única forma de impedir passeata de panelas vazias é enchê-las.” O que eu vi de gente repetindo!...

Então combinamos que a manifestação se fizesse na catedral. Acho que havia de 5 a 10 mil policiais na Praça Clóvis, na Praça João Mendes e em volta da Praça da Sé; o negócio foi difícil, muito bloqueio. E o povo foi chegando. Os que tiveram coragem foram entrando. Lotou. As mulheres simples da periferia é que estavam cuidando daquilo. Recordo-me de uma história saborosa ligada ao nome. Era Movimento Nacional contra o Custo de Vida. Quando o pessoal da esquerda se apossou do movimento, decidi mudar o nome para Movimento Nacional contra a Carestia. Soube por Dom Angélico que uma das pobres mulheres de uma comunidade de periferia teria dito: “Ah, senhor bispo, não dá mais. Nós não vamos participar mais desse negócio.” “Por que, minha filha?” “Como é que a gente vai ficar contra a Eucaristia?!”

Mas, voltando ao coronel. Quando tudo estava ali, aquele aparato, eu descí, sozinho. E a imprensa veio. E o coronel com o *staff* dele. E nós nos encontramos. Eu disse: “Coronel, eu sou Dom Mauro.” Ele disse: “Eu sei.” Retruquei: “Senhor, nós dois somos cidadãos brasileiros; eu sou pastor e o senhor é oficial. O povo está lá dentro exercendo sua cidadania, para manifestar as suas convicções de forma pacífica. O senhor viu como entraram. Ninguém entrou armado. Nós dois nos comprometemos a defender o povo. O senhor faça a sua obrigação que eu vou fazer a minha.” E virei as costas e fui embora.

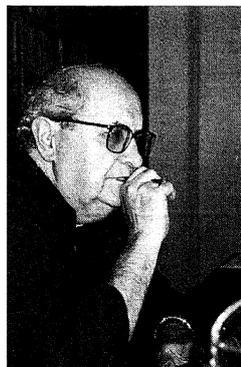
Eu não tenho lembrança exata, mas a gente teve mais ou menos cinco encontros naquela tarde. A certa altura, eles tentaram forçar a

entrada pela sacristia. Voltei lá e disse: “Coronel, tem homens seus invadindo a sacristia.” Ele disse: “Não tem.” Eu falei: “Tem, e o senhor bota para fora que eu não admito que entrem na igreja.” Quer dizer: até ali vocês chegam. Dali para a frente não. Em toda a história da humanidade, o direito de asilo é sagrado; ambiente religioso não se invade. Em qualquer cultura sempre foi assim e, se não foi, ficou sendo. Mais ou menos isso... E ele recuou.

Quando acabou a programação, eu fui lá e disse: “Olha, coronel, o senhor está vendo esse povo. A catedral está cheia de gente, eles querem ir embora para casa. Eu gostaria que o senhor garantisse a segurança do povo.” Ele respondeu: “Se saírem em grupos, em ordem, sem provocação, eu dou garantia de que não serão molestados.” Voltei e falei para todos: “Olha, povo: lá fora está o exército. Os soldados estão lá para nos proteger... (Foi aquela gargalhada!) E o coronel me garante que vocês podem sair tranqüilamente... Vão tranqüilos... Não façam provocação, andem em grupos e vão embora.” E o povo assim fez.

E aí ficou só aquele grupo na escadaria da catedral, que não era da manifestação e estava lá com outros propósitos. Eles ficaram quatro horas xingando as mães dos soldados que estavam armados ali na frente. Depois não me perdoaram, porque acabei dizendo que o confronto que houve lá não foi ligado à manifestação. O povo tinha se afastado tranqüilamente, e o coronel tinha empenhado a palavra e a tinha cumprido. Aí houve aquele rebu todo, o pau quebrou.

Eu tentei ir lá, mas alguém me disse: “Cai fora que eles têm outro objetivo. Não vão ouvir o senhor. O senhor vai se machucar à toa.” Mas a minha obrigação era defender mesmo assim. Aí, foram parar lá no altar. Depois que aquela fumaça acabou, os olhos choravam, eu saí fora e disse: “Coronel, tem um povo aí que ainda ficou na igreja. E isso aqui está uma bagunça, temos que arrumar a igreja para a missa das 18 horas. O senhor não podia me ajudar mais uma vez, deixando esse povo ir para casa?” Ele sabia que era a turma que ele queria pagar. Mas disse: “Tá bom. Se saírem como os outros, eu garanto que eles também vão ser respeitados.” Aí eu fui ao



*Quando acabou a programação, eu fui lá e disse: “Olha, coronel, o senhor está vendo esse povo. A catedral está cheia de gente, eles querem ir embora para casa. Eu gostaria que o senhor garantisse a segurança do povo.”*

microfone e disse: "Pessoal, se vocês quiserem ir para casa sem ser molestados e sem provocar ninguém, vocês podem me seguir." Do lado de fora da porta lateral da catedral, os soldados formavam um corredor. Fiquei ao lado do coronel. Passavam e eu dizia: "Filha, vai para casa. Filho, vai para casa." A vontade que eu tinha era dar pontapé no traseiro deles. Cambada de sem-vergonhas, me atrapalharam a tarde inteira. Mas foram. Saíram todos. O que o coronel mais queria era pegar um por um, mas deixou que todos saíssem.

**D.V.** – *E a ida para Caxias, como foi?*

**Dom Mauro** – Em determinado momento, cheguei à conclusão de que São Paulo não tinha mais futuro para mim. E disse a Dom Paulo e aos bispos que queria sair. Havia um acordo entre nós de que devíamos dialogar. E Dom Paulo e os bispos, diante das várias razões que coloquei, concordaram. Segundo Dom Paulo, desde que fosse para uma posição equivalente ou mais importante em termos pastorais, poderia ser liberado. E eles consideraram a Baixada uma posição equivalente ou mais importante do que a que eu tinha lá. Porque eu ia começar uma diocese numa região nova. Cheguei à Baixada em 1981. São quase 18 anos. E coincide com o nascimento do IBASE, não é?

**D.V.** – *É. Oficialmente, 1981. E gostaríamos que o sr. também falasse um pouco do relacionamento com o Betinho, que vai dar no Consea, Ação da Cidadania e tudo isso.*

**Dom Mauro** – Desde os primeiros dias eu tinha necessidade de informação sobre a Baixada e comecei a receber e a buscar também todos aqueles cadernos que vocês publicavam. Já cheguei a dizer que o Betinho acabou sendo uma espécie de confessor. Nós conversávamos muito por telefone. Ele me deu muita orientação. Uma das coisas que algumas vezes cheguei a discutir com ele era a hipótese de um dia renunciar à diocese para ficar livre para trabalhar só nas questões sociais. E ele disse: "Não faça isso que o senhor vai perder a base."

Numa ocasião devia ir à Nicarágua, mas ele me sugeriu que não fosse, porque era um momento um pouco complicado. Betinho dis-

se: "Não, não vá, porque você vai comprar uma briga desnecessária. A sua presença lá não é necessária nesse momento." Na questão de Cuba, conversei com ele também, e não vou dizer que foi ele, mas recebi uns três recados de convite para ir a Cuba e decidi não ir. Uma restrição que eu tinha referente a Cuba era com relação ao Paredão. Hoje eu iria. Mas, antes de mais nada, a aproximação com o Betinho e com o IBASE nasceu da necessidade de entender a região onde eu estava e acompanhar os estudos e análises que vocês iam produzindo em relação ao país. Eu comecei a participar da Campanha da Terra, participei da fundação da Abia, fui a muitas reuniões lá.

Mas, voltando à diocese, eu encontrei Caxias com 95 comunidades. Estou dizendo isso porque me irrita um pouquinho uma tese que o Iser tenta constantemente levantar segundo a qual onde a Igreja tem uma dimensão social ela perde o povo. Eu não concordo com isso. Há outros tipos de análises a serem feitas. Por exemplo, acho que a Igreja no Brasil, em média, nunca teve mais de 10% do povo. A maioria é de religião católica e não da Igreja Católica. Acho que esta é uma primeira diferença que tem que ser feita.

Ah, o povo está deixando a Igreja! Está deixando a Igreja ou a religião? Porque, de igreja para igreja, tem gente perturbada que vai de uma para outra. Há um troca-troca. Na Igreja Universal, pelo que eu tenho entendido, acho que ocorre um fenômeno curioso: nasce uma comunidade dentro da Igreja Universal formada pelo povo e pelos obreiros. Eles criam entre si um relacionamento de fraternidade, comunhão, solidariedade. Tenho dúvida se eles acreditam no andar superior. Mas, claro, há algo acontecendo. Ali se forma uma Igreja. É uma comunidade pentecostal que tem seu valor, tem suas limitações, como todas as outras. Inclusive, a minha.

Segundo dados que me foram dados pelo Rolim, ex-padre e sociólogo, já falecido, em 1960, quando havia só a Ação Católica, a frequência dominical em Niterói era de 7,5%. No Rio de Janeiro, 5%; em Nova Iguaçu, 3%; em Caxias, 2%. A frequência nada tinha que ver com Pastoral Social. O Estado do Rio de Janeiro é diferente dos demais sob o ponto de

vista ecumênico e religioso. Acho que a Igreja Católica nunca conseguiu se implantar no Rio. Ela nem produziu uma hierarquia própria. O cardeal é do Nordeste, eu sou de São Paulo, o Lima Vaz é de Minas, os que estavam antes dele eram de São Paulo, o de Itaguaí era holandês, o de Nova Iguaçu era nordestino, agora é um alemão, o de Valença é norte-americano.

Apesar de ser antiga aqui, em comparação com outros locais do Brasil, a Igreja no Estado do Rio não conseguiu se implantar. Não conseguiu se prender ao povo; não se casou com o povo. E o que você tem aí é o sincretismo religioso e a expansão das comunidades que são chamadas de seitas. Eu não gosto desse nome, não é respeitoso. Cada um é que deve verificar se é seita ou não. Para mim, a seita se caracteriza por fechamento. Quando o mundo é formado de irmãos... mas, somente aqueles que estão em nossa sala ou templo, então temos uma seita. Se você admite que, além de sua soleira, há muitos irmãos, já não é mais. Mas isso pode acontecer também na Igreja Católica, em qualquer Igreja.

*O planejamento era importante em função da fidelidade que você deve ter à História.*

*Porque a fé é a mesma, aqui ou no Japão.*

*O que diferencia é a realidade.*

Então, voltando a Caxias, encontrei uma diocese pequenina como igreja. Povo muito grande, território pequeno. Hoje nós somos 800 mil eleitores, em Duque de Caxias e São João de Meriti. Caxias tem mais de 500 mil e São João mais de 300. É muita gente. A igreja porém era pequenina; recebi um padre só. Nunca ninguém veio me socorrer. Eu não tinha nem um tostão para começar a diocese. Hoje nós estamos com 220 locais onde se reúnem as comunidades, sem entrar no mérito da qualidade e nem fazer comparações. Minha diocese cresceu: de 95 comunidades, passou para 222 nesses 18 anos. De São Pedro até a minha chegada, para ser um pouco presunçoso, havia 95. Agora, somos 222.

*D. V. – Então o senhor agrega mais que São Pedro! Em 2000 anos, 95; em 18 anos, 222!*

**Dom Mauro** – Pois é. Olha, o meu trabalho na Baixada foi o seguinte: eu vinha de São Paulo, onde fazia um trabalho de planejamento pastoral. O planejamento era importante em função da fidelidade que você deve ter à História. Porque a fé é a mesma, aqui ou no Japão. O que diferencia é a realidade. A resposta que você dá vai dar o tom da voz, o rosto daquela Igreja. O pluralismo da Igreja devia se dar não pela fé, mas pela realidade. Como é que ela responde, como é que reza, como se organiza, como se articula naquela realidade. É isso que caracteriza e diferencia cada Igreja ou comunidade.

Não querendo repetir o que fazia há anos em São Paulo, convoquei um Sínodo para tentar definir o nosso caminho. É outra forma de planejamento. E nós definimos que queríamos ser uma Igreja de Comunidades. A gente insiste muito, desde o começo, que o batismo é a fonte de dignidade e de pertença, que todo o povo deve ser ministerial. Uma tensão que existe na igreja ministerial é sobre o exercício do ministério ordenado numa igreja hierarquizada. A dificuldade da participação é que o povo não acredita na sua própria condição e dignidade de batizados, pois sabe que o padre e o bispo têm um poder absoluto. Essa é a dificuldade. Por mais que você proponha, eles sabem que a verdade dolorosa é esta. Eu viro as costas, entra outro bispo, ele pode pintar e bordar e mudar o que quiser.

Em São Paulo, eu me lembro que, confiando uma paróquia a um padre, costumava recomendar: “Meu irmãozinho, antes de você mexer no altar da igreja, no horário das missas, você passa um ano na paróquia, até que você tenha nome, conheça as pessoas. Aí você vai poder mudar.” Na quarta-feira seguinte, lá vinha ele: “Ah, senhor bispo, mudei tudo, viu? Virei o altar do avesso, tirei aquela imagem, troquei todos os horários de missa.” Dá vontade de dar um tiro no cara.

A clericalização da igreja! A igreja clerical é uma igreja em que o povo se vê sem poder. Ele sabe que o pastor tem poder de vida e de morte! O problema do clericalismo é essa ver-

dade dolorosa: você tem poder de vida e de morte sobre a comunidade. E o povo sabe que não tem defesa. Se um bispo quer, acaba mesmo. Se o padre quer, tem lugar; se não quer, não tem lugar. Se ele é devoto do Coração de Jesus, todos os devotos do Coração de Jesus vão ter espaço, dinheiro, apoio. Mas se não for, não vão ter. Por isso costume dizer que o clericalismo é o Povo de Deus à mercê não dos nossos amores, mas dos nossos humores. Essa é a verdade dura, nua e crua.

**D.V.** – *Como é que o senhor foi recebido pela comunidade?*

**Dom Mauro** – O povo recebe muito bem. Fui muito bem recebido. A primeira atividade nossa foi a Campanha da Fraternidade, em 1982. Foi bem preparada. E começamos as novenas de Natal. Chegamos a ter, em uma ocasião, três mil grupos de famílias para as novenas, nos dois municípios. Isso já pegou. A novena é para ajudar o povo a perceber aquilo que é a beleza do Natal, que é a vida, a se encontrar com a vida, a celebrar a vida, a valorizar a vida das crianças. E ela é ecumênica...

Várias comunidades nasceram dessas novenas; a maioria, de 81 para cá. Dom Adriano, o antigo bispo de Nova Iguaçu, foi muito legal: ele repassou recursos que não tinha mais obrigação de repassar para a gente poder ir adquirindo locais novos. Como em São Paulo, na Operação Periferia, fiz o Projeto Esperança. A Misereor, entidade da Igreja na Alemanha, nos ajudou. Assim conseguimos dar um impulso muito grande. Adotei a postura de em todo lugar cumprimentar todas as pessoas. Visitei as associações de moradores...

O povo não se valoriza, não se respeita. Não deixei ninguém me chamar de excelência. Pois, toda criança que nasce no mundo é excelentíssima e reverendíssima... Toda criança é excelente, deve ser digna de reverência. E a orientação que procurei dar é a de valorizar os movimentos sociais, que em Caxias já havia. De fortalecer o movimento comunitário e a cidadania do povo... E a igreja engrossa o caldo, apóia e oferece espaço, mas não promove. A diocese não aparecia promovendo nada. Havia um movimento comunitário, muito forte na região.

Eu aprendi que o Brasil tem dois códigos: o Civil e o Penal. A própria estrutura do Estado Brasileiro nunca foi um projeto para o povo, de cidadania. Sempre foi um projeto de uma elite minoritária. Como o professor Dallari há poucos dias comentava: “Quem é que fez a lei?” – “Os ricos, os poderosos.” O Código Civil é para oferecer proteção para quem é, para quem sabe e para quem tem. O Código Penal é para esculhambar e dar porrada em quem não é, não sabe e não tem. E a polícia não tem conserto. A polícia foi feita para implementar o Código Penal. Para consertar, você tem que criar uma outra proposta de Estado, de sociedade. Hoje ela é mal escolhida, mal treinada, mal paga. Ela não tem como implementar a cidadania. Nunca foi pensada para isso. Essa é a grande corrupção. Não sei se vocês lembram de uma declaração daquela simpática Raposa que Deus levou...

**D.V.** – *Tancredo!*

**Dom Mauro** – Tancredo. O Tancredo disse: “Vamos fazer uma Constituição para 70% do povo brasileiro.” E nós aqui reagimos. Tínhamos que reagir, não é? Mas ele sabia que se passássemos de 25% para 70% seria um avanço. Porque o que existe é para 25% do povo; o resto é secundário, é periférico... é fila. E eu descobri, trabalhando com o presidente Itamar, que a burocracia existe para que o povo não consiga aquilo a que tem direito, para inviabilizar a cidadania.

Cria-se um caminho burocrático exatamente para impossibilitar o acesso. Um ou outro esperto, como eu, consegue alguma coisa, mas a maioria do povo não consegue. O Fernando Henrique Cardoso diz que o Estado tem que ser reduzido. Todo mundo reconhece. Só que esse Estado do qual ele fala não é o do povo. O Estado brasileiro nunca teve tamanho, nem coração, nem braço para o seu povo...

**D.V.** – *Dom Mauro, fale um pouco sobre o encontro das Comunidades de Base que o sr. realizou em Caxias. Quando foi mesmo?*

**Dom Mauro** – 1989. Tivemos 33 países presentes. Das dioceses do Brasil vieram 225 delegações... Tínhamos 1.100 casas de família organizadas para receber os visitantes; cerca de

800 pessoas trabalhando em comissões. Sempre trabalhei em equipe. Alguns identificam equipe com um grupo dominado por caciques...

Nesse encontro, por exemplo, tínhamos uma coordenação. E eu não tinha nada a fazer. Na abertura, eu disse: "O bispo de Caxias se chama Dom Adriano, Dom Luiz Fernandes, Dom Waldir, Dom Vital e Dom Mauro. Esse é o Bispo de Caxias." Eu não tinha nada a fazer. O pessoal dizia assim: "Como o senhor está tranqüilol!" É que o povo estava muito organizado. Nós conseguimos alojar as pessoas nas 1.100 casas e todo mundo ficou feliz. Muitos se correspondem até hoje.

O tema do encontro deveria ser *Descobrir a América Latina*. De certa forma foi, mas, na verdade, ele foi marcado pelo ecumenismo. A experiência mais forte foi de diálogo religioso. Havia 100 evangélicos presentes. A Igreja Anglicana tinha, naquela época, menos de 10 bispos; quatro estiveram lá o tempo todo.

*D.V. – Voltando para a grande comunidade do Brasil e para as questões políticas e sociais, como o sr., que participou ativamente de todos os movimentos das últimas décadas, encara o quadro que a gente está vivendo, a partir da idéia do conceito de reeleição?*

**Dom Mauro** – Curiosamente, não tive entusiasmo de participar das Diretas. Porque achei que aquilo era uma grande montagem, uma grande traição. Eu sempre vi o fenômeno com duas vertentes: a da resistência e a da estratégia. Estrategicamente, a ditadura tinha que fazer revisões; a lei, por exemplo, estava totalmente bagunçada. E revisões econômicas, revisões políticas. Então, havia uma necessidade estratégica de reformulação. E nós fizemos uma luta de resistência.

De repente, eu comparo assim, vi que começaram a cavalgar sobre nós. E a botar em nós a mordaca. O Colégio Eleitoral foi exatamente isso. O processo de pular em cima do cavalo, que estava aí cheio de vigor. Ocupar a posição de comando. A Globo entrou com o "plim-plim"; foram para o Colégio Eleitoral e terminaram estrategicamente o que eles tinham decidido fazer. Nós fomos traídos. Eu ficava em casa xingando quando via na televisão aquelas coisas. Não fui. Não tive nenhum

ânimo, nem entusiasmo, apesar de ter visto as primeiras reuniões de resistência, lá na periferia de São Paulo, onde as coisas começaram a fermentar, antes que a classe média acordasse. Na periferia já havia aquela agitação. E a Constituinte me ajudou a entender de forma mais sistemática como é que o país é organizado.

Então, para mim, não há nada de novo neste quadro que estamos vivendo agora. Desde o Colégio Eleitoral, os que têm o poder continuaram o seu esquema. O Fernando Henrique sistematicamente repete que tem esta e aquela reforma a fazer. Eles se unem em torno das reformas que interessam a eles para manter um projeto de país que é o mesmo. Eu não vejo nenhuma mudança.

A nossa luta permanece no meio do povo... Um dos problemas é que não temos tido a inteligência, a sabedoria de manter uma articulação. A resistência terminou na abertura. Nós nos dispersamos. Entramos no processo da Constituinte e não fizemos avanços... Os 70% que o profeta anunciou, não conseguimos. Talvez beirando 70%, não é? Mas não tivemos nenhuma articulação posterior para implementar a Lei Magna, na legislação ordinária.

A estratégia deles continua perfeitamente coerente e avançando no seu projeto. Do lado do povo, acho que vivemos o impacto da comunicação globalizada. Vivemos o impacto da economia globalizada, vivemos a insegurança de um mundo que não está entendendo perfeitamente o que está acontecendo.

O projeto neoliberal é um projeto furado, fracassado. Tenho afirmado que o Fernando Henrique Cardoso está acoplando a nossa nave espacial a uma nave mãe perdida no espaço. Ele podia usar sua inteligência buscando um outro rumo para o desenvolvimento, não é? E os nossos diplomatas – de bom nível, em geral – poderiam ajudá-lo muito no diálogo com os outros povos e governos. No entanto, teima em acoplar a nossa navezinha a uma nave mãe que não tem futuro e que está à deriva...

É óbvio que do jeito que o mundo vai, esse projeto não é sustentável. Todos os dados que a gente recebe revelam que se nós formos igualar o padrão de vida da humanidade ao do primeiro mundo, do qual alguns de nós participa-

mos, o mundo explode. Não tem como, vai explodir. O modelo de desenvolvimento atual não é sustentável. Temos que passar por uma grande revolução ou transformação. Eu creio que, em primeiro lugar, cultural, porque ninguém dentre nós está pronto para essa mudança.

Aliás, em maio passado, fiz uma palestra no encerramento de um congresso mundial de jornalistas em Recife – foi a primeira vez que eles fizeram um congresso mundial fora do primeiro mundo. Perguntaram-me como via o jornalismo a partir do ano 2000. Uma das coisas... eu ficaria de olho nas religiões. As religiões serão profundamente questionadas no próximo século. Todas elas. Nós temos uma contribuição a dar. Porque se a gente diz que Deus é o criador, como é que estamos aceitando a destruição da natureza? Se nós dizemos

*Em 89 apoiei a candidatura Lula pois entendi que era um momento forte do processo de resistência política. Era o nosso projeto de pensar um país, de criar um país novo.*

que Abraão é nosso pai na fé – assim o afirmam muçulmanos, judeus e cristãos –, como é que nós nos odiamos? Se nós anunciamos que Cristo é um pastor só, como é que existe toda essa divisão e guerra entre os cristãos? Qual é a contribuição que as Igrejas vão dar para que o mundo se transforme?

Eu acho que a revolução cultural deve ser uma revolução de valores, de embasamentos éticos, de profunda solidariedade. Acho difícil imaginar que no futuro a nossa civilização venha a ser a civilização da solidariedade. A gente não nasce nem é educado para a solidariedade. No estudo, você compete: a criança é incentivada a pegar o primeiro lugar. No trabalho, você vai tentar passar por cima dos outros para ter o maior lucro possível e para subir na vida. No esporte, é a competição. Então, como imaginar o mundo criado e plasmado na solidariedade? Tem que haver uma revolução cultural. É a hora do anúncio – eu não gosto de usar muito as palavras de religião –, mas é a hora do anúncio do Evangelho da

vida. Seria essa a hora. Mas me parece que não estamos preparados, não estamos dispostos, não estamos sendo educados para isso.

*D.V. – Antes do segundo turno vencido por Collor, o sr. foi o único bispo a estar presente no Comitê Inter-Religioso de apoio a Lula. Recordo do sr. dizendo: “Vão com calma, porque o Brizola fez os Cieps. Vocês não imaginam o que significa ter um Cieps na Baixada...” Isso ficou na minha cabeça durante muito tempo... Afinal, qual o limite, qual a fronteira entre religião e política?*

**Dom Mauro** – Atualmente, eu sou do Conselho Político do PT. Aceitei entrar até pelo diálogo, faz bem para a gente e para eles: “Vocês não esperam que a gente esteja aqui para repetir amém e aleluia...” Procuo assumir uma presença crítica. Já na primeira reunião, assim me manifestei: “Olha, em 1989 a Frente Brasil Popular era muito maior que os partidos, porém os três partidos entenderam que eles eram a Frente Brasil Popular.” E dei o exemplo do nosso comitê religioso: “Vocês não foram capazes nem de aproveitar a contribuição que foi dada pelos pastores, padres e outros bispos de outras Igrejas e por mim. ...”

Em 89 apoiei a candidatura Lula pois entendi que era um momento forte do processo de resistência política. Era o nosso projeto de pensar um país, de criar um país novo. Era perfeitamente coerente estar naquela luta, depois de décadas me manifestando e procurando ajudar a formar um caminho diferente. Chegamos, naquele momento, à oportunidade de colocar naquela cadeira alguém que podia, com a sua presença, reforçar uma luta de revisão do Estado brasileiro, começar um processo político de verdadeiras mudanças...

Já na segunda vez, não apoiei. Achei até que não era o momento. Votar, votei. Mas não apoiei publicamente por questão de coerência. Eu estava lá no Consea, que era fruto de uma aliança pluralista. Na medida em que aceitei a função, não tinha o direito de ultrapassar os limites que me eram permitidos de ação. Eu disse para o Lula: “Não vou apoiar sua candidatura.”

O Lula tinha atacado o Itamar num discurso, e eu falei: “Não é bem por aí. Ataca o Fernando Henrique Cardoso. Ataca a equipe eco-

nômica. Não ataquem o Itamar.” E o Itamar... fomos lá, para conversar com ele. Ele nos obrigou a ver aquela gravação dos ataques do Lula, duas ou três vezes, e cada vez ficava mais furioso. Aí ele virou e me disse assim: “Dom Mauro, ou o Consea me defende ou eu acabo com o Consea.” Respondi: “Presidente, nem uma coisa, nem outra.” Isso foi em agosto de 1994. Mas vamos voltar à história do Consea, da Ação da Cidadania...

O Betinho me telefonou, expondo o que estava acontecendo, como é que seria o conselho, a finalidade, a composição, e que ele não tinha condição de assumir a coordenação, porque implicaria em viagens constantes a Brasília. Falou que haviam feito um levantamento e que tinham afunilado em dois nomes: o do Dr. Lavenère e o meu. Mas, como o Lavenère participava do processo de *impeachment*, “sobra para você”, disse ele.

Eu até costumo brincar dizendo que fui com ele de coroinha, naquela reunião de 18 de março de 1993, no Palácio do Planalto, em que o Itamar reuniu todos os ministros e nós dois. Deram uma cadeira para o Betinho, eu fiquei meio apertado, meio de lado. E ali ele fez um discurso profético sobre a importância de o governo declarar prioritário o combate à fome e à miséria, como uma questão política de primeira grandeza. E aí nós começamos a batalhar... Era o Betinho, a Denise Paiva, a Ana Peliano, a Ieda Crusius, que era a nossa chefe, que era a ministra. O que eu gastei de energia para administrar a Denise... Ela telefonava para mim: “Dom Mauro, o presidente...” Eu fui ao Itamar um dia e disse: “Senhor presidente, vamos fazer um acordo. Ninguém me dá recado. Se o senhor não puder falar diretamente comigo, o Mauro Durante, o ministro da Casa Civil, é o único que vai poder receber e dar o recado. Qualquer outra pessoa que me disser que o senhor me mandou dizer tal coisa, eu vou ignorar.” Aliás, passei dois anos tendo que desfazer intrigas e fofocas naquele palácio.

Outro problema era ficar na cola da equipe econômica. Por isso eu fui muitas vezes aos ministros da Fazenda e do Planejamento para reuniões sobre o Orçamento. Meu grande trabalho era desfazer intrigas e ciúmes, acompanhar o Orçamento e encaminhar nossos projetos.

Deixamos comitês estruturados em quase todos os municípios do semi-árido, 1.160 municípios. Desestruturaram tudo. Estava tudo organizado. Betinho teve uma grande contribuição dentro de tudo isso. Essa capacidade de vencer a repugnância, de fazer parcerias até com o Diabo, como ele dizia... Não só com os anjos. Eu acho que foi um avanço democrático. Para mim, foi um benefício.

Por exemplo, eu detestava empresários e militares; para mim foi uma boa descoberta trabalhar com um empresário como o Mauro Farias Dutra. No dia em que o conselho foi instalado, eu deveria ficar como secretário. Mas o Itamar disse assim: “Dom Mauro, secretário é linguagem de segundo escalão. Se o senhor for secretário, nenhum ministro lhe dará atenção. Então o senhor tem que ser presidente. É presidente e acabou.”

---

*Betinho teve uma grande contribuição dentro de tudo isso. Essa capacidade de vencer a repugnância, de fazer parcerias até com o Diabo, como ele dizia... Não só com os anjos.*

---

Mais tarde, naquela noite, enquanto jantava com Biseh, Betinho, Plínio e não sei quem mais, disse, usando minha linguagem eclesial, que “precisaria de um vigário geral. Porque eu não vou morar em Brasília.” E todo mundo disse: “É o Mauro Dutra.” “Quem é Mauro Dutra?”, perguntei. “É um empresário.” E fui atrás do Mauro. Ele, muito generosamente, disse: “Me dá uma semana. Eu vou aceitar, mas preciso rever o gerenciamento da minha empresa.” E, de fato, foi uma experiência muito rica trabalhar com um empresário.

Eu vivi coisas curiosíssimas. Uma das coisas mais comoventes aconteceu em Porto Alegre, numa reunião em que estavam presentes a Brigada Militar e os Sem-Terra. Eles tinham tido um conflito sangrento, e quando vi aquilo, pensei que era muito sublime. Estavam em torno de uma mesa, não para brigar, mas para discutir o pão, o alimento. Essa era a parceria da qual Betinho falava. Foi, em termos de povo, uma experiência humanizadora.

A solidariedade resgata a nossa própria humanidade. Ela liberta a gente do cinismo. Essa compreensão de que é a carne da sua carne, o sangue do seu sangue que está sendo humilhado... Uma criança desnutrida... Quer dizer, era isso que se pregava em todo lugar e muitos não entenderam. O Betinho insistiu muito em programas sociais, mas não era assistência social. Mas reconhecimento de que é gente como você que está sendo humilhada. Você não reparte por peninha, reparte por humanidade.

A parceria foi importante porque ela aproximou muita gente. Passou-se a ver não tanto o culpado, mas quem quer contribuir para abrir um caminho novo. Para mim foi enriquecedor. O contato com os militares, a experiência de ver o soldado lá no Nordeste tratando o povo com muito respeito. Eu fui a algumas áreas, inclusive para ver como a distribuição das cestas estava sendo feita. Foram 2 milhões e 50 mil famílias, 12 mil soldados na operação, 8 mil caminhões e 1.160 e poucos municípios atendidos. O Tribunal de Contas encontrou irregularidades em 25 municípios apenas. Em um universo desses, não é nada. Aquilo foi muito rico...

O avanço democrático consiste no fato de que o cidadão não apenas elege o governante, mas senta com ele e discute políticas públicas, participa do planejamento e tem co-responsabilidade na execução. Esse é um estágio mais avançado da proposta democrática. Não é apenas você delegar uma tarefa. É constituir o governante e junto com ele discutir caminhos alternativos e propostas. Eu acho que isso foi meio perdido.

*D.V. – Quanto tempo o senhor ficou na presidência?*

**Dom Mauro** – Quase dois anos.

*D.V. – E a passagem, como foi? Como é que o senhor sentiu que o Consea havia acabado?*

**Dom Mauro** – Com todo respeito e carinho pelo Itamar, que é leal e honesto, foi em agosto de 94 que eu senti que nós tínhamos perdido a batalha com a equipe econômica. Acho que o Consea começou a acabar quando a equipe econômica desrespeitou o Itamar.

*D.V. – Quem era o ministro?*

**Dom Mauro** – Já não era mais o Fernando Henrique Cardoso, mas em junho...

*D.V. – Era o Ciro Gomes...*

**Dom Mauro** – O ministro não é importante. Importante é o grupo que tem o poder na mão. A Pastoral da Criança havia levantado a questão do agravamento da mortalidade infantil no Nordeste. O ministro da Saúde tinha algumas ressalvas em relação ao assunto, mas, apesar delas, trouxe a questão para a reunião do Consea, já com um plano de trabalho pronto, elaborado por ele e pelos ministros da Educação e da Ação Social. Era um custo de US\$ 450 milhões, envolvendo medidas urgentes, que foram imediatamente aprovadas.

Então, eu fui ao presidente Itamar. Quando fomos discutir no quarto andar, na sala do Planejamento, com os três ministros juntos, a resposta foi: “Nós só podemos dar 150 milhões.” Disse aos três ministros: “Aceita. Vamos começar por aí, mas depois voltamos à carga para pegar o que falta, tudo bem?” “Muito bem!”

Em agosto, em outro encontro com Itamar, fiquei sabendo que não tinha sido liberado o dinheiro. Eu disse: “Senhor presidente, o senhor está sabendo que aquele dinheiro não chegou ao Nordeste?” Ele me olhou. Foi um silêncio constrangedor. Se ele dissesse que não sabia, ficaria ruim para ele. Se dissesse que sabia, pior ainda. Eu retirei a questão. Achei que não valia a pena. Foi aí que percebi que o projeto tinha chegado ao fim. Pensei: “Itamar não tem força para resistir. Não está sendo obedecido. Esse grupo, se pegar o poder...”

*D.V. – E como é que foi a passagem para o Comunidade Solidária?*

**Dom Mauro** – Nós fizemos uma reunião, fizemos uma ata, e eu fui encarregado de ir ao Fernando Henrique Cardoso, eleito. Ele me recebeu no Alvorada, dia 14 de dezembro de 1994. Quem me viu lá? O Marco Maciel, o Krause, o secretário dele que foi do Inbra e depois saiu, o Graziano... e outros. Aquela festa e tal, ele me recebeu muito bem. “Presidente, eu vim aqui porque nós entendemos que o Consea não pode simplesmente assinar

uma demissão coletiva e colocar nas suas mãos. Há uma parceria do governo com a sociedade civil. Queremos saber do senhor como é que vai ser o futuro.”

Nessa entrevista ele me deu com dedicação o discurso que havia feito no Senado. Escreveu: “A Dom Mauro, com afeto, Fernando Henrique Cardoso.” Ainda brinquei: “Olha, os tucanos vão ficar com ciúmes...” Ele me fez confidências, me fez consultas sobre nomeação de um ministro, chorou no meu ombro, perguntou o que eu achava de nomear fulano para tal função... E por último: “Eu chamo o senhor depois da posse.” Fiquei mais ou menos 40 minutos com ele, conversando. Foi muito amável. Até hoje ele não me chamou.

Eu fui à posse. Desci a rampa com o Itamar. Depois, fui com Dom Luciano na recepção no Itamarati. Nem sei se o cumprimentei; acho que não. No dia seguinte, eu estava em Brasília. Fui lá para o escritório. Nós tínhamos todo um projeto montado no Vale do Jequitinhonha que o Comunidade Solidária diz que fez. Nós deixamos tudo organizado e com recursos aprovados. Não me lembro o nome do coronel que passou um mês trabalhando por lá... Comecei a visitar os ministros. Fui muito bem recebido pelo Malan. Tive uma conversa interessante...

Daí a uns dez dias, no dia 10, acho, a Mônica, que trabalha lá com a Dona Ruth, e que era secretária nossa, me telefona dizendo: “Dom Mauro, o *Diário Oficial* trás hoje o decreto criando o Comunidade Solidária. E nesse decreto está embutido que fica extinto tudo o que existia pelos decretos tais e tais e tais: o Consea, os conselheiros, o presidente...”

**D. V.** – Quando ela telefonou já estava no *Diário Oficial*?

**Dom Mauro** – Já!...

**D. V.** – Que dia foi isso?

**Dom Mauro** – Mais ou menos 10 de janeiro. Então voltei a Brasília...

**D. V.** – Quer dizer: nasce o Comunidade Solidária e é extinto tudo o que existia... no mesmo dia!

**Dom Mauro** – Então eu voltei a Brasília, fui ao meu gabinete, comuniquei aos conse-

lheiros que tudo estava extinto, arrumei algumas coisas e encaminhei ao chefe da Casa Civil toda a documentação (o qual, aliás, não havia me recebido, segundo soube por Dom Luciano, porque não poderia receber o presidente de um organismo que ia ser extinto). Entreguei à segurança o meu “botão de lapela”, que me autorizava, como qualquer ministro, a circular livremente até na garagem do presidente. Finalmente, pedi à Mônica uma carona: “Sai pela esquerda, não por uma razão ideológica, mas para não olhar para trás. Me leva lá na CNBB.” Se ela fosse pela direita, iria passar na frente do palácio. E eu não queria olhar para trás, para seguir a Bíblia. Eu falei: “Vai em frente!” E pronto; acabou aí.

Depois, Dom Luciano, não sei por que razão, veio insistir comigo que eu deveria fazer uma visita a Dona Ruth. Ele era membro do Conselho, assim como o Betinho. Fiz a visita, que ela nunca retribuiu, e me coloquei à disposição: “Se a senhora precisar, eventualmente, lá na região... O que a senhora precisar, eu podendo... A minha preocupação é que o povo tenha mais vida. Se o que a senhora fizer for levar mais vida e cidadania, eu posso colaborar.” Nunca me perguntou coisa alguma, nem convidou para mais nada. Nunca precisou de mim, graças a Deus!

E nós continuamos a caminhada. Uma caminhada até um pouco sofrida... Os companheiros de Brasília me convidaram a entrar para a Ágora, para poder estar junto com a turma e ir em frente com o trabalho. Até assessoramos o Comunidade Solidária na preparação da Cúpula de Alimentação... Para mim, com um pouco de repugnância, principalmente por ver uma ação que o próprio presidente não valoriza.

Acho que o pecado grave de Fernando Henrique Cardoso foi ignorar a fome e o sofrimento do povo e retroceder no processo democrático. Além das alianças dele. Eu acho que não houve avanços. Ele não teve a grandeza de valorizar algo maior, que foi construído com a parceria do Itamar. Ele não valorizou isso, o que foi uma perda. E seu governo tem se caracterizado, como todo mundo tem dito, por uma arrogância e uma



*Acho que o pecado grave de Fernando Henrique Cardoso foi ignorar a fome e o sofrimento do povo e retroceder no processo democrático.*

auto-suficiência muito grandes. Exatamente por não valorizar o povo e a organização do povo. Não me lembro de ter visto, em nenhum momento, o Fernando Henrique Cardoso circulando pelo país para apoiar o povo. Você se lembra? Ele fez os seus projetos, seus itinerários. Mas não acho que haja uma preocupação dele de reforçar a cidadania. Para mim, esse é o pecado grave... Intelectualmente, ele nunca valorizou isso. Para ele existe o Estado, o poder. E não a participação. Isso não é orgânico na visão dele.

*D.V. – E o fato de o Betinho ter ido para a Comunidade Solidária? Vocês estavam juntos até essa hora... Como foi isso para o senhor?*

**Dom Mauro** – Foi doloroso. Eu vou ser honesto: acho que o Betinho se equivocou na avaliação. Depois ficou arrependido. E isso, para nós, foi realmente um tempo de sofrimento. Eu fiquei quieto. O que podia fazer? Uma coisa que eu senti é que ele foi obrigado a ficar em silêncio quando o Consea foi atacado na imprensa, depois de extinto.

Mas acho que o Betinho deve ser entendido na grandeza da vida dele, não numa ou noutra coisa. Eu falei para o Lula, outro dia: “Você tem que entender o Betinho na urgência da vida que ele vivia. A vida dele sempre foi precária.” As avaliações dele... Ele sabia que não ia ver tal coisa acontecer. Então, apressava...

*D.V. – O senhor já falou um pouco sobre o Fernando Henrique Cardoso, mas quero voltar a isso. Nesses primeiros quatro anos, o que se verificou foi uma perda de conquistas trabalhistas, de direitos adquiridos em relação à aposentadoria e previdência social, uma retenção do salário de funcionários públicos, ameaças de demissão... Em oposição a isso, a proteção a empresas multinacionais, uma política permanente de privilégios e benefícios para o grande empresariado, os bancos etc. À luz disso tudo, como o senhor vê os prognósticos para os próximos quatro anos?*

**Dom Mauro** – Uma crítica que a gente faz é que o governo não tem projeto para o desenvolvimento do país. Está criando um Ministério da Produção, mas não sabe o que vai produzir. Não definiu! Qual é o projeto? Além da estabilização da economia e da moeda, não

tem projeto. O grave é isso. Se algum projeto de desenvolvimento do país estivesse acontecendo... Mas não está!

Você tem a desestruturação do país. O sucateamento do país. Acho que isso é grave! Por outro lado, como disse antes naquela imagem espacial, eu, pessoalmente, entendo que esse modelo neoliberal não tem futuro. Está fadado a um colapso e vai cair por força da desgraça que está acontecendo.

Por outro lado, eu voltei de Quebec, em 1995, da reunião de comemoração dos 50 anos da FAO, impressionado com o consenso das ONGs do mundo todo. Do povo que estava ali, mais militante. Governos não governam, partidos não formulam projetos, nem catalisam a energia do povo. A própria ONU não corresponde àquilo que deveria ser... Então, tem-se que construir um outro poder. E a minha esperança passa um pouco por esse caminho. Acho que nós estamos trabalhando para isso.

Depois de quatro anos de Fernando Henrique Cardoso, eu estava na fossa. Na fossa e com grande repugnância. E, de repente, a gente percebe uma coisa bonita, que foi o segundo turno das eleições. Parece que o povo não é tão estúpido como às vezes a gente pensa que é, para ser honesto. Você fica com raiva, quando tem que ter paciência, entender todos os processos e mecanismos... Eu me encantei com o que a História revelou nesse momento.

Eu estava analisando: o Fernando Henrique Cardoso nos fez um desserviço muito grande. Sua decisão de romper a parceria prejudicou uns 1.800 comitês do Banco do Brasil. Hoje não chegam a 50, para dar um exemplo. Não tivemos mais recursos para reunir o Fórum da Ação da Cidadania. Mas nós continuamos trabalhando. Nasceu, nesse processo, o Fórum Latino-Americano e Caribenho de Segurança Alimentar. Nasceu uma rede dos países de língua portuguesa. Nasceu esse Fórum Global, que hoje são 80 países interligados, gente séria que está estudando, que está agindo, pressionando. Nós temos aí um esboço de ONU popular crescendo! Estamos presentes junto aos organismos da ONU. A perturbação junto à Organização Mundial do Comércio, que se sente incomodada, molesta e até admitindo algum grau de diálogo. Apa-

rentemente o decreto do Fernando Henrique Cardoso parecia ter acabado conosco. Mas não acabou. Não acabou porque esse caminho foi pobre e pacientemente sendo costurado. Hoje nós estamos melhor do que estávamos há quatro anos em termos de articulação, de sabedoria e de união.

*D.V. – Eu me lembro da entrevista do Milton Santos aqui, menos de um ano atrás. O Milton Santos falou que a política brasileira na área social é uma política genocida. Ele nem usou a palavra exclusão; chamou de genocida, de eliminação mesmo...*

**Dom Mauro** – Veja a não resposta dada ao Nordeste... Neste momento, os dados revelam que cerca de 1 milhão de pessoas estão realmente passando fome no Piauí! É um governo que se revela de uma lerdiceza... se não for insensibilidade! Ou incapacidade de responder às coisas mais prementes! Acho que qualquer ser humano procura dar uma resposta a um desafio, como uma situação dessas. Mas esse governo não tem dado.

*A nossa proposta é a seguinte: nós decidimos cobrar dos governadores de oposição que eles correspondam ao mandato que lhes foi dado. Eles não foram eleitos para ficar tapando buraco e dizendo amém!*

Acho que Fernando Henrique Cardoso fica na presunção de que está fazendo um grande governo... Ou ficava, porque acho que a partir desse momento... Ele deve estar numa depressão... ou vai entrar em depressão. Para não atravessar esses quatro anos assim tinha que haver uma ruptura da ordem, o que não irá acontecer, ninguém está planejando isso... Ele vai sair do Palácio do Planalto envelhecido e bastante odiado. É a impressão que tenho. Usando a linguagem religiosa, sobre o governo Fernando Henrique Cardoso pesa alguma praga! Não sei quem jogou. Talvez os idosos, os pobres...

*D.V. – Os professores universitários... Mas o sr. não falou, ainda, de algo que sabemos que vem sendo a sua grande tarefa, nos últimos dias: a idéia dos Conseas estaduais...*

**Dom Mauro** – Quarenta e seis entidades estão trabalhando no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional! Foi criado em começo de novembro. Eu ia a Brasília para dizer tchau para a Ágora, quando o Fórum surgiu. Vi as propostas e disse: “Não! Agora não dá para ir embora. Tem que assumir. Agora a gente tem que sair em campo de novo!”

A nossa proposta é a seguinte: nós decidimos cobrar dos governadores de oposição que eles correspondam ao mandato que lhes foi dado. Eles não foram eleitos para ficar tapando buraco e dizendo amém! Estamos propondo que eles adotem, traduzindo em linguagem direta, o combate à fome e à exclusão como eixo de governo. E nós nos propomos a colaborar com eles, motivando a sociedade local e oferecendo respaldo técnico, político, o que eles quiserem para que esse eixo seja incorporado em todas as secretarias de governo. Tudo isso com um instrumento de acompanhamento, que é um Consea estadual, um conselho estadual com as mesmas características...

O Garotinho topou; foi um encontro muito interessante. O Itamar topou. Acho que em Minas vamos instalar no dia 3 de maio. No Rio Grande do Sul, o Olívio também topou. E o Viana do Acre, sem dúvida, apesar da grande pobreza do Estado... Fizemos uma carta de seis páginas, que enviamos a todos os governadores de oposição. E estamos viajando, eu e o Chico Menezes, do IBASE, fazendo reuniões nos diferentes estados.

Em Minas, foi um sucesso. A imprensa estava lá... No dia seguinte, fotos de página inteira. O Itamar topou a proposta e disse baixinho: “Dom Mauro, no primeiro ano, como é que nós vamos fazer com o orçamento?” Eu falei: “Presidente, vamos trabalhar para que no segundo, terceiro e quarto anos a gente faça alguma coisa digna, que nos honre. O que você vai conseguir, isso é uma outra questão. Neste momento, não é o mais importante!”

Ainda não me encontrei com o Covas por causa de seu estado de saúde, mas já tive contato telefônico com o seu secretário de Agricultura, que me assegurou o desejo do governador Covas de discutir a proposta. Estive no Mato Grosso do Sul, acertando tudo

com o Zeca do PT, que é um cara inteligente, otimista, entusiasmado e pé no chão... À noite, em Campo Grande, fiz uma conferência sobre direitos humanos e, na manhã seguinte, às 9 da manhã nós tínhamos 15 entidades presentes para discutir a parceria com o governo do estado! Nas próximas semanas, vou estar com o Lessa, em Alagoas.

Com o Garotinho já discutimos até a criação de uma secretaria técnica de três ou quatro pessoas, subordinada ao conselho e com a missão de rastrear a ação do governo e manter diálogo com os parceiros da sociedade civil.

Nossa idéia é atuar propondo a regionalização dos planos de segurança alimentar. Partir do regional até a municipalização. Já acertamos com o Itamar que, na Páscoa, reuniremos em Belo Horizonte umas 50 pessoas – segundo escalão dos governos e articuladores da sociedade de cada estado – para discutir estratégias e metodologias. Serão dois dias de reunião, que servirão também para criarmos uma verdadeira rede de operacionalização.

*D.V. – Pelo visto, a sua decepção com o governo, uma certa amargura, até que se diluiu ante esse novo desafio...*

**Dom Mauro** – Estou contente! Quando vi que a possibilidade de fazermos um trabalho interessante... Nós não estamos começando do zero. Temos uma história. A gente está feliz porque vê que tem uma história...

E Sua Excelência, que pensou que nos deu um tiro certo, vai se surpreender com o ressurgimento do Consea, regionalizado. E mais: na última semana de julho, vamos trazer pelo menos 500 pessoas para o Rio, para fazer quatro ou cinco dias de treinamento. Já combinamos, e o Garotinho vai patrocinar. E já conversamos com o Cândido sobre o IBASE produzir subsídios para treinamento à distância: vídeos, cartilhas, essas coisas...

Só o PT tem 400 prefeituras. Então você pega São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Alagoas e Acre também... E outros, provavelmente, que ainda iremos contatar...

Nós entramos com um movimento político de primeira grandeza e com um enfoque totalmente social! Lá em Brasília, já há gente

preocupada... Quando eu tive a notícia do Fórum, pensei: esse pessoal matou a charada!

*D.V. – Mas, Dom Mauro, nós estamos há cinco horas e meia aqui conversando e eu ainda gostaria de ouvir do sr. uma fala em especial: uma mensagem assim nessa linha da resistência e da esperança para os mais jovens. Gente que tem energia, mas que está com dificuldade até de...*

*D.V. – ...ter esperança!*

**Dom Mauro** – Eu teria que fazer uma tradução das coisas que digo para os jovens nas comunidades. Digo que “a criança está vindo de Deus, o idoso está chegando em Deus e o jovem está dando trombada em Deus!”

Acho fundamental ter a capacidade de perceber a vida e não morrer antes da hora. Acho que a juventude deveria primar por curtir a vida, descobri-la, perceber que ela só é bonita, verdadeira, quando tem partilha, comunidade, solidariedade. A juventude deveria encontrar a razão de viver, dar a mão para a criança poder caminhar, amparar o idoso para não cair e passar vergonha. Eu acho que é nesse equilíbrio que a juventude encontraria uma beleza para a própria vida. Abrir estrada para criança crescer e não deixar que os idosos sejam humilhados ou fiquem envergonhados. Eu acho que é por aí.

*D.V. – Uma das formas de se impedir a concretização da cidadania é exatamente o autoritarismo, a verticalidade que faz com que as pessoas fiquem quietas no seu canto e na maioria dos casos, inclusive, entendam que o que vem de cima é merecido e acabou-se. Como o sr. vê a atuação da Igreja, no que diz respeito à cidadania?*

**Dom Mauro** – Tenho dito a mim mesmo, e às vezes até na CNBB, que a melhor contribuição que a Igreja pode dar a um país é se transformar em comunidade em que as pessoas crescem, ganham maturidade, co-responsabilidade, sabedoria, capacidade de se articular. Uma Igreja de gente subserviente, de gente com medo, sem capacidade crítica de perguntar, de se interrogar, é uma Igreja triste.

Se a Igreja do Brasil fosse de fato uma Igreja de Comunidades não precisaria ser mais nada. Seria verdadeiramente uma Igreja. Presente em todo o território nacional, daria ao país uma

base de transformação muito grande.

Sinto que não está acontecendo muito isso. Acho até que é um equívoco pensar que os movimentos vão responder ao desafio da evangelização. Evangelização visa comunhão ou, se quiser também, comunhão e cidadania. E a evangelização deve formar comunidades, criar relacionamentos fortes entre as pessoas. Esses movimentos não criam isso. Aí é que está o risco. A gente investir em movimentos que comovem, que abalam, que ocupam espaço na mídia, mas que não constroem relacionamentos profundos... Pelo contrário, acho até que as pessoas estão muito juntas, mas massificadas. Elas estão eletrizadas, mas não estão personalizadas. Isso eu acho muito perigoso.

Percebo o desespero de uma evangelização que é competitiva, que quer ocupar espaço, que é conquista. Não creio que o Evangelho seja uma conquista. A evangelização jamais deveria se transformar em cruzada. Toda a linguagem de Jesus é assim: "Tu queres?" Nada é obrigatório, imposto. O que a gente precisa é construir um mundo eucarístico. E um mundo eucarístico é uma mesa com gente em volta dela, celebrando a vida. Alimentando a vida. É isso que a gente quer fazer. Quer coisa mais evangelizadora do que isso? Esse trabalho nosso, aqui, para mim, é profundamente evangélico. Se as pessoas crêem ou não crêem, isso é outra questão. Quando eu dizia que Evangelho não é religião, é um pouco dentro dessa visão.

*D.V. – A sua visão é muito original...*

**Dom Mauro** – O que é mais forte de Jesus no Evangelho é o gosto pela vida. Até um

bom copo de vinho! Como Ele gostava...

*D.V. – Mas isso não é muito original, não. Até eu acho isso muito interessante!*

**Dom Mauro** – Ele não veio para ser original... Mas talvez o testemunho responda mais que a teoria. Outro dia, na minha diocese, um padre foi birrento com uma noiva que chegou meia hora atrasada. Ele fez o mesmo, atrasou a celebração do casamento em uma hora e meia. Não se deve reagir com o povo dessa forma. O discurso dele é muito em sintonia com a Teologia da Libertação. O discurso pode ser libertador, mas o método, autoritário.

Em muitos lugares tem havido muitas brigas com o povo por causa do batismo. Por isso, nas comunidades tenho insistido que se a pastoral do batismo ajudar o casal a se respeitar de novo e se acarinhar de novo, recebe 33 pontos. Ajudar a família a entender melhor o que é uma criança; por exemplo, que o pai saiba qual a cor dos olhos do filho, abra o caderno de escola da filha, seja capaz de ler os lábios da mulher que está dizendo "a casa está pegando fogo". Se ajudar o casal a cuidar melhor de uma criança e a entender um adolescente, daria mais 33 pontos para a pastoral. Finalmente, se incentivar aquela família a sentar em volta de uma mesa, uma vez por semana, e celebrar a vida junto, olhando um para o olho do outro, buscando uma sabedoria em comum, se reencontrando, se reconciliando, se valorizando, festejando, isso é uma religião bonita. Daria mais 34 pontos; atingindo 100, nota máxima. E aí a Igreja vai se preocupar com o que mais? Ela já teve lucro. Porque a primeira Igreja é a comunidade familiar. •



*2000 ou 2001*: afinal, qual o ano 1 do novo milênio? *Democracia Viva* não está preocupada com essa questão. Interessa-nos, sim, avaliar como e em que direção estamos construindo o nosso futuro. É por isso que, neste primeiro número de 1999, inauguramos uma série de artigos que publicaremos ao longo das três próximas edições do ano.

# 2000 ou 2001

A idéia é realizar, simultaneamente, um balanço e uma projeção dos principais campos da atividade humana em relação à virada do século e do milênio. Assim, religião, política, economia, cultura, ciências e arte são algumas das áreas que merecerão análises de especialistas, pensadores e intelectuais. Que terão como pressupostos as seguintes perguntas: 1) afinal, o que conquistamos?; 2) para onde os sinais dizem que devemos caminhar?

Para os artigos de estréia, Frei Betto e Joel Birman discutem temas que não poderiam ser mais atuais. Quanto à reflexão... é com você, leitor.

# Rumo ao novo milênio: desafios e perspectivas

## **Frei Betto**

*Membro do Institute for  
Critical Research  
(Amsterdã), diretor da  
revista America Libre,  
autor de 38 livros e  
articulista de vários  
jornais e revistas, do  
Brasil e do exterior*

Desde a queda do Muro de Berlim obscureceu-se nosso horizonte utópico. Andamos em busca de novos paradigmas. Paradigmas são “sínteses” científicas, filosóficas ou religiosas que servem de referência modelar para determinada época ou grupo. São exemplos de Platão, a teologia de São Tomás de Aquino, a concepção política de Maquiavel, a filosofia de Descartes, a física de Newton, o liberalismo e o marxismo. Eis os pilares da visão de mundo ou cosmovisão de todos nós que habitamos a esquina onde termina o segundo milênio e se inicia o terceiro.

Em plena crise das ideologias, muitos se voltam para o terreno supostamente sólido das ciências ou mergulham no imponderável vóo das correntes esotéricas. As grandes instituições – família, Igreja, escola etc – parecem não mais corresponder ao papel de norteadoras das novas gerações. Na versão pós-moderna, Protágoras diria que cada um é a medida de si mesmo. E o valor de hoje pode ser descartado amanhã, dependendo das conveniências do mercado.

Contudo, nem todos se perdem nas veredas do absurdo ou se deixam tragar pelo consumismo hedonista, que faz do mercado o deus que monitora desejos e projetos. Há no espírito humano um profundo instinto de sobrevivência, que o faz transcender a situações e épocas e reinventar o futuro. Esse instinto exerce uma atração irresistível na direção do âmago de nosso ser, no mais íntimo de si mesmo, e do rumo das estrelas, esses pontos de luz que encerram uma escrita que, talvez, possa nos revelar a razão pela qual aqui estamos a desfrutar de uma vida que culmina na morte.

Encanta-nos a idéia de que a humanidade avançou do Universo geocêntrico de Aristóteles ao Universo heliocêntrico de Copérnico, ampliado pelo universo de Newton, e agora descobre o de Einstein, Hubble e Hawking. Quando se modifica o desenho cósmico no fundo do caleidoscópio, também muda nossa maneira de entender o mundo e nele se situar. Hoje nos encontramos, por exemplo, no limiar de uma nova cosmologia, fruto da convergência entre a astrofísica (que trata do infinitamente grande) e a física quântica (que trata do infinitamente pequeno).

## Determinismo e física quântica

Considerável parcela de minha geração foi formada na concepção de que o determinismo histórico seria inexorável e corresponderia às leis objetivas existentes no mundo natural. Mesmo reticentes a toda corrente filosófica que professa o ateísmo como convicção religiosa, muitos de nós chegaram a acreditar que as leis do materialismo dialético representavam a suprema objetivação da mente humana. Bastava saber aplicá-las aos fenômenos naturais e históricos para poder apreendê-los em sua gênese e futuro.

Com toda aquela catedral dogmática implantada na cabeça, alguns de nós entraram em contato com a física. A teoria geral da relatividade modificara o nosso conceito de tempo e espaço. Tivemos que abandonar a idéia de um amplo espaço como palco dos fenômenos físicos e de um tempo que, à parte, flui no mesmo ritmo, do passado ao futuro, via presente. Orígenes supunha que o tempo é ilimitado e infindável. Ora, o tempo, como espaço, nasceu com o Universo. Antes que algo fosse, tempo e espaço também não eram.

Surpreendemo-nos, entretanto, ainda ape- gados a velhas concepções. À véspera da virada do século, não é fácil abandonar arraigados paradigmas. Trafegamos, confusos, pelo método empírico-indutivo de Bacon, a filosofia analítico-dedutiva de Descartes, a física mecanicista de Newton, perplexos diante do espetáculo “pós-moderno” onde “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

Olhamos para trás, vemos o passado de nossas vidas, da história do país e do mundo. Miramos em frente, desvendamos um futuro ideal, mesmo conscientes de que, quando ele se tornar presente, será diferente de nossas quimeras. O presente, sim, não passa de um ponto infinitamente pequeno, diminuta ponte entre o que foi e o que será. Ainda assim, como concebe que o tempo não flui na direção do presente que se transmuta em passado ao prenunciar o futuro? Futuro que parece, hoje, condenado a perpetuar o presente. Quem se arrisca a predizer a morte do neoliberalismo?

O que é tem ares de eterno. Basta conferir o empenho dos que ocupam o topo da pirâmide social com a preservação glamourosa de suas formas físicas. O elixir da eterna juventude pode, enfim, ser adquirido em qualquer academia de ginástica. Falta apenas inventar o xarope que evite a imbecilização de quem não malha o espírito e pensa que cultura é cercar-se de sofisticada parafernália eletrônica, submersa pelos encantos sensitivos do mero entretenimento.

Agora, quando se constata que alguma coisa na esfera subatômica parece contradizer todas as leis, não apenas da dialética, mas também da natureza, o determinismo histórico passa ao museu da história das idéias. Recomenda-se cautela para que não se jogue fora Marx com a água da bacia. O impacto quântico é mais forte do que se pensa. O próprio Einstein relutou em aceitar os desafios da esfera quântica. Parecia-lhe intolerável a idéia de que um elétron exposto à radiação possa “por sua livre vontade” – como disse ao físico alemão Marx Born – escolher que direção tomar. Na esfera do infinitamente pequeno, a ciência é obrigada a ingressar no imprevisível e obscuro reino das probabilidades.

### Um novo princípio

*O princípio da indeterminação*, descoberto por outro físico alemão, Werner Heisenberg, revoluciona nossa percepção da natureza e da história. E nos faz tomar consciência de que, na natureza, a incerteza quântica não se faz presente apenas nas partículas subatômicas. Bilhões de anos após a predominância quântica no alvorecer do Universo, um estranho e inteligente fenômeno despontaria dotado de imprevisibilidade inerente a seu livre-arbítrio: os seres humanos.

Enquanto viveu, Einstein ainda conservou a esperança de que alguém iria reatar as pontas dos fios que se haviam rompido pela força do princípio da incerteza. Perplexo diante do acaso, reagiu como um médico junto ao filho irremediavelmente doente e exclamou: “Deus não joga dados!” Malgrado sua indignação aí estão os dados e não há lei ou cálculo

lo que preveja o número que vai dar. Por isso, vale perguntar se, de fato, há fronteiras definidas entre a física quântica e a filosofia, incluindo a metafísica.

Onde estão as fronteiras, senão nos limites de nossa própria visão? Ora, o Mistério não pode ser apreendido por palavras ou equações. Ainda é comum encontrarmos, em pleno crepúsculo do século 20, pessoas que acreditam que há duas realidades, uma profana e outra religiosa.

A atual cosmologia com certeza virá ampliar os nossos horizontes, e a física quântica nos ajudará a perceber que, uma vez assegurados os direitos humanos, a liberdade consistirá na ousadia de mergulhar em si mesmo, lá onde o encontro consigo faz descobrir um Outro que, não sendo eu e sendo radicalmente diferente de mim, me devolve a mim mesmo, à minha verdadeira identidade. Dessa fonte subjetiva brota energia que deveria mover a humanidade: o amor.

### **Nova concepção de tempo**

Uma das mais importantes descobertas do século 20, no campo da física, é que espaço e tempo são intimamente solidários. Não se pode separá-los, como costuma fazer a nossa imaginação. Essa separação é estritamente subjetiva. Todas as medições de tempo são, de fato, medições do espaço e, ao contrário, as medições de espaço dependem das medições de tempo. Segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses, estações e anos são medidas da posição da Terra no espaço em relação ao Sol, à Lua e às estrelas. O meio-dia é apenas um ângulo do sol.

Respeitadas as diferenças de escala e de natureza, a interdependência entre espaço e tempo é tanto mais evidente quanto maior for a velocidade dos corpos, que é um espaço percorrido num determinado tempo. E uma das conseqüências disso é que, quanto mais rápido se atravessa uma certa distância no espaço, menos depressa se envelhece.

Isso parece válido também para o tempo psicológico. Quanto mais a nossa mente se apega ao tempo, atolada no viscoso terreno

da ansiedade ou retida à nostalgia, mais devagar atravessamos os dias que nos são dados viver e mais depressa envelhecemos. Aqueles que vivem aqui-e-agora, sem pressa do que virá e nem vontade de retornar ao que passou, permanecem joviais e saudáveis, mesmo em idade avançada. No entanto, pressionados pelo ritmo da vida moderna, nossa cabeça viaja por mil idéias, lugares e fantasias, enquanto o nosso corpo permanece no mesmo lugar. À noite, comemos de olho na TV, escutando sem atenção a pessoa ao nosso lado

---

*Agora, menos premidos pela intolerância e, sobretudo, sem o risco de uma prévia do Inferno numa fogueira inquisitorial, podemos manifestar a convicção de que haveria uma única realidade, que pode ser vista por diferentes óticas — profana, religiosa, científica ou estética.*

---

e recordando a palavra áspera que, no trabalho, gravou uma dobra de ressentimento em nossa subjetividade. Não podemos “perder tempo”. Competimos com parentes, colegas de profissão, amigos e, inclusive, nós mesmos.

Tamanha onipotência é o caminho mais curto para o infarto e outras enfermidades, precedidas pelo mau humor, o estresse, a infelicidade. Aqueles que conseguem viver o aqui-e-agora sabem ganhar tempo — de vida, de alegria, de dedicação aos detalhes do cotidiano e aos grandes projetos empreendidos.

Não há rupturas com o que nos precede. Colhe-se, no presente, o que se plantou no passado.

### **Uma visão holística do real**

Agora, menos premidos pela intolerância e, sobretudo, sem o risco de uma prévia do Inferno numa fogueira inquisitorial, podemos manifestar a convicção de que haveria uma única realidade, que pode ser vista por dife-

rentes óticas – profana, religiosa, científica ou estética. Não há limites intransponíveis entre história natural e história humana, mas continuidade, do simples ao complexo.

Mesmo correndo o risco de “certo imperialismo epistemológico”, a física quântica sugere que os seres humanos seriam tão naturais quanto uma abóbora ou uma estrela. Tudo estaria interconectado. Se em algum lugar existe isso que chamamos de energia vital, não seria só no coração humano, mas também nas partículas subatômicas. Uma unidade cósmica se estende da fusão nuclear nas estrelas à química da vida.

Em qualquer ponto do Universo, a matéria conhecida é a mesma. Deus, como o diabo, estaria nos detalhes. Mas nem sempre há olhos para ver e ouvidos para ouvir, como advertte Jesus.

Muito antes de Darwin demonstrar que, na Terra, todas as espécies são parentes, a instituição profunda de que tudo e todos nós somos da mesma matéria-prima – barro e sopro – estava implícita no relato bíblico de que Javé tudo criou. Heráclito, no século IV antes da nossa era, já havia dito que “todas as coisas são uma mesma coisa”. Segundo Lao-Tsé, que viveu na China seis séculos antes de Cristo, pessoas e natureza são governadas por um princípio único, o Tao.

Atualmente, muitos procuram os elos que comprovem a íntima e indissociável ligação entre o Espírito e todo o conjunto do Universo. Hoje, há quem esteja convencido de que todos os elementos dos reinos mineral, vegetal e animal são dotados de densidade espiritual. Agora muitos se sentem à vontade para questionar a concepção de matéria. Ela não é apenas o que vêem os olhos, nem o que imagina a nossa mente.

Na aparência, o Cristo do Corcovado, com os seus braços abertos sobre o Rio de Janeiro, é um bloco maciço de granito, capaz de resistir à fúria dos ventos. Um microscópio eletrônico, porém, nos faria ver aquele bloco como um amontoado de moléculas que se agitam velozmente, qual formigueiro quântico. Se os braços do Cristo não se movem é ape-

nas porque as moléculas, em permanente colisão umas com as outras, se anulam mutuamente, dando aparente estabilidade à matéria que integram.

Se Paulo Freire, com seu método pedagógico, fez reconhecer a sabedoria daqueles que são considerados ignorantes e convenceu-nos de que não existem povos ou pessoas mais cultos do que os outros – o que existe são culturas paralelas e distintas – não há nada de espantoso em desconfiar de que rochas, plantas e bichos também sabem.

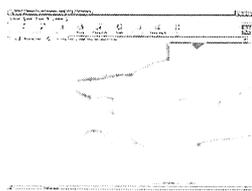
Ao admitir a espiritualidade que impregna a matéria, estamos respaldados pelo *intellecto* de Anaxágoras, os espíritos animais de Descartes, as mônadas de Leibniz, a alquimia de Newton, o ímpeto vital de Bergson e a psique de Teilhard de Chardin.

Se há um Espírito que tudo informa, anima, vivifica e plenifica, no qual “vivemos nos movemos e existimos” (*Atos dos Apóstolos*, 17, 27), como assegura São Paulo, ele não estaria exclusivamente no ser humano. Estaria também naquilo que constitui o tecido de toda a matéria, algo com a duração de vida do Universo, ou seja, as partículas elementares, que jamais podem regredir mesmo quando perdem uma estrutura tão complexamente organizada da qual fazem parte por algum tempo, como acontece na morte de um homem.

Cada um dos elétrons que compõem a nossa estrutura orgânica e vital traz em si uma história do mundo que jamais se perde, pois esteve no Big Bang e na fusão termonuclear das estrelas, no ferro que se partiu na explosão de uma supernova e na periferia estelar de uma nebulosa, nos gases quentes que moldaram a Terra e nas águas do período pré-cambriano, nos primeiros insetos e nos dinossauros do Cretáceo, nas plantas e nos seres humanos que nos precederam.

Cada um de nós é a reunião de inúmeros fragmentos do Universo. Uma obra-prima da natureza animada pelo sopro do Espírito. Resta-nos assumir consciência de que somos apenas células de um só Corpo e superar desigualdades e injustiças pela globalização da solidariedade. ●

# Sexo, mentiras e Internet



## Joel Birman

Psicanalista, Professor  
Titular do Instituto de  
Psicologia da  
Universidade Federal  
do Rio de Janeiro e  
Professor Adjunto do  
Instituto de Medicina  
Social da Universidade  
do Estado do Rio de  
Janeiro

Dizia-se freqüentemente que o século XX seria freudiano. Isso porque a psicanálise condensava nas suas formulações uma série de proposições sobre a sexualidade, o desejo e o amor que refletiam tudo aquilo que teria ocorrido de significativo na ordem social do Ocidente. A psicanálise seria, assim, por um lado, a consciência crítica do século que se fecha agora, e, por outro, um dos pólos operacionais das transformações espetaculares que aconteceram no registro da subjetividade. A hipocrisia reinante na era vitoriana e na *belle époque* foi então ferida de morte, pela fenda desferida pelo sujeito desejante que se apoiou em muito na psicanálise.

Com efeito, a psicanálise foi identificada como uma modalidade de discurso que legitimava a liberação sexual. Isso porque a inibição erótica foi considerada a principal causa das perturbações do espírito, verificando pela clínica quantas vidas se perdiam pela impossibilidade do exercício do erotismo pelas subjetividades. Além disso, aquela pôde demonstrar como a sexualidade é constituída de maneira polimorfa, não se restringindo ao que há de unívoco na genitalidade e na finalidade de reprodução da espécie. No que concerne a esse último ponto, a psicanálise demonstrou também, desde os seus primórdios, que existia autonomia e mesmo oposição entre a sexualidade e a reprodução, como as novas tecnologias de controle da natalidade das últimas décadas vieram provar definitivamente para os que eram ainda incrédulos.

É verdade, pois, que a psicanálise deu suporte para a reformulação radical dos costumes, dos quais fomos personagens ao longo dos últimos cem anos. Foi uma longa marcha num curto espaço de tempo. Daí porque esquecemos do abismo que nos separa dos pudores, nojos e constrangimentos corpóreos do século XIX. Pode-se afirmar ainda que aquilo que se entendia como sexualidade foi bastante transformado nesse contexto histórico. Passou-se a acreditar, por exemplo, que as crianças eram permeadas pelo desejo. Além do mais, que os velhos tinham também impulsos eróticos. O que se representava como sendo o amor foi também radicalmente reestruturado, distanciando-se sem vestígios das crenças oitocentistas. O cenário é outro, sem dúvida. Definitivamente, eu creio.

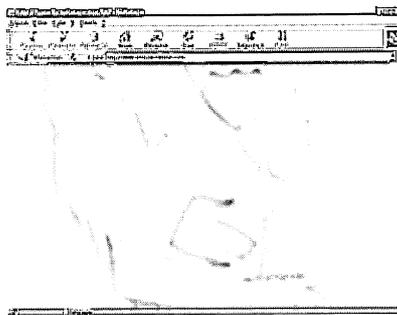
Apesar disso tudo, no entanto, o século fecha as cortinas do seu espetáculo num horizonte bastante distante da psicanálise, no que tange ao erotismo. Este é o paradoxo que temos que reconhecer, para nos aproximar do que já se esboça no espaço social na virada do século, por diferentes signos. Por que afirmo isso, de maneira rascante? É o que pretendo justificar em seguida, de forma sumária.

Assim, se para a psicanálise o desejo era concebido como o eixo da subjetividade — aquilo pois que a produzia e a reproduzia — em contrapartida o desejo estaria também no fundamento do amor e da autenticidade dos indivíduos. Vale dizer, não existia qualquer oposição entre erotismo, amor e autenticidade, já que essa seriação de formas de ser estariam reguladas pelo verbo desejar. Portanto, libertar as pessoas de seus impasses eróticos implicava necessariamente na ampliação de sua capacidade para estabelecer vínculos amorosos e laços sociais. Para isso seria necessário então romper definitivamente com as corações do autocentramento e do narcisismo do sujeito, imobilizadores que seriam esses dos fluxos desejantes. Além disso, seria preciso interromper a culpabilidade associada ao usufruto do prazer e as penalizações masoquistas que interceptam as fruições. Como decorrência desses processos, os fluxos possibilitariam as associações do sujeito com os outros, pela promoção da intersubjetividade e da alteridade. A resultante desses remanejamentos seria finalmente a constituição de uma comunidade de iguais marcada pelo respeito e reconhecimento da diferença inalienável entre as subjetividades.

Nada mais distante disso, no entanto, do que daquilo que se passa nos dias atuais. A paisagem é marcada agora pela aridez e pela secura. Como no sertão, não mais existe a brisa marítima nas novas paragens. Nestas, não é mais pensável também que o “sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”, como nos dizia Glauber Rocha no já clássico filme *Deus e o Diabo na terra do sol*. Isso porque a crença nessas transformações radicais do mundo se baseiam nas certezas do desejo. A época dos

bons sentimentos e dos grandes projetos existenciais já era. Tudo isso foi transformado em relíquia de museu, já que a ética do conformismo se contrapõe nos menores detalhes à do desejo. A sexualidade enquanto tal entra num outro circuito de trocas e se inscreve em outras modalidades de agenciamento.

Para vislumbrar bem isso, nada mais instrutivo do que evocar algumas das maneiras pela qual a sexualidade e o amor se inscrevem na Internet. Isso é bastante curioso, já que dessa forma se constroem modalidades no-



vas de exercício do erotismo marcadas pela virtualidade. Quanto a isso, é preciso dar o devido lugar ao espanto e até mesmo à estupefação. É preciso que a inquietação tome corpo, já que a naturalidade crescente da sexualidade virtual pode embotar o nosso poder crítico de registrar as inversões que se processam a olhos vistos.

Com efeito, nada poderia ser mais surpreendente do que o erotismo se transformar num ser virtual. Isso porque a concepção do erotismo que nos acompanha desde sempre está associada à ordem do corpo. Além disso, a sexualidade se vincula imediatamente à presença do outro e do objeto erótico, delineando esta situação a economia da sedução. A arte erótica pretendeu sempre a captura do outro, pelas diferentes estratégias da sedução, para torná-lo uma presença corpórea e palpável.

Enquanto encorpação do desejo, o erotismo foi penalizado e até mesmo criminalizado pelo Cristianismo, que o identificou como a fonte do pecado. Nesse contexto, o verbo erotizar se conjugava como o blasfemar. Por isso mesmo, nessa tradição religiosa procurou-

se separar meticulosamente o erotismo e a reprodução, de forma tal que a sexualidade apenas era sancionada no campo do casamento e com a estrita finalidade reprodutiva. Além disso, a monogamia se transformou num imperativo moral. O Cristianismo se distanciou da longa tradição da Antigüidade, enfim, na qual o prazer sensual era a condição primordial para a reprodução na ética do paganismo.

Por tudo isso pode-se depreender claramente como a sexualidade se inscrevia no corpo. A psicanálise subverteu de cabo a rabo

*Freud já nos ensinou bastante sobre o terror do contato com os outros, provocado pela atração fatal. No que concerne a isso o pânico está em toda a parte, não nos esqueçamos.*

a ética cristã ao liberar a sexualidade de suas relações invisíveis com a culpa e com a morte, reconhecendo naquela uma fonte inesgotável de possibilidades humanas. Com esse gesto, promoveu o hedonismo, decantando o que existia de malévolo e de diabólico na leitura cristã do erotismo. No que concerne ao desejo, o Diabo e o bom Deus passaram a ocupar o mesmo plano de existência, já que tudo que é humano não lhe é estranho. Enfim, o erotismo sempre foi reconhecido como presença e como corporeidade.

Na atualidade, no entanto, é a virtualidade que se impõe cada vez mais. Pela Internet as pessoas podem estabelecer relações numa abrangência planetária, ultrapassando as fronteiras dos continentes e os limites dos oceanos. Rompem, portanto, com o horizonte local e provinciano no qual vivem no cotidiano. Acreditam que, com isso, ampliam em muito o seu circuito relacional, transformando-se, pois, em cidadãos do mundo. Existe então um aumento significativo do capital de informação e de cognição possibilitado pela rede cosmopolita. Em contrapartida, existe um evi-

dente estreitamento do capital afetivo nessa rede, na medida em que se trata de relações virtuais com os outros.

Assim, os contatos reais, no que esses têm de perturbador, incontrollável e imprevisível, são colocados em estado de suspensão. Trata-se, pois, de contatos imediatos de terceiro grau, para parodiar o título de um filme conhecido. Isso porque o mundo virtual tende a substituir as relações reais, restringindo essas aos universos da família e do trabalho. É aqui que se podem registrar os efeitos maiores da virtualidade sobre a afetividade e o erotismo. Portanto, a imensidão da rede planetária que se abre indiscutivelmente para as individualidades, nos registros informacional e cognitivo, produz, em contrapartida, um esvaziamento significativo da presença do outro e um enfraquecimento dos laços sociais, além de um embotamento das trocas corpóreas.

Tudo isso pode parecer um exagero de minha parte. Porém, se examinarmos um pouco mais o dispositivo da virtualidade, podemos registrar sem muito esforço como é uma máquina espiritualizante, silenciante do desejo. Com efeito, a separação corpo e mente que marcou a tradição ocidental desde Descartes e que a psicanálise procurou subverter pelo conceito de pulsão, recolocou-se em cena com toda a eloquência pelos circuitos computacionais. Esta é o espírito materializado num complexo sistema maquínico, no qual a corporeidade se transforma num mero apêndice do espírito. Este ganha todo o volume possível nas redes de trocas com os outros. O corpo, anteriormente concebido como aquilo que tínhamos de mais sólido, se transmuta em algo volátil. Podem pasmar com isso, mas agora a condição do corpo se inverteu, transformando-se surpreendentemente de matéria sólida em gasosa.

Pela mediação do dispositivo da virtualidade se ultrapassa um outro limiar de isolamento, no qual as pessoas se protegem do que é perturbador na relação direta com os outros. O sujeito se compartimenta num espaço fechado, regulado por circuitos

imagéticos. Nesse contexto, não existe mais qualquer possibilidade para a aventura, palavra lançada na lata de lixo da história pela ética conformista de nosso tempo sombrio. Nesta nova época de trevas, estamos travados na corporeidade e entrevados para as promessas do desejo.

Porém, as pessoas estabelecem relações amorosas através das redes virtuais, vocês poderiam me dizer. Namora-se de montão pelo computador, além de se jogar e se trocar informações, vocês poderiam ainda insistir. Isso é verdade. É indiscutível. Contudo, o amor real é trocado pelo virtual, menos comprometedor e aflitivo. Ter uma infinidade de namoros nesse contexto implica em ter nenhuma namorada. Além disso, pode-se transar masturbatoriamente, em grande escala, pelo dispositivo virtual. Nisso tudo o sujeito fica protegido do que é assustador na experiência sexual direta.

Na verdade, o dispositivo virtual protege as pessoas da Aids, que atualizou recentemente as relações secretas que o Ocidente estabeleceu entre o erotismo e a morte, e das demais doenças venéreas que estão na praça novamente. Além disso, protege também as pessoas das terríficas doenças cutâneas, que as relações diretas podem produzir no imaginário social. Porém, se tudo isso é passível de acontecer no real das relações concretas, não resta também a menor dúvida de que o dispositivo da virtualidade está refundando novas modalidades de subjetividade que ultrapassam em muito tais motivações. É para isso que é preciso ficar bem atento, para não sermos ingênuos.

Freud já nos ensinou bastante sobre o terror do contato com os outros, provocado pela atração fatal. No que concerne a isso o pânico está em toda a parte, não nos esqueçamos. Inventou-se até mesmo uma nova enfermidade, a que a psiquiatria denominou de síndrome do pânico. Nunca se sabe o que o outro pode fazer conosco, parece dizer o coro dos panicados, em alto e bom som. Diante desse horror iminente, é preciso se proteger, custe o que custar. É pela virtualidade que a

mentira se institucionaliza como moralidade relacional, na medida em que protege o sujeito do real sexual. Seria por isso que a trepada virtual é privilegiada em relação à real, pois protege o sujeito do desejo, do erotismo e do amor. Enfim, o cinismo se institui e se difunde como a forma de ser da moralidade nos circuitos da moralidade.

No mundo virtual tudo é possível, já que é a lógica da ausência e do incorpóreo que regula a cena relacional. O sujeito pode inventar a identidade que quiser; afinal de contas, está protegido pelo anonimato eletrônico. Com isso, pode controlar o outro como quiser, exercendo um domínio sobre o parceiro virtual de maneira a exorcizar seus terrores. Além disso, o sujeito pode produzir também a identidade do parceiro, tal como queira, de acordo com as exigências da fantasia, da mesma maneira como fazem as personagens de Genet no puteiro figurado da peça *O balcão*.

É sempre a impostura narcísica que entra em cena, revestida de ouropéis e de coturnos. No universo volátil da pós-modernidade, a identidade pode ser artificialmente produzida pela virtualidade. No limite, no entanto, é com o espelho que o sujeito se relaciona, pelo qual se cultua um imaginário marcado pelo solipsismo e pelo poder sobre o outro. Espelho, espelho meu, existe alguém mais belo e gostoso do que eu, parece querer dizer o nosso conquistador cibernético na sua prática cotidiana como internauta. Assim, se um outro palpável não existe para me colocar qualquer obstáculo, tudo é então possível. É este o gozo onipotente que a virtualidade fomenta, pelas ficções que promove. Porém, não nos esqueçamos que tudo é apenas possível no mundo virtual, já que com isso se evita sistematicamente o real do outro, no que este tem não apenas de assustador e de até mesmo terrífico para o sujeito, mas também naquilo que pode nos oferecer como promessa e esperança. É isso tudo que o sujeito perde quando se acovarda diante do exercício do seu desejo, ficando limitado à lúgubre melancolia do cintilar rápido do seu *sight*. ●

*“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”*

, reza o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Meio século depois, basta olhar em volta para se ter a dimensão do desrespeito ao tratado, assinado por 48 países em 10 de dezembro de 1948.

Em sua quinta edição, *Democracia Viva* homenageia o cinquentenário da primeira tentativa internacional de defesa dos direitos humanos. O poeta amazonense Thiago de Mello e o artista plástico paranaense Elifas Andreato expressam com sua arte o que esses direitos significam para nós.

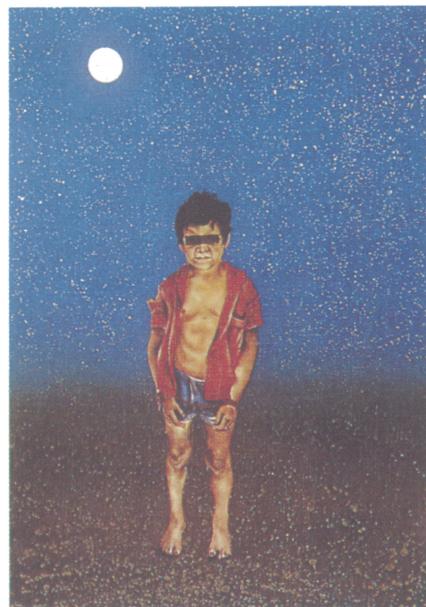
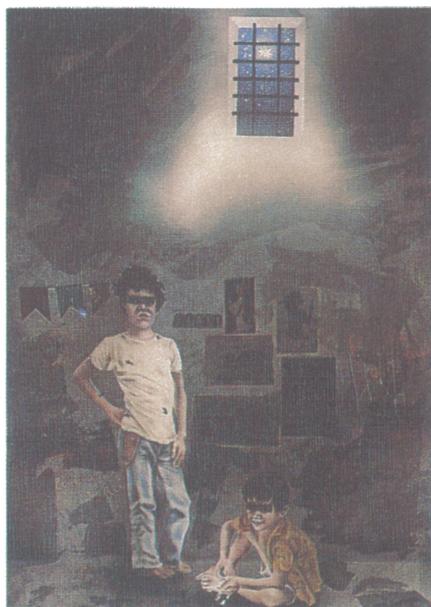
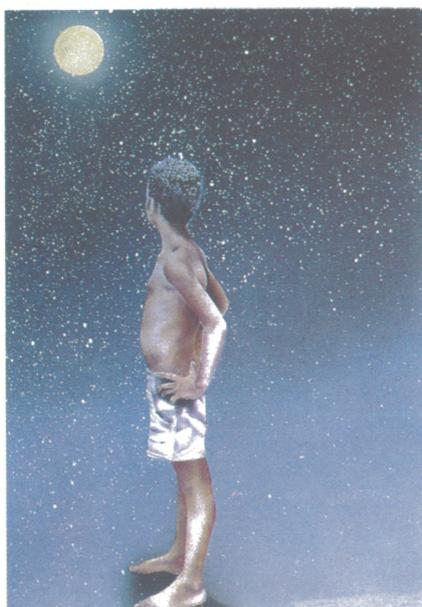




ARTIGO 1 FICA DECRETADO QUE AGORA VALE A VERDADE,  
QUE AGORA VALE A VIDA,  
E QUE DE MÃOS DADAS,  
TRABALHAREMOS TODOS PELA VIDA VERDADEIRA.

ARTIGO 2 FICA DECRETADO QUE TODOS OS DIAS DA SEMANA,  
INCLUSIVE AS TERÇAS-FEIRAS MAIS CINZENTAS,  
TÊM DIREITO A CONVERTER-SE EM MANHÃS DE DOMINGO.

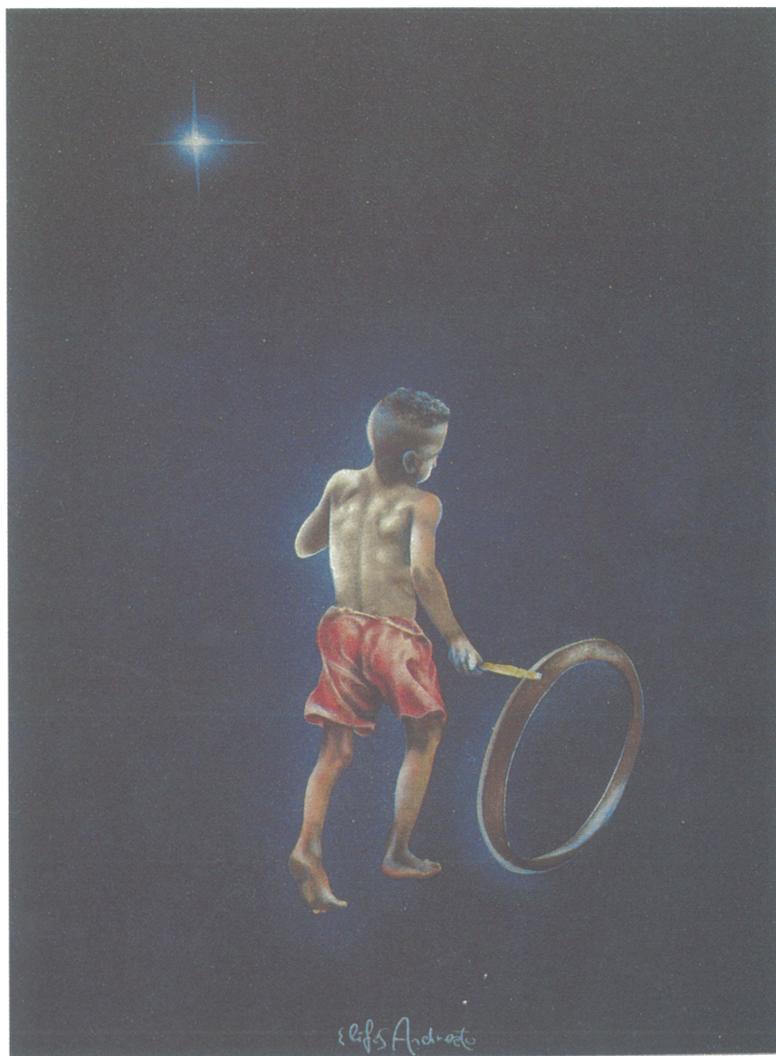




ARTIGO 3 FICA DECRETADO QUE, A PARTIR DESTE INSTANTE,  
HAVERÁ GIRASSÓIS EM TODAS AS JANELAS,  
QUE OS GIRASSÓIS TERÃO DIREITO  
A ABRIR-SE DENTRO DA SOMBRA;  
E QUE AS JANELAS DEVEM PERMANECER, O DIA INTEIRO,  
ABERTAS PARA O VERDE ONDE CRESCE A ESPERANÇA.

ARTIGO 4 FICA DECRETADO QUE O HOMEM  
NÃO PRECISARÁ NUNCA MAIS  
DUVIDAR DO HOMEM.

QUE O HOMEM CONFIARÁ NO HOMEM  
COMO A PALMEIRA CONFIA NO VENTO,  
COMO O VENTO CONFIA NO AR,  
COMO O AR CONFIA NO CAMPO AZUL DO CÉU.



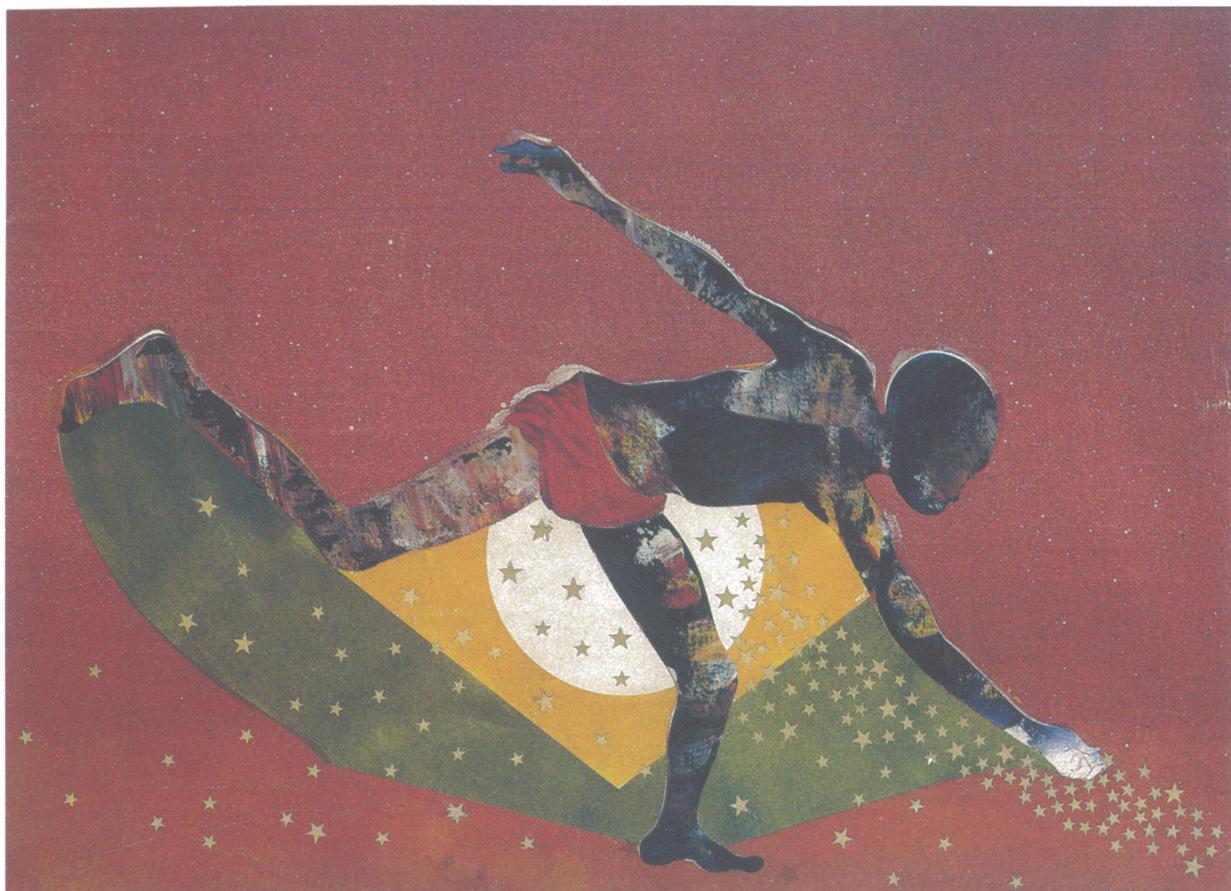
PARÁGRAFO ÚNICO: O HOMEM CONFIARÁ NO HOMEM  
COMO UM MENINO CONFIA EM OUTRO MENINO.

ARTIGO **5** FICA DECRETADO QUE OS HOMENS  
ESTÃO LIVRES DO JUGO DA MENTIRA.  
NUNCA MAIS SERÁ PRECISO USAR  
A COURAÇA DO SILÊNCIO  
NEM A ARMADURA DE PALAVRAS.  
O HOMEM SE SENTARÁ À MESA  
COM SEU OLHAR LIMPO  
PORQUE A VERDADE PASSARÁ A SER SERVIDA  
ANTES DA SOBREMESA.





ARTIGO **6** FICA ESTABELECIDA, DURANTE DEZ SÉCULOS,  
A PRÁTICA SONHADA PELO PROFETA ISAÍAS,  
E O LOBO E O CORDEIRO PASTARÃO JUNTOS  
E A COMIDA DE AMBOS TERÁ O MESMO GOSTO DE AURORA.



ARTIGO 7 POR DECRETO IRREVOGÁVEL FICA ESTABELECIDO  
O REINADO PERMANENTE DA JUSTIÇA E DA CLARIDADE,  
E A ALEGRIA SERÁ UMA BANDEIRA GENEROSA  
PARA SEMPRE DESFRALDADA NA ALMA DO POVO.

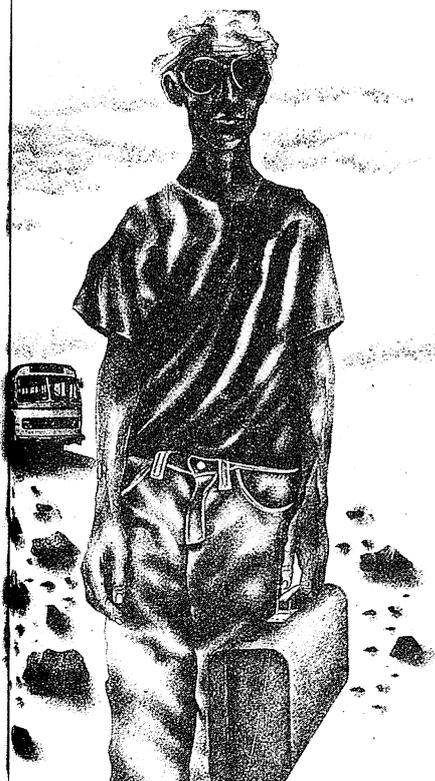
ARTIGO **8** FICA DECRETADO QUE A MAIOR DOR  
SEMPRE FOI E SERÁ SEMPRE  
NÃO PODER DAR-SE AMOR A QUEM SE AMA  
E SABER QUE É A ÁGUA  
QUE DÁ À PLANTA O MILAGRE DA FLOR.



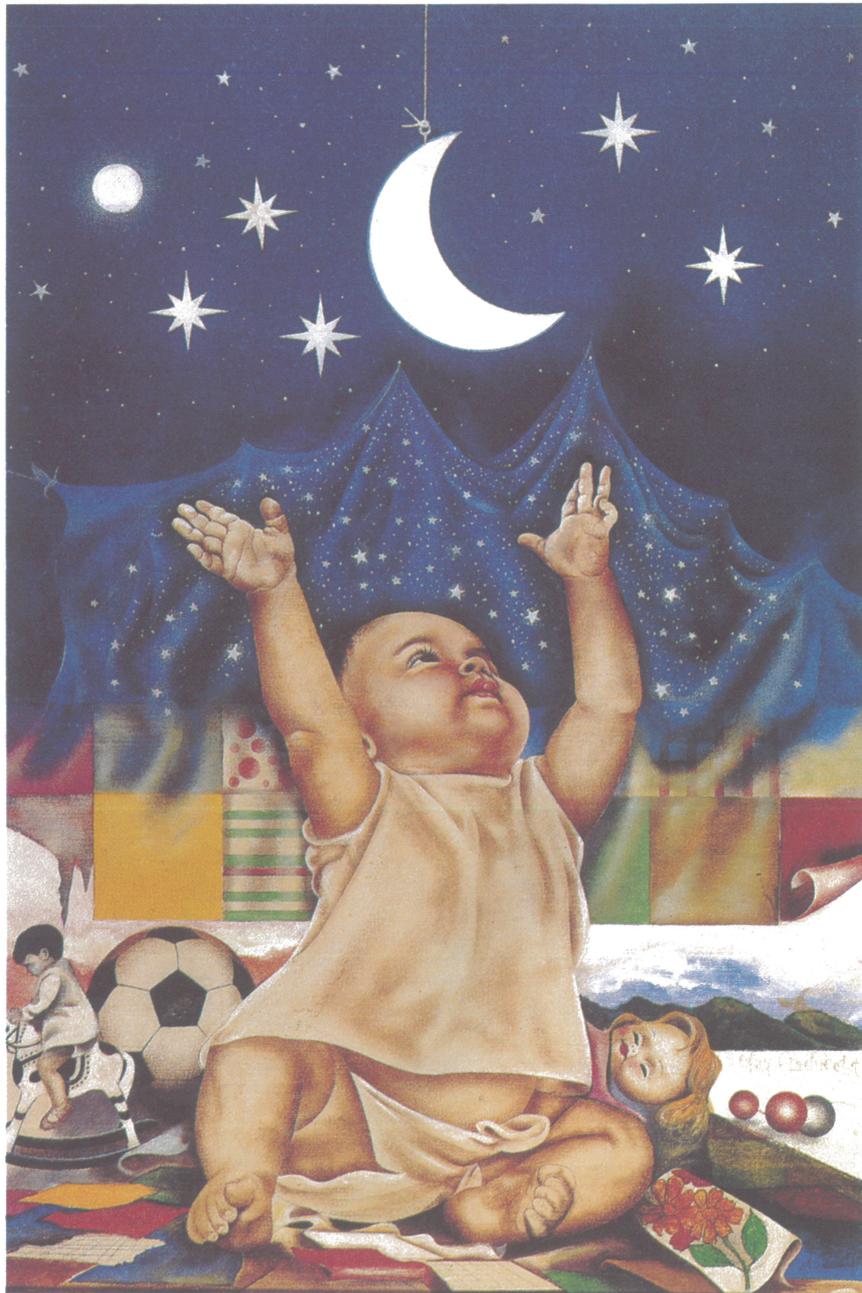


ARTIGO 9 FICA PERMITIDO QUE O PÃO DE CADA DIA  
TENHA NO HOMEM O SINAL DE SEU SUOR.  
MAS QUE SOBRETUDO TENHA SEMPRE  
O QUENTE SABOR DA TERNURA.

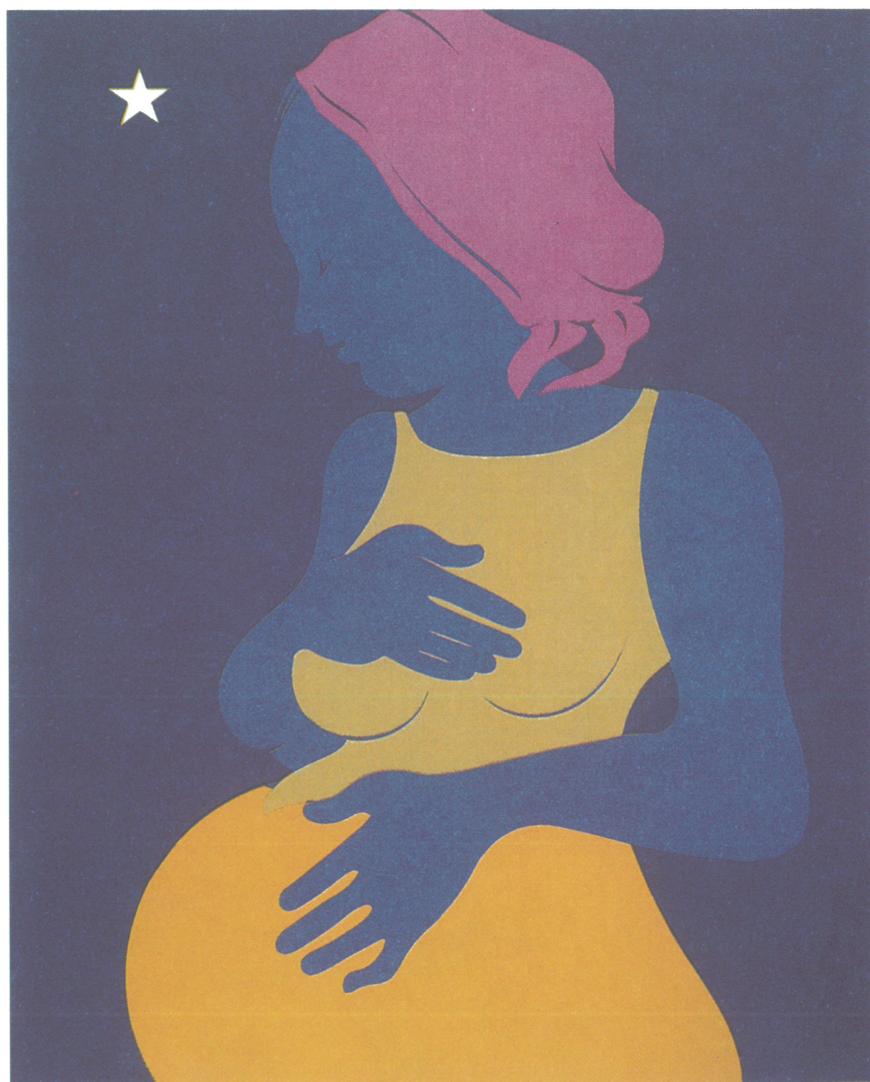
ARTIGO 10 FICA PERMITIDO A QUALQUER PESSOA,  
A QUALQUER HORA DA VIDA,  
O USO DO TRAJE BRANCO.



ARTIGO 11 FICA DECRETADO, POR DEFINIÇÃO,  
QUE O HOMEM É UM ANIMAL QUE AMA  
E QUE POR ISSO É BELO,  
MUITO MAIS BELO QUE A ESTRELA DA MANHÃ.



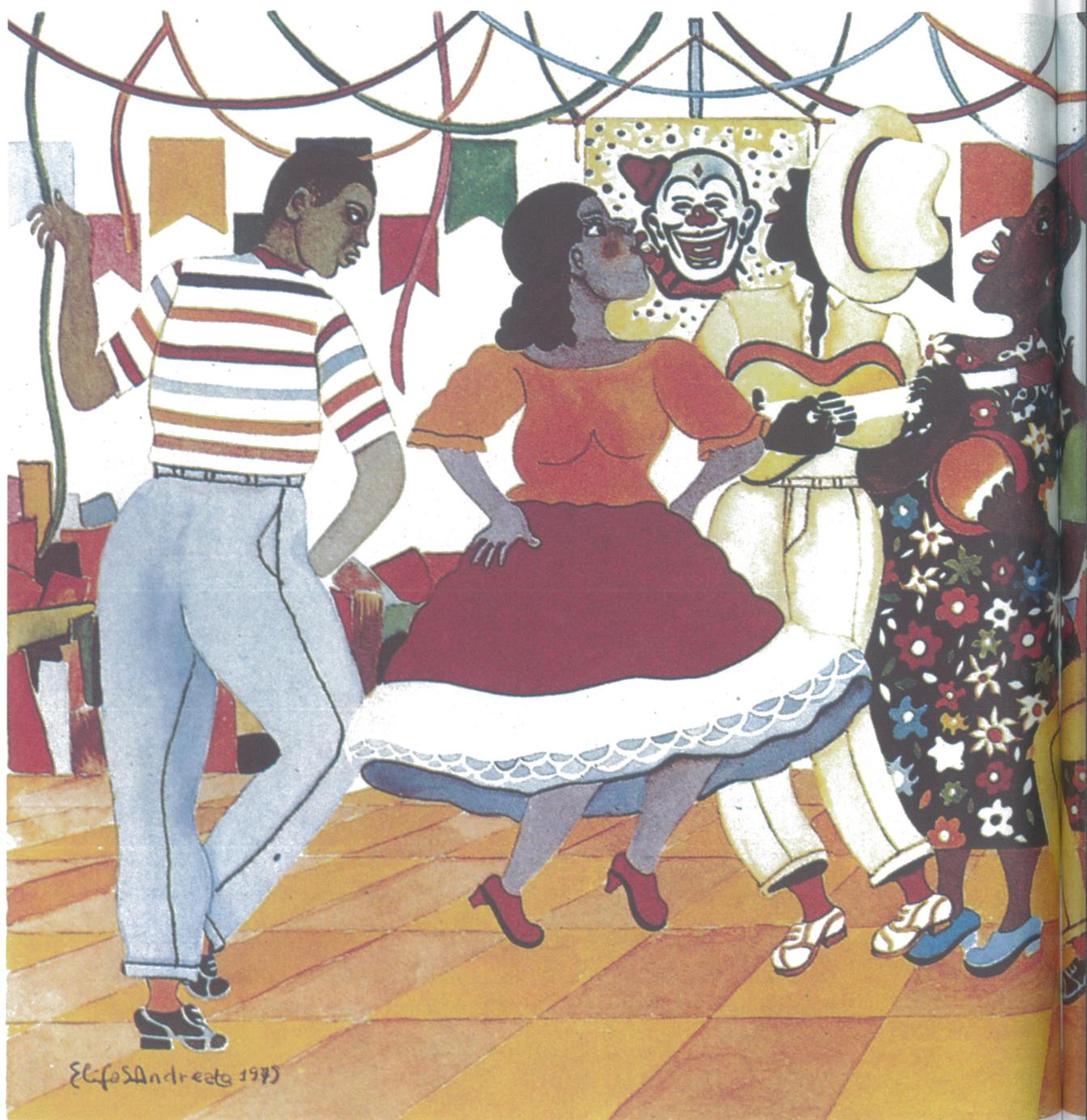
ARTIGO 12 DECRETA-SE QUE NADA SERÁ OBRIGADO NEM PROIBIDO.  
TUDO SERÁ PERMITIDO,  
INCLUSIVE BRINCAR COM OS RINOCERONTES  
E CAMINHAR PELAS TARDES  
COM UMA IMENSA BEGÔNIA NA LAPELA.

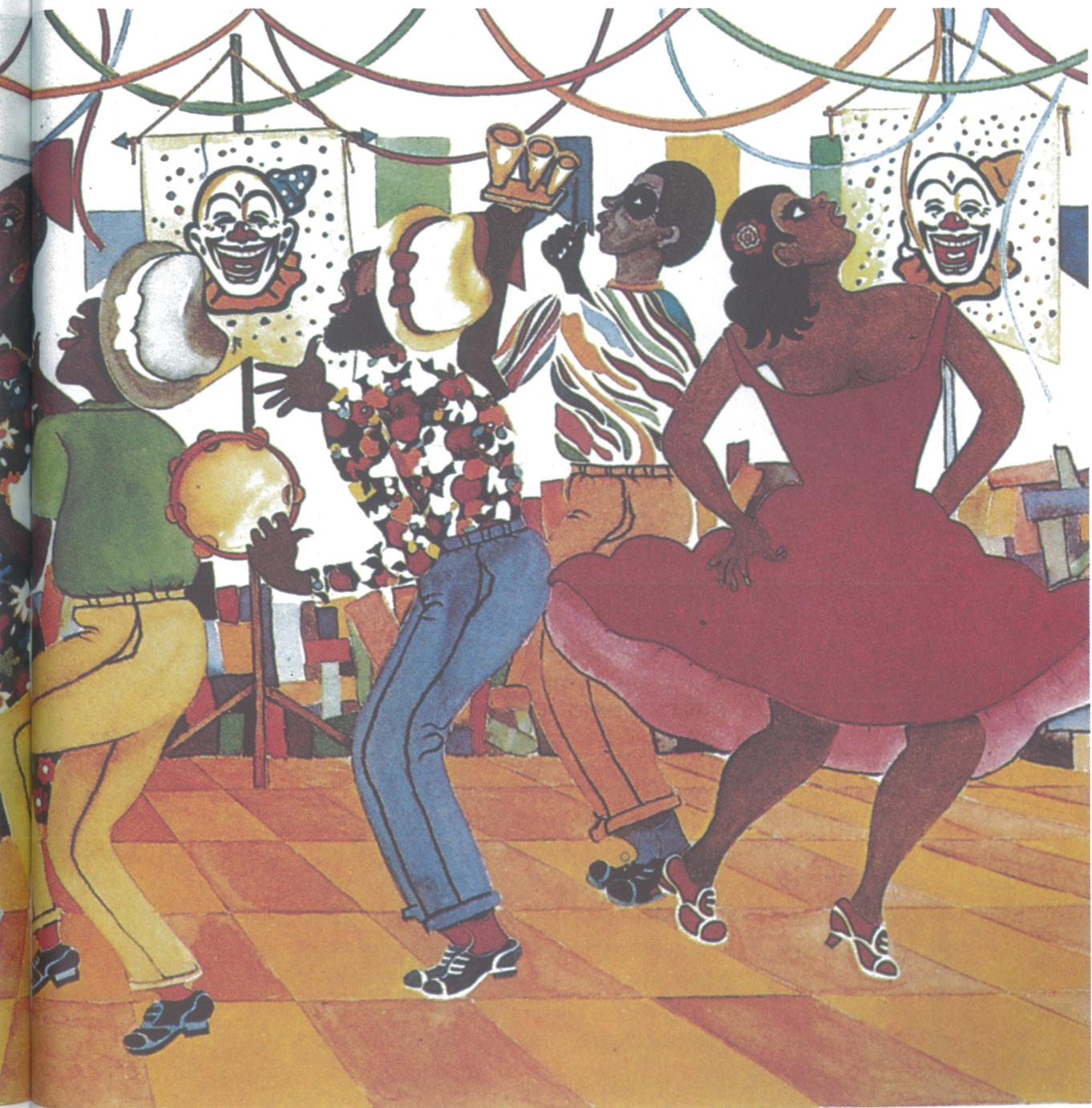


PARÁGRAFO ÚNICO: SÓ UMA COISA FICA PROIBIDA:  
AMAR SEM AMOR.

ARTIGO 13

FICA DECRETADO QUE O DINHEIRO  
NÃO PODERÁ NUNCA MAIS COMPRAR  
O SOL DAS MANHÃS VINDOURAS.  
EXPULSO DO GRANDE BAÚ DO MEDO,  
O DINHEIRO SE TRANSFORMARÁ EM ESPADA FRATERNAL  
PARA DEFENDER O DIREITO DE CANTAR  
E A FESTA DO DIA QUE CHEGOU.





## ARTIGO FINAL

FICA PROIBIDO O USO DA PALAVRA LIBERDADE,  
A QUAL SERÁ SUPRIMIDA DOS DICIONÁRIOS  
E DO PÂNTANO ENGANOSO DAS BOCAS.

À PARTIR DESTE INSTANTE  
A LIBERDADE SERÁ ALGO VIVO E TRANSPARENTE  
E SUA MORADA SERÁ SEMPRE  
O CORAÇÃO DO HOMEM.



# Eleições e democracia: variações em contraponto

**José Nun**

*Pesquisador Principal  
do Conselho Nacional  
de Pesquisas  
Científicas e Técnicas e  
diretor do Instituto de  
Altos Estudos Sociais  
da Universidade  
Nacional de General  
San Martín*

Começava a década de 40, as grandes potências procuravam destruir-se, e tudo estava em questão. Com finalidades declaradamente distintas, nazistas e comunistas coincidiam em sua ênfase na mobilização popular, e ninguém sabia como ia terminar a guerra. Foi nesse momento que Joseph Schumpeter publicou a obra *Capitalismo, socialismo e democracia*. Seria sem dúvida entre os estudiosos da política que o livro, escrito pelo eminente economista (“o Marx da burguesia”, segundo alguns), teria o seu maior impacto.

Ocorre que nos capítulos 21 e 22 o autor critica e classifica como utópicas as altas expectativas que os pensadores clássicos tinham depositado em uma democracia que não chegaram a conhecer. Ele propõe, em contrapartida, uma redefinição realista da noção de democracia, pois, segundo Schumpeter, ela não existe como uma vontade geral que possa dar sustento à política pela simples razão de que são os próprios políticos que fabricam essa vontade. Por isso, nos países anglo-saxões, onde a democracia tem tido mais sucesso, ela tem-se revelado como a única coisa que razoavelmente pode chegar a ser: um método político mediante o qual se autorizam periodicamente determinados indivíduos a decidirem pelo resto. Nada mais. É um meio que pode servir para fins distintos. Mas não pode ser identificado, por exemplo, com a possibilidade ou não de conduzir a uma maior justiça social.

Acreditar que a democracia pode significar o governo do povo acaba sempre contribuindo para que os demagogos cometam os seus piores excessos. Na prática, a democracia não é outra coisa senão o governo dos políticos. Por isso, diz Schumpeter, sua analogia com o mercado: os partidos se parecem com empresas que oferecem seus produtos (programas e líderes); e os cidadãos se assemelham a consumidores que usam votos no lugar de dinheiro para fazer sua “compra”. Claro que, se depois não gostarem do produto, não há devolução imediata: terão que esperar até as próximas eleições.

Quarenta anos mais tarde, numa América Latina descrente do

populismo estatal, e onde as soluções de força haviam acabado por destruir perversamente tantos sonhos de libertação, foram muitos os intelectuais e os políticos progressistas que redescobriram Schumpeter e se renderam a seu realismo, algumas vezes com resignação, outras, com furor de convertido. Porém, se leram os capítulos 21 e 22, preferiram ignorar o 23. O que é uma pena.

Em primeiro lugar, porque Schumpeter sublinha aí que sua reflexão só se aplica a



países modernos e desenvolvidos, onde se supõe que a maioria das pessoas tenha pão e trabalho assegurados. Depois, porque fixa um ponto de extrema importância: dado que a democracia assim entendida é o governo dos políticos, e que estes operam como quaisquer outros profissionais, é inevitável que tentem subordinar a política aos seus próprios interesses. Depende de sua capacidade moral não exceder certos limites. Mas se “o material humano da política” não for de boa cepa, tentará perpetuar-se no poder através de sucessivas reeleições, manipulando a economia em seu proveito etc.

Mas há mais. Para que o método democrático funcione é preciso também que exista “uma burocracia competente, que goze de boa reputação e se apóie em uma sólida tradição, dotada de um forte sentido de dever e de um não menos forte *espírito de corpo*”. Deve, também, existir uma “autodisciplina democrática” que proteja a sociedade das “doações dos

safados e farsantes ou de outros homens que, sem ser uma coisa nem outra, se portam da mesma maneira que ambos”. Por último, é preciso que uma cultura de tolerância e respeito mútuos seja a tal ponto difundida que torne naturais as diferenças de opinião.

O que fazer na ausência dessas condições? Schumpeter não disse e é por aí que deveria ter começado a discussão entre nós. Não para abandonar a tarefa antes de começá-la, mas para advertir que, diferentemente do que se quis acreditar, a democracia como método está longe de ser um assunto fácil, pois só se pode consolidá-la com o máximo de empenho para satisfazer os seus requisitos, especialmente em contextos em que estes são de difícil cumprimento.

Colocada de outra maneira, essa discussão teria e tem que contribuir para determinar as reais prioridades da agenda pública. Insisto: estabelecer a democracia não como modo de vida, mas como procedimento *a la* Schumpeter, obriga, entre outras coisas, a diminuir e não a aumentar as desigualdades sociais, a multiplicar os espaços de deliberação e participação que fomentam a tolerância, a mandar para a prisão os corruptos, a denunciar os safados e os farsantes, a não fazer pactos políticos de pura conveniência e a repudiar maciçamente os dirigentes iluminados.

Senão, dizia o próprio Schumpeter, “o mesmo mecanismo funcionará de modo diferente, em épocas diferentes, e em lugares diferentes”. Por isso suponho que ele não teria ficado muito surpreso que hoje a América Latina esteja cheia de governantes que vêem as eleições só como um instrumento legal para tentar perpetuar-se no poder.

## 2

Como conta Norbert Elias, nossos antepassados comiam com as mãos, mas desde o século XI era malvisto mergulhar o pão na molheira. Aqui estamos no terreno das nor-

mas reguladoras, isto é, das convenções que regulamentam uma atividade que é anterior a elas – neste caso, comer. Porém, há um outro tipo de regras, que têm sido chamadas constitutivas porque dão origem e sentido a uma prática que não existiria sem elas. O exemplo mais fácil é o dos jogos: deslizar um pedaço de madeira sobre uma mesa somente se torna uma jogada de xadrez por causa de um regulamento que assim o determina.

Dando um passo à frente: de forma parecida, pegar um pedaço de papel e introduzi-lo em uma caixa adquire um sentido de voto exclusivamente no contexto da série de regras que lhe atribuem esse significado. É claro que, nesse caso, a situação é mais complexa. Para entendê-la vou citar a declaração tolerante de um funcionário eleitoral nigeriano: “Pode-se dizer o que se quiser dessas eleições: que teve gente que cortou a cabeça de outra, que teve extorsões, que teve corrupção e instabilidade social. De qualquer maneira, são as eleições mais limpas que eu vi.” (*The Globe and Mail*, Toronto, 2/4/1998).

É bastante lógico que nos sintamos pouco inclinados a partilhar a satisfação do senhor Umaru Armadu: quando falamos do voto num regime democrático representativo normal temos como pressuposto um conjunto de condições que são também constitutivas do ato, na medida em que este deve implicar, no mínimo, a livre formação e expressão da vontade autônoma do votante, a legalidade da consulta e o total respeito dos resultados a que se chegue.

A educação democrática de um povo consiste exatamente nisto: conseguir chegar a um momento em que as regras constitutivas de uma convivência democrática normal sejam implícitas, isto é, se tornem naturais e de senso comum. É a mesma coisa com a língua: uma pessoa pode não saber explicar as leis da gramática ou da sintaxe mas, sem dúvida, nota imediatamente quando elas são violadas, especialmente se é um erro grosseiro. Por isso é chocante a citação sobre a Nigéria, mesmo para os que nunca leram uma Constituição.

Pelas razões expostas acima, são muitos os que pensam que, para consolidar-se, a democracia representativa exige, entre outras coisas, um grande treinamento que se sedimente em uma verdadeira tradição, tal como aconteceu nos países anglo-saxões. E desconfiam das transições mais ou menos súbitas. Sem

---

*Na Califórnia dos anos 60, as mulheres começaram a dizer palavrões aos varões com os quais cruzavam e a lhes fazer carícias e dar beliscões. Claro que houve escândalo, mas esse era justamente o propósito.*

---

dúvida, outros (entre os quais me incluo) não desconhecem a validade desses argumentos, mas consideram que são viáveis transformações mais ou menos rápidas sempre e quando se cumpram, pelo menos, duas condições: uma, que se critiquem sistematicamente as regras constitutivas do jogo político do passado não democrático; e outra, fundamental, que as novas regras constitutivas da esfera pública sejam obedecidas de um modo estrito e consistente.

Sobre a primeira condição: na Califórnia dos anos 60, as mulheres começaram a dizer palavrões aos varões com os quais cruzavam e a lhes fazer carícias e dar beliscões. Claro que houve escândalo, mas esse era justamente o propósito. Conscientemente ou não, elas tentavam trazer à tona as regras que até então haviam sido constitutivas das relações entre os sexos para que retornassem conscientes e pudessem ser questionadas e mudadas.

Em essência, não é muito diferente o que propõem hoje na Argentina ou no Chile aqueles que lutam para impedir que seja colocada uma cortina de esquecimento sobre o passado. É imprescindível que se desvendem não apenas os horrores das ditaduras militares, mas também as fortes tendências autoritári-

as que balizam a história do continente e que perduram até nossos dias.

Por isso, a segunda das condições é menos óbvia do que parece e requer, de imediato, que se cumpra fielmente a primeira. Como nunca se parte do zero, pois se constrói o novo a partir do velho, o passado que não for criticado e elaborado suficientemente acaba, inevitavelmente, ressurgindo.

Uma boa prova disso é a epidemia das reeleições que atinge nossos países. Só que em regimes presidencialistas como os que tendem a predominar na América Latina, a norma que fixa a duração do mandato presidencial não é reguladora, mas constitutiva: conferem-se a uma pessoa poderes monárquicos por um período delimitado de tempo, pois, do contrário, o perigo autoritário seria imenso e se estaria fazendo um jogo que já não se poderia chamar democrático-representativo.

Com isso, o *menenmismo* (de Menen) ganha, até agora, os louros da *sem-vergonhice sofisticada* que tem pretendido, até o momento sem êxito, forçar a possibilidade de um terceiro mandato para seu líder, argumentando que o contrário equivale a torná-lo um proscrito e, portanto, afeta seus direitos humanos. O que fica clara é a pobre idéia que têm os *menenmistas* sobre a liberdade, como se esta fosse uma permissão para cada um fazer o que quer, não devendo estar submetida a regras. Com um critério semelhante, as crianças de seis anos deveriam considerar-se proscritas, já que não lhes é permitido dirigir automóveis.

### 3

A água ocupa três quartos da superfície do nosso planeta, e os pobres representam uma percentagem mais ou menos parecida da população que o habita. Talvez seja essa a causa última de uma tendência bastante notável: quase sempre os discursos sobre a pobreza apelam para metáforas relacionadas com a água. Desde a circunstância elementar de que,

no capitalismo, a pobreza constitui uma falta aguda de liquidez até o próprio fato de que foi um armador convertido em lúcido crítico social, o inglês Charles Booth, quem primeiro falou, um século atrás, de uma “linha da

---

*O que fica clara é a pobre idéia que têm os menenmistas sobre a liberdade, como se esta fosse uma permissão para cada um fazer o que quer. Com um critério semelhante, as crianças de seis anos deveriam considerar-se proscritas, já que não lhes é permitido dirigir automóveis.*

---

pobreza”, extrapolando a partir da linha de flutuação das naves que construía. Alguém se afunda ou se afoga na miséria; é o homem ao mar. Vai a pique, toca o fundo, a água lhe chega ao pescoço, submerge – a não ser, é claro, que consiga boiar e, numa dessas, sair flutuando, especialmente se alguém lhe atira uma corda ou um salva-vidas.

Os economistas não podiam ficar alheios a essa tendência e se entusiasmaram rapidamente com a idéia de *trickle down effect*. Em inglês, o substantivo *trickle* quer dizer um esguicho de líquido; e o verbo *to trickle*, o que nós chamaríamos de gotejar. Com essa explicação volto à idéia do *trickle down effect*: postula que o crescimento econômico, mais cedo ou mais tarde, acaba beneficiando também os das camadas mais abaixo, porque goteja através de maiores receitas e possibilidades de consumo.

Convenhamos que, de todas as maneiras, se respeitarmos a modesta tradução literal, esse efeito não é muito atraente para os que têm menos. Uma das astúcias dos defensores latino-americanos do neoliberalismo consiste em mudar o seu nome: em lugar de gotejamento, fala-se agora em derrame.

Os modelos econômicos neoclássicos, em que se baseiam os argumentos desses ideólogos, abandonaram há pouco a preocu-

pação dos economistas clássicos (Adam Smith em primeiro lugar) com a distribuição da renda para sustentar que o mercado é o melhor alocador de recursos e que, por isso, liberado de entraves, leva a um crescimento econômico que logo derramará naturalmente suas benesses sobre toda a sociedade. Aumentemos o produto bruto, que o resto nos será dado por acréscimo, desde que o Estado ou os sindicatos não metam a colher para atrapalhar.

Dessa maneira, são deixadas de lado as relações de poder que não somente condicionam diretamente, mas estruturam o funcionamento de qualquer mercado, e, na falta de regulamentação adequada, incrementam as desigualdades, isto é, uma má alocação dos recursos do ponto de vista da sociedade em seu conjunto. Colocando em outros termos: por ação ou omissão, sempre existem regulamentações. Trata-se somente de saber, em cada caso, a quem beneficiam.

Ao mesmo tempo, essa ideologia do derrame serve para alimentar eficazmente um difundido lugar-comum: "É necessário crescer primeiro para distribuir depois." Parece de uma lógica elementar e até nos faz lembrar da velha fábula da cigarra e da formiga, só que quando se pretende aplicar em países como os nossos, as coisas mudam. Antes de tudo porque, nesse caso, não se trata de jovens que recém começaram a trabalhar, mas

sim de lugares onde existem grandes riquezas acumuladas em poucas mãos que poderiam ser distribuídas imediatamente. Mas, além disso, aqueles que traduzem essa seqüência a nível nacional são desleais com a população porque não dizem que todo o modelo de crescimento já carrega implícitas certas pautas passíveis de distribuição de renda e não outras.

Tudo isso explica por que, na América Latina, sistematicamente perdem as formigas e ganham as cigarras. Muitos se iludiram com a chegada dos novos regimes democráticos e tinham motivos para isso. Quando, depois da guerra, foi instalada a democracia representativa na Alemanha, Áustria e Itália, melhoraram substancialmente as políticas sociais e a distribuição de renda. Um par de décadas mais tarde se passaria exatamente o mesmo na Grécia, Portugal e Espanha e, no plano da distribuição, também no Japão e nas nações do Sudeste asiático.

Mas entre nós não tem sido assim, em absoluto. Somos a lamentável exceção à regra. Longe de ter havido derrame para baixo, todas as evidências indicam que nessas regiões do realismo mágico chove (e muito) para cima. Desde os anos 80, em todos os países da América Latina (exceto Uruguai e Bolívia) aumentaram os níveis de desigualdade social. Não digo que tenham diminuído pouco, o que já seria muito grave, tratando-se, como se tra-



ta, dos piores níveis do mundo. Digo que aumentaram, como reiteradamente vem sendo documentado pelos organismos internacionais em informes que nossos políticos e técnicos costumam ler como se estes não tivessem nada a ver com eles.

Nesse sentido, são especialmente significativas as conclusões a que chega o *Trade and Development Report* (1997), produzido pela UNCTAD. Lê-se nesse documento que, na América Latina, “a desigualdade é atualmen-

*É possível, por exemplo, que em um regime oligárquico se respeite um conjunto de direitos civis da população sem que com isso aquele se torne um regime democrático.*

te maior do que quando houve a crise da dívida (em 1982)”, e que em nenhum outro lugar têm sido mais drásticas as mudanças regressivas na distribuição de renda provocadas pelos planos de estabilização e ajuste. Se ainda fica alguma dúvida, o documento diz também que “a baixa taxa de acumulação na América Latina não é resultado de uma insuficiência na capacidade de gerar recursos para investimento, mas da alta propensão ao consumo das classes proprietárias”.

Não seria mau acrescentar um final latino-americano à fábula da cigarra e da formiga. Proponho o seguinte: a cigarra, cada dia mais rica e poderosa, decide passear pela Espanha. A formiga fica sabendo e suplica à cigarra: “Se ainda estiver vivo um escritor moralista chamado Samaniego, te peço, por favor, que vás vê-lo e que digas, de minha parte, que é um imbecil.”

## 4

Era inglês, lutou na Grande Guerra, ocupou a primeira cátedra de Sociologia que teve em seu país e se chamava Thomas Marshall.

Em 1949 fez uma série de conferências na Universidade de Cambridge que se tornariam, merecidamente, famosas. O tema: cidadania e classe social. Sua maior contribuição foi explicar que, nas sociedades modernas, a noção de cidadania é sempre multidimensional. Mais concretamente, ele descreve pelo menos três grandes conjuntos de direitos, com histórias e bases institucionais diferentes: os direitos civis, os políticos e os sociais.

No caso da Inglaterra, o elemento civil da cidadania (os direitos necessários para a liberdade individual, como os de propriedade, reunião, associação, imprensa etc) foi consagrado no século XVIII, e desde então o sistema judicial tem sido a sua garantia. Depois, no século XIX, começou a universalizar-se o componente político da cidadania, isto é, o direito de votar e de ser eleito, de se organizar e participar do exercício do poder. Seus principais espaços: o parlamento, os governos locais, os partidos, os sindicatos etc. Por último, o direito a um nível de vida digno e ao usufruto do patrimônio cultural da comunidade define a dimensão social da cidadania, que se desenvolveu sobretudo em nosso século. Um sistema equitativo de educação e uma ampla rede de serviços sociais são os seus espaços mais característicos, como o evidencia o Welfare State do pós-guerra.

Isso quer dizer que, em uma ordem liberal democrática que se pretenda normal, a qualidade de cidadão impõe diversas obrigações (de pagar imposto a ir para a guerra), mas também outorga uma série complexa de direitos. Vale a pena insistir sobre este último ponto: a série de direitos é efetivamente completa em razão de sua própria multidimensionalidade e não admite ser reduzida a só um ou dois de seus elementos, como muitas vezes se faz.

É possível, por exemplo, que em um regime oligárquico se respeite um conjunto de direitos civis da população sem que com isso aquele se torne um regime democrático. Também não merece esse nome um governo populista que impulse os direitos sociais enquanto limita os civis e políticos.

A conclusão que se impõe é que, da mesma maneira, para ser um cidadão não basta votar periodicamente se não se goza ao mesmo tempo de outros direitos. É preciso ter claro que a uma pessoa privada de trabalho e de sustento, maltratada pela Justiça e carente de proteção social, se está, também, tirando a sua cidadania, mesmo que, de tempos em tempos, lhe seja permitido participar de eleições.

Um pressuposto irrefutável de todas as formas conhecidas de democracia é que a conduta do cidadão deve fundar-se em sua autonomia moral, em sua capacidade de informar-se, debater e decidir por si próprio, sem estar submetido à vontade alheia. E essa autonomia moral tem como condições necessárias tanto as liberdades individuais como uma razoável segurança e independência econômicas. Por isso, nas sociedades agrárias de um ou dois séculos atrás, os cidadãos nos quais pensavam Rousseau, Jefferson ou Tocqueville eram, antes de tudo, os pequenos proprietários rurais. De maneira parecida, o "Estado benfeitor" das sociedades industriais se organizou em torno da figura do trabalhador assalariado com emprego estável, boas condições de trabalho, seguro social e uma remuneração satisfatória.

Daquela conclusão se tira, então, um corolário importante: de acordo com os direitos que cada um efetivamente dispõe, nos regimes democráticos tendem a conviver cidadãos plenos, semicidadãos e não-cidadãos. Só que, nos países mais avançados e exceto em épocas de crise, a última dessas categorias é sempre muito menor que a segunda; e ambas são consideravelmente menores que a primeira. Mas o mesmo não acontece em outros lugares, que têm a pretensão de imitá-los e onde as possibilidades de uma real participação democrática no sistema político estabelecido são notoriamente mais restritas: é só comparar o volume atual de cidadãos plenos da América Latina com o da União Européia para não se deixar seduzir demasiadamente pelas semelhanças formais. É certo que isso não significa que os excluídos não lutem para desenvolver suas próprias

formas de identidade e de resistência; mas se vêem forçados a fazê-lo à margem da ordem constitucional e, muitas vezes, enfrentando-a abertamente.

Imagino que se Marshall estivesse vivo, meio século depois de suas conferências em Cambridge e nesta época de incertezas generalizadas, de sistemas judiciais discriminatórios e de altíssimas taxas de desemprego e pobreza, não poderia se furtar a, pelo menos, duas constatações paradoxais. Ele próprio intuiu a primeira, ainda que nunca imaginasse a virulência que assumiria o fenômeno na América Latina: refiro-me ao conflito potencial entre a índole fortemente individualista da cidadania civil e o claro espírito solidário que anima a cidadania social, conflito que, aqui, está sendo resolvido brutalmente em favor da primeira.

Tira-se daí a segunda constatação, que poderia ser formulada assim: nos últimos 15 ou 20 anos, aumentou de forma constante a proporção dos países que se proclamam democráticos. Isso não quer dizer, em absoluto, que tenha crescido na mesma medida a quantidade de cidadãos que habita o continente. Suspeito que, chegando a este ponto e em coerência com suas próprias idéias, Marshall não poderia deixar de perguntar-se qual é o momento em que uma democracia representativa começa a perder o seu direito a esse nome, por falta de número suficiente de cidadãos plenos.

E Schumpeter não ficou alheio ao tema, como poderá comprovar quem se der o trabalho de ler seriamente o *Capitalismo, socialismo e democracia*. •



# Peru: eleições e crise de partidos

**Santiago  
Pedraglio**

*Sociólogo e  
jornalista político,  
colunista do  
jornal Gestión,  
coordenador do  
Grupo Propuesta  
Cívica*

Nos últimos dez anos, desenvolveram-se no Peru processos eleitorais como nunca antes na história do país. Foram duas eleições presidenciais, duas parlamentares, quatro municipais, um Congresso Constituinte e um *referendum*. No entanto, o país vem vivendo, simultaneamente, uma grande crise institucional e partidária e está suportando um dos regimes mais autoritários deste século.

O velho sistema de partidos políticos acabou por entrar em colapso em 1992, com o (auto)golpe do presidente Alberto Fujimori. Os antecedentes imediatos dessa crise de partidos podem ser encontrados nas eleições municipais de 1989, quando um conhecido animador de televisão independente, Ricardo Belmont, ganhou a prefeitura de Lima. E também no rápido desaparecimento de dois outros políticos independentes que encabeçaram coalizões de partidos: Alfonso Barrantes Ligán, prefeito de Lima entre 1983 e 1986, pela ala da Izquierda Unida, e Mario Vargas Llosa, candidato presidencial em 1990, pela liberal e conservadora Frente Democrática (Fredemo).

Algumas pessoas afirmam que mesmo antes da atual crise já não havia no Peru um verdadeiro sistema partidário. Sustentam sua afirmação baseando-se, por exemplo, na grande dispersão de voto nos processos eleitorais desde o fim da década de 70 até 1990. A lealdade dos eleitores com partidos políticos foi, também nesse tempo, mínima. A isso se soma a falta de compromisso com o marco institucional que deu origem aos regimes democráticos depois de 12 anos de regime militar (1968-80). É preciso ressaltar que os principais partidos representavam todo o espectro político – eram organizações nacionais, haviam participado e ganhado eleições presidenciais e municipais. As preferências se repartiam entre eles, e a maioria tinha mais de 25 anos de existência.

O (auto)golpe de 1992, do engenheiro Alberto Fujimori, obteve uma aprovação de cerca de 80%, segundo todas as pesquisas da época. O Congresso, o Poder Judiciário e os partidos políticos eram des-

respeitados, e essa aprovação sintetiza o retrato da falta de credibilidade do país nas instituições do estado de direito, em um contexto de guerra interna e gravíssima crise econômica.

O problema é que até hoje, transcorridos sete anos do (auto)golpe fujimorista, não foi criado um sistema partidário alternativo, e as organizações políticas constituídas durante a década de 90 não conseguem preencher esse vazio. Entenda-se por sistema de partidos a capacidade que esses têm de criar identidades, organizar correntes de opinião nacional, articular e hierarquizar demandas e outorgar, em conseqüência, uma estabilidade básica à competência eleitoral e ao jogo democrático em geral.

### I. Eleições presidenciais de 1980 a 2000: entre aparições e fantasmas

A dimensão da crise fica demonstrada quando se comparam os resultados dos dois processos eleitorais: as eleições presidenciais de 1980, precisamente depois de 12 anos de governo militar, e as de 1995, que permiti-

ram a primeira reeleição do presidente Fujimore. Em 1980, os agora chamados partidos tradicionais (Apra, Acción Popular, Partido Popular Cristiano e os vários partidos de esquerda) representaram mais de 90% dos votos válidos (não se contabilizam os votos nulos ou em branco). Quinze anos depois, em 1995, esses mesmos partidos não conseguiram, juntos, superar 15% do total dos votos válidos (ver quadro I).

Em 1995, Alberto Fujimore (64%) e Javier Pérez de Cuéllar (22%) somaram aproximadamente 86% do total de votos. Os movimentos fundados por um e por outro (Cambio 90 e Unión por el Perú-UPP, respectivamente) são uma criação da década de 90. A conclusão é clara: os tradicionais partidos políticos peruanos foram pulverizados.

É conveniente acrescentar que esse colapso das representações políticas aconteceu de maneira simultânea ao desaparecimento ou enfraquecimento extremo das organizações sociais e associações dos trabalhadores e dos setores populares: sindicatos, centrais de trabalhadores e de camponeses, assim como organizações de bairros, entre outros, viram desaparecer sua capacidade de pressão e negociação. Essa situação geral, além disso, explica, em grande parte, por que no Peru se pode aplicar uma duríssima política de ajuste e instalar um regime autoritário com apoio popular.

A origem da crise dos partidos políticos peruanos – organizações que representavam um “acumulado” de mais ou menos 50 anos de vida política no país – pode encontrar-se no afastamento radical da elite política das demandas sociais e em sua incapacidade de resolver problemas centrais para a sobrevivência no país: a ordem pública, a subversão armada e a crise econômica, que teve sua manifestação mais aguda na hiperinflação (7.482% em 1990, últimos seis meses do governo de Alan Garcia – 1985-1990, e primeiros meses de Fujimore). Dessa maneira assentaram-se as bases de uma crise de representatividade que não foi resolvida até agora pelas forças opositoras ao fujimorismo, tanto

**Quadro I - Eleições Presidenciais (%)**

PARTIDOS	1985	1990		1995
		1º turno	2º turno	
Acción Popular (AP)	7,3	—	—	3,34
Partido Popular Cristiano (PPC)	11,9	—	—	3,09
Fredemo <sup>(1)</sup>	—	32,6	37,6	—
Partido Aprista Peruano	53,1	22,5	—	4,1
Izquierdas <sup>(2)</sup>	24,7	12,9	—	0,6
Cambio 90 <sup>(3)</sup>	—	29,1	62,4	64,4
Unión por el Perú (UPP) <sup>(4)</sup>	—	—	—	21,8
Outros	3,0	2,9	—	7,5

Fonte: Jurado Nacional de Elecciones

1. Frente formada pela Acción Popular, o Partido Popular Cristiano e outras forças liberais
2. Izquierda Unida e outras frentes e partidos de esquerda
3. Movimento formado por Alberto Fujimore. A partir de 1995, Cambio 90-Nueva Mayoría
4. Movimento fundado pelo embaixador Javier Pérez de Cuéllar

as radicais como as moderadas.

Além disso, segundo pesquisas recentes, o presidente Alberto Fujimori perderia as próximas eleições presidenciais (abril de 2000). É certo que falta ainda mais de um ano e que 30 de setembro de 1999 é a data limite para que se apresentem as candidaturas presidenciais, porém, considerando as últimas pesquisas, pode-se afirmar que existe uma tendência desfavorável para o chefe de Estado (se é que este tem a intenção de ser reeleito pela segunda vez, direito que, além do mais, é questionado pela oposição por ser inconstitucional).

Para chegar à Presidência da República, o sistema eleitoral peruano considera a necessidade de dois turnos, caso no primeiro o candidato não consiga 50% dos votos válidos (não se contabiliza, como já foi dito, o voto em branco nem o nulo). O quadro II mostra a intenção de voto presidencial a nível nacional, incluindo as percentagens dos votos em branco e nulo.

#### Quadro II - Intenção de voto para as eleições presidenciais do ano 2000

CANDIDATOS	% de votos
Alberto Andrade (Somos Peru)	35
Alberto Fijimori (Cambio 90-Nueva Mayoría)	18
Luis Castañeda Lossio	15
Lourdes Flores (Partido Popular Cristiano)	5
Alan García (APRA)	5
Fernando Oliveira (Frente Independiente Moralizador)	5
Em branco/nulo	7
Não sabe	10

Fonte: Apoyo Opinión y Mercado S.A. Peru, novembro de 1998

Para um eventual segundo turno entre os aspirantes à Presidência com maior votação, o dado significativo é que o atual chefe do Estado não consegue maiores adesões. Sendo ele o candidato de Cambio 90-Nueva Mayoría, não só seria ultrapassado pelo candidato favorito e atual prefeito de Lima, Alberto Andrade, mas também Luis Castañeda Lossio e Lourdes Flo-

res seriam igualmente capazes de conquistar a incômoda maioria do voto antigovernamental, segundo dados da Agencia de Pesquisa Apoyo. Alberto Andrade ganharia de Alberto Fujimori, em um eventual segundo turno, por 57% a 23%. Luis Castañeda Lossio, por 43% a 28%.

A inexistência de um novo sistema de partidos faz com que os eleitores continuem se identificando majoritariamente com os candidatos independentes, ou com estruturas eleitorais *ad hoc* criadas para enfrentar um ou outro processo. Essas organizações políticas não têm as ideologias de antigamente, mas também não têm programas políticos, planos de governo e instâncias de direção minimamente democráticas. Tal situação é fonte de instabilidade e de uma evidente falta de garantia para a consolidação do regime democrático.

O movimento criado pelo presidente Alberto Fujimori, Cambio 90-Nueva Mayoría, não é exatamente um partido (nem de um novo nem de um velho tipo), mas uma identidade eleitoral agrupada em torno do atual chefe de Estado. Não tem nenhum tipo de instância de direção nacional, intermediária ou de base em funcionamento (a eleição interna dos dirigentes ou candidatos obviamente não existe). As decisões são tomadas no palácio do governo e pelo entorno presidencial íntimo, fora do controle das instituições próprias do estado de direito.

Mas o movimento de Alberto Fujimori não é o único com essas características. Algo semelhante acontece com o movimento criado pelo seu principal adversário político e atual prefeito de Lima, Alberto Andrade. Andrade, que aparece em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial de 2000 (veja quadro II) também não tem um movimento político institucional e democraticamente organizado. Seu movimento – Somos Peru – não tem uma direção nacional reconhecida e, mais ainda, não tem instâncias intermediárias. Tampouco um programa político. As decisões se concentram em sua pessoa e em seu entorno: a designação dos candidatos nas últimas eleições municipais (11 de outubro de 1998), por exemplo, foram

feitas a partir da apresentação do currículo de cada pretendente.

O terceiro na lista de preferência em relação às eleições de 2000 é Luis Castañeda Lossio, antigo presidente do Instituto Peruano de Seguridade Social. Castañeda está apenas começando as bases para a formação de um movimento nacional, e se desconhece a existência de uma equipe de dirigentes nacionais ou algo parecido. Acontece o mesmo com seu programa político e seu plano de governo. Unión por el Peru, o movimento criado em 1994 por Javier Pérez de Cuéllar, atualmente muito enfraquecido, também sofre de deficiências semelhantes. Foi constituído um Comitê Executivo Nacional, mas que jamais pôde organizar um elementar sistema nacional de funcionamento.

Os candidatos que rivalizam com Fujimore, como já foi dito, não são de grande solidez política nem representam movimentos organizados a nível nacional. Por sua vez, o presidente Fujimore também não tem muitas cartas para melhorar sua imagem, extremamente deteriorada num importantíssimo setor da população. O positivo acordo de paz entre o Peru e o Equador não significou uma melhora na sua imagem nem em sua popularidade. Pelo contrário, amplos setores da população têm-se manifestado contra o acordo. Nesse contexto, ao projeto presidencial de nova reeleição só resta tentar anular, com manobras "legais", alguns dos principais candidatos e realizar um grande esforço, num quadro de grave crise econômica, para incrementar o gasto público e atenuar, pelo menos em parte, as demandas de emprego e de melhoria salarial.

A oposição parlamentar ao governo de Alberto Fujimore, onde se encontram representados alguns dos chamados partidos tradicionais, tem uma pequena margem de jogo político. A razão é que os principais adversários eleitorais de Fujimore (Andrade e Castañeda) não têm representação no Parlamento. Acrescente-se a isso que os resultados das últimas eleições municipais foram ampla-

mente desfavoráveis para os partidos com representação no Congresso.

## II . Resultados municipais: conseqüências políticas

Em outubro passado se realizaram as últimas eleições municipais a nível nacional. No Peru existem aproximadamente dois mil municípios, entre distritais e provinciais. Os distritais são aproximadamente 1.800 e os provinciais, 200. Esses últimos incluem os primeiros. Além disso, existem grandes diferenças entre um município distrital da província de Lima, como San Juan de Lurigancho, com uma população de 700 mil pessoas, e um município distrital rural, que pode ter apenas algumas centenas de habitantes. Segundo a Constituição, o período de mandato é de cinco anos, sendo que desta vez a eleição foi por um período transitório de quatro anos.

Um fenômeno semelhante ao das eleições presidenciais, quanto à deterioração dos partidos, pode ser observado nas eleições muni-

**Quadro III - Eleições Municipais (Votação nacional) <sup>(1)</sup>**

PARTIDOS	1980	1983	1986	1989	1993	1995*	1998
Acción Popular (AP)	3,5	17,5			12,3		4,1
Partido Popular Cristiano (PPC) <sup>(2)</sup>	11,1	13,9	14,8		5,3		
Frente Democrático (Fredemo)				31,6			
APRA (PAP)	22,5	33,1	47,6	19,7	11,7		7,1
Izquierdas	23,3	29,0	30,8	20,3	4,5		
Independientes	7,4	6,7	7,8		66,3		26,6
Somos Perú							36,6
Cambio 90/Vamos Vecino <sup>(3)</sup>							25,4
Unión por el Perú (UPP)							0,2

Fonte: Jurado Nacional de Elecciones

1. Não estão contabilizados os votos brancos e nulos

2. Nas eleições municipais de 1995, exceto a Acción Popular, que não conseguiu mais de 2,5% dos votos, e Cambio 90, em Lima, no resto do país todos os candidatos foram independentes. Candidatos da Apra participaram encabeçando listas também chamadas de independentes.

3. Em outubro de 1998, data das últimas eleições municipais, o governo preferiu apresentar-se, ainda que não oficialmente, através de um movimento independente chamado Vamos Vecino.

cipais. Basta ver a evolução do voto entre 1980 e 1998 (ver quadro III). Novamente, pode-se constatar como também aí os partidos perderam grande espaço. As organizações políticas vencedoras nas eleições municipais são independentes (como expressão da extensa fragmentação vale dizer que a grande maioria só apresentou candidatos em uma das duas mil circunscrições eleitorais municipais) das fileiras do governo e de Somos Peru (movimento do prefeito de Lima).

O quadro IV mostra a votação em 21 capitais de departamento do país, que representam aproximadamente 80% da votação nacional. As conclusões mais importantes desses resultados são as seguintes:

- Na capital da República o grande ganhador foi Somos Peru. Seus resultados a nível nacional foram só regulares, principalmente por sua resistência em tratar de igual para igual os líderes independentes locais ou regionais e pela imposição de candidaturas com pouca popularidade. Os magros resultados de seu movimento nas províncias não indicam, como se constata nas pesquisas presidenciais, que Alberto Andrade não seja já uma figura nacional.

- O movimento Vamos Vecino, que representou o governo, ainda que não reconhecido formalmente, obteve resultados aceitáveis em especial nas províncias e, sobretudo, nos distritos mais longínquos e pobres do país. A percentagem obtida por Vamos Vecino nacionalmente é bastante próxima daquela que o presidente Fujimori obtém nas pesquisas de intenção de voto para o ano 2000.

- Os candidatos independentes – de diferente procedência: esquerda, Apra ou ligados às correntes governamentais – conquistaram uma importantíssima percentagem de votação e um número elevado de municípios. As lideranças independentes locais e regionais não estão consolidadas nacionalmente. Por isso é difícil imaginar que, a curto prazo, possa surgir de seu meio algum potencial candidato presidencial com possibilidades de êxito. Sem dúvida, representam correntes de opinião

muito importantes, muitas delas críticas ao governo e também aos partidos. As alternativas presidenciais e parlamentares que se definirão nos próximos meses, em vista das eleições de 2000, deverão necessariamente levar esses grupos em conta para completar alianças e coalizões.

#### Quadro IV - Eleições Municipais - outubro, 1998

GRUPO POLÍTICO	Número de votos	%
Somos Peru	2 106 351	32,8
Vamos Vecino	1 462 901	22,8
Apra	411 216	6,4
Acción Popular	237 940	3,7
Independentes	1 533 495	23,8
Branco	386 470	6,0
Nulos	278 128	4,3
Impugnados	2 252	0,0
<b>Total</b>	<b>6 418 756</b>	<b>100</b>

Fonte: Apoyo Opinión y Mercado S.A.

- Os partidos chamados tradicionais (Apra e Acción Popular, por exemplo), assim como alguns que se formaram durante a década de 90 (como Unión por el Perú, de Javier Pérez de Cuéllar), obtiveram votações fracas. O Apra e a Acción Popular se converteram em forças basicamente regionais. O Apra ganhou em algumas províncias do norte do país e a Acción Popular em províncias da Amazônia. Para a UPP os resultados foram ainda piores: conseguiram ganhar só em duas províncias, das cerca de 200 que existem em todo o país. É necessário mencionar, outra vez, que o resto dos partidos opositores representados no Parlamento sequer apresentaram candidatos: uma clara demonstração de sua debilidade.

### III. Referendum frustrado: uma história paralela

Durante mais de um ano o Foro Democrático, articulação composta por opositores independentes e dirigentes de partidos políti-

cos, recolheu cerca de um milhão e quinhentas mil assinaturas com o propósito de convocar um *referendum* que dissesse “não” à vontade do presidente Fujimori de reeleger-se de novo.

A origem desse protesto reside no fato de que a Constituição aprovada em 1993 diz textualmente: “O mandato presidencial é de cinco anos. O Presidente pode ser reeleito de imediato para um período adicional. Transcorrido outro período constitucional, o ex-presidente pode voltar a se candidatar, sujeito às mesmas condições” (art. 112, Constituição Política do Peru).

No segundo semestre de 1996, a maioria do Congresso deu uma “interpretação autêntica” ao referido artigo constitucional: o engenheiro Fujimori pode voltar a postular a Presidência da República no ano 2000, posto que sua eleição aconteceu em 1990 sob a vigência de outra Constituição. Em consequência, a eleição de 2000 seria sua “primeira reeleição”.

Foi feito um apelo ao Tribunal Constitucional a propósito dessa decisão do Congresso. Por três votos e quatro abstenções, este tribunal determinou que o presidente estava inabilitado para participar das eleições de 2000. O Congresso, com uma maioria absoluta fujimorista, reagiu e, alegando razões questionáveis, destituiu os três membros do tribunal que haviam votado a favor da inabilitação. Nesse contexto político se iniciou o recolhimento das assinaturas.

O esforço do Foro Democrático não pôde ser concluído positivamente, ainda que tenha apresentado para a Oficina Nacional de Procesos Electorales (ONPE) as assinaturas solicitadas para convocar o *referendum*: o mínimo de 10% dos eleitores inscritos (mais de 12 milhões). A ONPE, depois de uma série de criticáveis manobras, não quis verificar as assinaturas na presença dos promotores do *referendum*. Finalmente, apresentou uma iniciativa legislativa ao Congresso argumentando que, segundo outras disposições, a convocatória a um *referendum* deveria ser feita através do Par-

lamento, onde a iniciativa deveria obter a aprovação de pelo menos 48 congressistas, do total de 120. O pedido não conseguiu número suficiente e simplesmente o *referendum* não seguiu adiante.

A posterior campanha de resistência cívica que o Foro Democrático tentou organizar não funcionou. Era muito difícil obter uma resposta maciça a nível nacional. A falta de organizações políticas nacionais se revelou, nessa ocasião, um claro déficit. De toda forma, o governo sofreu um novo golpe, e a

---

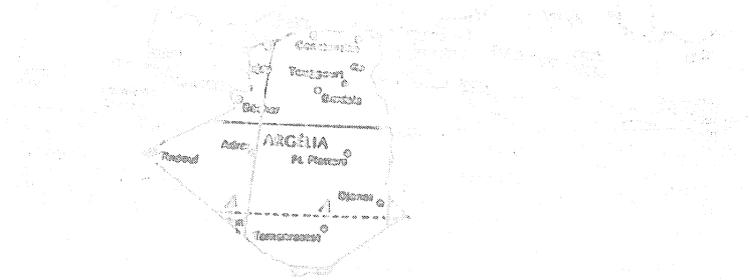
*A violação do estado de direito é constante, e a desaprovação entre os peruanos é, hoje, majoritária. Sem dúvida, ainda subsiste, nos novos e velhos grupamentos políticos, uma preocupante dificuldade para organizar e representar o sentimento opositor da maioria cidadã.*

---

credibilidade do sistema eleitoral caiu abruptamente na opinião da maioria dos cidadãos.

Em síntese, o esquema de gestão política inaugurado pelo fujimorismo continua prevalecendo no mundo da política, inclusive entre seus opositores. O regime fujimorista se debate em uma séria crise de credibilidade. Os empresários, por exemplo, um dos seus sustentáculos mais importantes, estão se afastando do governo. A violação do estado de direito é constante, e a desaprovação entre os peruanos é, hoje, majoritária. Sem dúvida, ainda subsiste, nos novos e velhos grupamentos políticos, uma preocupante dificuldade para organizar e representar o sentimento opositor da maioria cidadã. Em 2000, ano das eleições presidenciais, pode triunfar um candidato não fujimorista. Mas isso não garantirá o funcionamento institucional nem o respeito ao estado de direito, enquanto subsistir nas organizações políticas existentes eleitorais a dependência absoluta do humor e da opinião de seu chefe e fundador. •

# Argélia, campo de batalha da diversidade



**Sonia Kafi**

*“É preciso que nosso sangue queime e que nos incendiemos para que os espectadores se emocionem e para que, enfim, o mundo abra seus olhos não mais sobre os despojos mas sobre as feridas dos sobreviventes.”*

Kateb Yacine, escritor

Os sangrentos acontecimentos que conturbam a Argélia nestes últimos anos, e que parecem se prolongar indefinidamente, projetam para o exterior a imagem de um país isolado, mergulhado na guerra civil e sob o jugo dos islâmicos. A opinião internacional se surpreende e se desola por ver esse país, que parecia ter entrado na modernidade a partir de sua independência, afundar tão violentamente no obscurantismo e na violência.

O que se passa na Argélia atualmente não é nem um acidente nem um fato isolado. Os três países do Maghreb (Marrocos, Argélia, Tunísia) atravessam uma crise que evolui em ritmos diferentes segundo o contexto político e social. A situação é explosiva na Argélia em razão de seus antecedentes históricos e do agravamento da situação econômica. A pobreza e a exclusão social, cujas vítimas principais são os jovens, são um terreno favorável ao desenvolvimento do ódio em

relação a um poder envelhecido e a todo tipo de fundamentalismos, em particular o islamismo. A dimensão religiosa ocupa um lugar central nas sociedades do Maghreb. Além disso, o islamismo se apresenta como uma forma de resistência cultural à modernidade ocidental e à globalização.

### **Por que a crise atinge o Maghreb e em especial a Argélia?**

Do ponto de vista geopolítico e histórico, o Maghreb é o lugar onde se encontram o Ocidente e o Oriente. Verdadeira roda-viva, a África do Norte é uma região de passagem, de troca e de enfrentamento entre as correntes que a atravessam. Aí se desenvolveram e deixaram suas marcas grandes civilizações. Os fenícios, os gregos e, depois, os romanos fizeram da África do Norte um lugar culturalmente excepcional e um verdadeiro celeiro da Europa, tal a sua diversidade cultural.

Mas raramente o Maghreb foi uma região de grande estabilidade. Ainda que o entrosamento com os autóctones berberes tenha sido feito com relativa facilidade, uma boa parte da população tem uma lógica de resistência ao invasor e encontrou refúgio nos maciços montanhosos da atual Cabília. Sua rejeição ao cristianismo (introduzido no século II) se manifestou por uma guerra santa que durou meio século, entre os berberes das montanhas e os moradores da cidade partidários da Igreja latinizada.

Mil anos mais tarde, a chegada dos vândalos prepara o terreno para a conquista muçulmana, significando um golpe fatal na Igreja local e enfraquecendo consideravelmente a região. A invasão árabe iniciada no século VIII tornou-se uma reviravolta na história do Maghreb. O islamismo se propaga maciçamente e se implanta firmemente com o estabelecimento de populações árabes e a arabização de numerosas tribos berberes. O islamismo torna-se então a religião dominante.

— No século XV, diante das tentativas de

invasão de espanhóis e portugueses (e o retorno do cristianismo), depois da queda de Granada, os argelinos pedem proteção ao famoso corsário turco Kheireddine Barberousse. O reino otomano durará cerca de dois séculos.

No século XIX, chega na Argélia a colonização francesa, que se estenderá por cerca de um século e meio (1830-1962). Enquanto a Tunísia e o Marrocos são colocados sob o protetorado francês e podem conservar o seu governo, a Argélia torna-se receptora de colonos e seus fundamentos tradicionais se en-

---

*Traumatizado por esses movimentos de colonizações sucessivas e por numerosos episódios sangrentos, o Maghreb "islamisado" vive ainda esse temor inconsciente de uma nova reconquista!*

---

fraquecem. É destruída a maior parte de suas estruturas de organização e de economia tradicionais que permitiam às tribos administrar seus conflitos e enfrentar a fome. A maioria da população argelina é reduzida à escravidão e jogada em condições de pobreza e privações terríveis. O processo de descolonização se faz de maneira relativamente pacífica no Marrocos e na Tunísia, enquanto a Argélia só obtém sua independência à custa de uma guerra assassina.

Essa rápida síntese permite, de um lado, ter uma melhor compreensão da dinâmica e da pressão permanente que caracterizam o Maghreb depois de 3 mil anos, e de outro, ver que os conflitos que devastam a Argélia não são fatos acidentais. Eles podem ser interpretados como o resultado de uma confrontação permanente entre a influência ocidental e oriental. Traumatizado por esses movimentos de colonizações sucessivas e por numerosos episódios sangrentos, o Maghreb "islamisado" vive ainda esse temor inconsciente de uma nova reconquista!

---

## Nacionalismo árabe e socialismo

Na proclamação da independência, em 1962, é uma Argélia vazia de sua substância, empobrecida, iletrada e saqueada por um século e meio de presença colonial que precisa ser reerguida. Depois de três anos de luta fratricida entre líderes e de indefinição política que agrava a situação econômica, a Frente de Libertação Nacional (FLN), valendo-se de sua legitimidade histórica, conquista o poder. Em junho de 1965, Houari Boumédiène, comandando o exército de fronteiras, toma o poder e põe na prisão o presidente em exercício Ahmed Ben Bella, que permanece preso durante 15 anos. Os principais líderes que contribuíram para a libertação do país e que reivindicaram um sistema democrático foram afastados do poder e, mais tarde, exilados ou mesmo executados.

Na sua tentativa de redescobrir uma identidade própria, a Argélia entra na loucura do florescente nacionalismo árabe. O árabe é declarado oficialmente a língua nacional, e o islamismo, a religião do Estado. É lançado um enorme projeto de arabização, e professores islâmicos, pouco qualificados, são maciçamente recrutados no Oriente Médio. Essa escolha, no mínimo contestável, por um lado se inscreve na lógica de eliminação do fantasma colonial e da redescoberta de uma identidade aviltada e, por outro, revela uma obsessiva procura de coesão nacional passando pela uniformização da sociedade.

De uma só tacada, essa política imposta pelo poder elimina toda a diversidade tribal, lingüística e confessional que, no entanto, constitui a sociedade argelina. Boa parte da história e da cultura é apagada em função da tendência única e dominante. A existência de um só partido político, a FLN, e de um só jornal diário são os sintomas mais flagrantes. O poder erra ao crer que, proibindo a expressão de diferentes correntes políticas e da diversidade cultural, eliminaria o regionalismo e as reivindicações identitárias. O protesto maciço e violento da população berbere, em

1980, demonstra o contrário. O fato, conhecido sob o nome de Primavera Berbere, é duramente reprimido pelo poder.

Tentando reconstruir o país, a Argélia adota o socialismo russo como modelo econômico e social. A industrialização forçada e a importação de tecnologias são as primeiras etapas destinadas a marcar a entrada na modernidade. Ainda que a Argélia tenha sido consideravelmente beneficiada pelas vantagens do socialismo (acesso gratuito à educação, formação de quadros de alto nível, previdência social, emprego feminino, acesso gratuito ao sistema de saúde, água e eletricidade nas pequenas cidades etc), é preciso constatar que muitos dados sociológicos e culturais negligenciados precipitaram a derrocada desse modelo.

---

*De uma só tacada, essa política imposta pelo poder elimina toda a diversidade tribal, lingüística e confessional que, no entanto, constitui a sociedade argelina. Boa parte da história e da cultura é apagada em função da tendência única e dominante.*

---

A modernidade ocidental foi fruto de um longo processo de reforma de mentalidades e emerge depois de uma ruptura radical das sociedades européias com o sistema feudal. Na Argélia, infelizmente, a modernidade limitou-se somente à dimensão instrumental importada do Ocidente. A industrialização maciça trouxe consigo uma mecanização cara para a agricultura e um empobrecimento acelerado dos solos. Os ecossistemas das estepes foram fragilizados pela forte pressão exercida pelas tribos nômades sedentarizadas e pela mecanização. Também a construção de indústrias na proximidade das cidades provocou um êxodo rural maciço da população em busca de empregos assalariados. Isso levou ao abandono da agricultura e a um esvaziamento dos campos, em benefício das cidades e arredores.

Nem o setor agrícola nem o setor indus-

trial aproveitaram realmente essa mudança brutal. A Argélia importa atualmente cerca de 80% de suas necessidades alimentares. Os agricultores perderam o contato com a terra sem se tornarem operários qualificados. Os que permaneceram na terra se tornaram mais funcionários do Estado do que verdadeiros agricultores. Dando assistência contínua à população e priorizando a produção de gás e de petróleo e a importação de produtos de consumo, o Estado argelino fez da maioria de seus cidadãos uma população dependente com mentalidade clientelista.

### Islamismo e globalização

Depois da morte do presidente Houari Boumédiène (1978), seu sucessor – o coronel Chadli Bendjedid – fez a Argélia viver o melhor e o pior. O seu reinado começa numa aparente opulência, em razão do preço elevado do petróleo, ainda que a dívida externa atingisse US\$ 26 bilhões. A Argélia vive de suas rendas e dos empréstimos do FMI, importa produtos alimentares de luxo, constrói monumentos caríssimos, organiza grandes eventos (desfiles de moda, festivais e concertos musicais com estrelas internacionais etc).

Mas a situação econômica não melhora, o desemprego aumenta e o crescimento demográfico se acelera. A crise econômica se revela em toda a sua extensão com a queda do preço do petróleo. Os cofres do Estado estão vazios e as demandas de empréstimo se multiplicam, levando o país a aceitar a política de reajuste estrutural imposta pelo FMI. Os produtos de primeira necessidade não são mais subvencionados e o poder de compra cai brutalmente.

A distância entre ricos e pobres se acentua. A classe média, predominantemente composta de quadros administrativos, intelectuais e universitários, empobrece, enquanto uma nova classe pseudo burguesa emerge. A escala de valores é invertida, e o dinheiro é o único valor que importa. Para muitos argelinos, cada vez mais frustrados, todos os meios são lícitos (inclusive a corrupção e o desvio

de verbas). Cria-se uma economia paralela, dando margem ao contrabando (*trabendo*), rapidamente legalizado sob a égide da liberalização da economia de mercado. A competição e o individualismo são os novos valores necessários para o enriquecimento material e, por consequência, para o sucesso social.

A globalização subverte progressivamente a sociedade. Primeiro, penetra nos lares pela televisão, que veicula uma imagem ideal do modo de vida ocidental. Em seguida, mostra-se nas vitrines como um sonho inacessível ao argelino comum. Longe de oferecer reais perspectivas de emprego e lazer, a globalização contribui para o enriquecimento de algumas famílias e de uma parte da classe no poder que detém o monopólio comercial. Se para alguns constitui uma oportunidade de aproveitar os produtos da modernidade, para outros ela é vivida como uma forma de neocolonialismo.

Durante esse tempo, os movimentos islâmicos clandestinos, já bem organizados (altamente sustentados e financiados pelo

---

*Longe de oferecer reais perspectivas de emprego e lazer, a globalização contribui para o enriquecimento de algumas famílias e de uma parte da classe no poder que detém o monopólio comercial.*

---

Afeganistão, pela Arábia Saudita, pelo Irã e pelos militantes que viviam no estrangeiro), sabem tirar proveito da crescente desorganização popular. Eles preparam o terreno da vitória fazendo um verdadeiro trabalho social direto, distribuindo roupas, alimentos, material escolar, ajuda financeira e psicológica às famílias desfavorecidas e aos jovens desempregados e frustrados. As mesquitas aproveitam maravilhosamente a falta de estrutura social e o desengajamento do Estado em relação ao seu povo. Elas constituem não só um refúgio espiritual e afetivo, tornando-se rapi-

damente também o lugar privilegiado de recrutamento de militantes que irão engrossar as fileiras dos movimentos armados atuais.

### **Entre a modernidade e a tradição, uma escolha impossível**

Depois da independência, conviveram dois modelos distintos de sociedade, sem que a maioria dos argelinos pudesse se reconhecer totalmente neles: o modelo nacionalista árabe (que dará origem ao islamismo) e o modelo socialista substituído pelo modelo ocidental americano. Na realidade, a escolha paradoxal de querer ser simultaneamente árabe muçul-

*...os véus negros iranianos progressivamente substituíram o Haïk, véu branco tradicionalmente usado pelas mulheres; para os homens, os costumes afegãos e egípcios tornaram-se uma moda e um símbolo de islamização.*

mano tradicional e socialista refletia, antes de tudo, uma vontade de conciliar, no seio do poder, tendências incontornáveis e opostas de dirigentes formados, uns na escola socialista, outros na escola islâmica.

Ainda que as sociedades do Maghreb tenham adotado a aparência moderna (roupas, carros, tecnologia de ponta, literatura, lazer etc), elas não integraram certos valores positivos associados à modernidade, como a liberdade individual, laicidade, melhoria do estatuto das mulheres, liberdade de expressão etc. Uma dicotomia tradição/modernidade está cravada no seio da sociedade, que conhece uma crise de identidade. Progressivamente, são criadas relações de hierarquia entre os arabizados e os ocidentalizados, os homens e as mulheres, os muçulmanos e os não-muçulmanos, os rurais e os urbanos etc.

Essa relação binária exclusiva, pouco a pouco encravada nas mentalidades, procura

moldar implicitamente a personalidade argelina segundo o modelo patriarcal árabe-muçulmano, eliminando toda a característica ocidental portadora da lembrança colonial. Todas as outras sensibilidades, próprias da cultura argelina, são marginalizadas e até excluídas e ameaçadas. Por exemplo, os véus negros iranianos progressivamente substituíram o Haïk, véu branco tradicionalmente usado pelas mulheres; para os homens, os costumes afegãos e egípcios tornaram-se uma moda e um símbolo de islamização.

Em nenhum momento a modernização da sociedade foi pensada primeiro e antes de tudo como um progresso cultural intrínseco e necessário. Baseado em um trabalho retrospectivo sobre a história, seria necessário incluir uma reforma da tradição e do pensamento islâmico para se adaptar à especificidade do Maghreb e às exigências da época atual. A presença da mulher, em sua individualidade plena e transmissora de valores, poderia ser uma grande alavanca de progresso. A modernidade poderia ser tanto sinônimo de reavivamento e promoção das línguas locais (berbere, dialetos) e herdadas (francês, árabe clássico) como de valorização de mitos libertadores e crenças que constituem os fundamentos culturais das sociedades maghrebianas.

Como resultado, uma esquizofrenia cultural apareceu no seio da sociedade, que continua profundamente feudal e conservadora, mas usando atributos superficiais da modernidade. A Argélia só aprofundará sua crise tentando soldar duas dimensões fundamentalmente separadas, ao invés de procurar primeiro articulá-las e adaptá-las ao contexto argelino.

### **As mulheres: fonte de orgulho e de medo**

As mulheres estão entre as mais atingidas por essa esquizofrenia da sociedade. Elas foram as primeiras a se aproveitarem da brecha libertadora que foi o movimento pela independência. Tiveram um papel ativo na resistência

durante a guerra de libertação. Sua participação, igual à dos homens, lhes deu um certo *status* ao qual elas não querem renunciar. Algumas mulheres voltaram aos seus lares, esgotadas por sete anos de guerra sangrenta e com vontade de viver sua maternidade. No entanto, elas estavam confiantes em seus companheiros de luta e no futuro radiante que lhes daria seu país independente. Cada vez em maior número, elas investiram no mundo do trabalho. Infelizmente, aquelas que manifestaram o desejo de participar da vida política foram marginalizadas ou manipuladas. A Argélia independente rapidamente esqueceu suas mulheres e adotou como referência uma visão masculina da sociedade.

As mulheres sempre foram consideradas guardiãs dos valores tradicionais. A guerra de independência, que lhes abriu as portas da liberdade, foi um fato temporário. Logo em seguida, a sociedade, em busca de sua identidade imprensada entre uma tradição vacilante e uma modernidade estrangeira, buscou o controle das mulheres para preservar o que lhe restava de referências. A modernidade ocidental (e os instrumentos que são utilizados) é ainda percebida pela grande maioria como uma cultura de decadência e de deboche, em particular no que concerne às mulheres. Além disso, a presença delas nos espaços públicos foi sempre considerada pela sociedade um atentado à honra dos homens da família. Toda a atividade fora do lar é geralmente relacionada a um ato de prostituição.

Em 1984, apesar de uma forte resistência feminina (inclusive de antigas combatentes) e da corrente progressista, foi adotado um Código da Família inspirado na lei islâmica, relegando as mulheres a um estatuto de menores por toda a vida e de inferioridade jurídica em relação aos homens. Uma anedota sinistra: em sessão da Assembléia Popular foi debatido longamente o tamanho do cassetete com o qual se deveria punir as mulheres (20cm)!

### Por que essa regressão?

O acesso das mulheres ao espaço público (antigamente reservado exclusivamente aos

homens) foi o primeiro passo em direção à emancipação e à autonomia, mas provocou, ao mesmo tempo, uma verdadeira crise de identidade sexual. A separação dos papéis, que se fazia antigamente em função da relação espaço privado/espaço público, perdeu toda a sua pertinência. Também ao provar a sua capacidade em assumir um papel produtivo, as mulheres conseguiram embaralhar referências de identidade sexual e provocaram uma



confusão nos homens, que se sentiram ameaçados na sua virilidade (*redjla*). É precisamente esse sentimento de ser destituído de seu papel e o medo de ver afundar esse modelo masculino tradicional que criou a violência atual em relação às mulheres e o recrudescimento institucional do sistema tradicional patriarcal. O crescimento do fenômeno islâmico encontrou uma parte de sua força nessa vontade de ocultar uma masculinidade ameaçada e humilhada pela modernidade.

## A democracia numa encruzilhada

No fim dos anos 80, um vento democrático soprou sobre os países do Terceiro Mundo e provocou mudanças significativas nas mentalidades e nas aspirações. Esse período marca uma mudança importante na sociedade argelina. O povo, amordaçado durante 30 anos, desiludido e faminto, se revolta em outubro de 1988. A revolta é sangrenta e faz centenas de mortos. Muitos cidadãos e ativistas políticos clandestinos foram presos e cruelmente torturados pelas forças da ordem. Essa revolta popular maciça levou, apesar de tudo, a resultados possivelmente inesperados. O presidente Chadli e seu governo, sob o choque de tal força de protesto, prometem reformas políticas, tais como a instauração da democracia, a legalização dos partidos políticos (inclusive os de caráter religioso) e das ONGs.

*Nesse clima de incertezas, o esclerosado poder se mantém inerte às dificuldades econômicas reais e à necessidade cada vez mais urgente de mudança.*

Nesse clima de liberdade sem precedentes no Maghreb nasce uma imprensa independente e pluralista, impulsionada por uma geração de jornalistas que traz sangue novo à expressão escrita. Reaparecem todas as forças políticas e organizações outrora clandestinas, como o movimento comunista, os trotskistas, os islâmicos (moderados e radicais), o movimento berbere, o movimento feminista. Outras organizações são criadas, como a dos ecologistas. São realizadas várias manifestações públicas, promovidas por diferentes partidos em prol de diferentes reivindicações. A cultura política começa a se desenvolver principalmente entre os jovens, graças à existência de uma imprensa

diversificada e livre. A introdução dos canais de televisão estrangeiros nos lares, se bem que reforçando certos aspectos da fascinação pelo Ocidente, ajuda a abertura para o exterior (pela grande quantidade de informações e debates) e impulsiona uma mudança social considerável, que leva cada vez mais a uma busca de transparência e de democratização.

Mas a democracia – novo conceito – fazia a sua aparição na sociedade argelina em um contexto de violência. Ela engajava a Argélia em uma revolução dolorosa, porque os fundamentos culturais de uma verdadeira democracia eram mínimos ou mesmo inexistentes. Sem dúvida, ela abre caminho para a expressão de uma diversidade de opiniões populares, mas permite também que reivindicações identitárias, sempre reprimidas, emergem com mais força. A democracia representava, para muitos argelinos, não uma chance histórica para construir uma sociedade moderna e pluralista, mas um campo de batalha onde há um acerto de contas, invertendo-se a relação de forças entre os ex-oprimidos e os opressores.

Nesse clima de incertezas, o esclerosado poder se mantém inerte às dificuldades econômicas reais e à necessidade cada vez mais urgente de mudança. Os partidos políticos, que grosso modo podemos classificar em três tendências (democrática, islâmica e governamental), fazem então uma campanha preparatória das primeiras eleições legislativas livres na história do país. Mas rapidamente fica claro que os islâmicos tinham uma vantagem muito grande nessa campanha em razão dos seguintes fatores:

– o primeiro está no trabalho de sensibilização e de apoio feito anteriormente pelos militantes islâmicos às populações urbanas e rurais, enquanto o discurso dos democratas tem muito pouca ressonância e se limita geralmente à esfera intelectual urbana;

– o segundo se deve à divisão dos democratas e sua falta de vontade de encontrar um consenso sobre um programa mínimo comum. Além disso, a maior parte deles focali-

za a sua luta sobre a causa berbere e a laicidade, dois elementos que ainda estão longe de obter a adesão da população árabe, que é majoritária;

– o terceiro elemento situa-se na simplicidade e na força da mensagem islâmica. Em uma crise de identidade, os islâmicos souberam levar ao povo uma certa dignidade e um sentimento de pertencer a uma comunidade que conheceu seu apogeu como civilização no

*A religião, que antigamente se limitava a uma prática individual, torna-se, à força de manipulação do imaginário, uma necessidade política para o renascimento da nação argelina decadente.*

passado e que desafia o neocolonialismo e o imperialismo americano (principalmente durante a guerra do Golfo). São várias as promessas de volta a essa idade do ouro, ao estabelecimento de uma justiça divina e de um futuro brilhante neste mundo e no outro para cada muçulmano. A religião, que antigamente se limitava a uma prática individual, torna-se, à força de manipulação do imaginário, uma necessidade política para o renascimento da nação argelina decadente;

– o quarto, mas não menos importante, é a vontade do povo de acabar com um regime corrompido e persistente. Uma boa parte do eleitorado vota a favor dos islâmicos não por convicção política ou religiosa, mas para punir um poder que se enriqueceu nas costas do país durante 30 anos e que o conduziu à beira do precipício.

A Frente Islâmica de Saúde (FIS) ganha, pois, o primeiro turno das eleições legislativas, para grande surpresa do poder, inconsciente de seu grau de impopularidade, e para espanto dos democratas.

Nesse meio tempo, os militantes islâmicos festejam sua vitória e começam a preparar

ativamente o segundo turno. Declarações públicas e discursos inflamados dos dirigentes insuflam as massas em busca de pontos de referência. O FIS prega a instauração de um Estado regido pela lei islâmica. A democracia, segundo os propósitos dos islâmicos, é um conceito ocidental em total contradição com os versos do Corão, que estabelecem a soberania de Deus. Rapidamente se propõe a volta das mulheres ao lar, para gerar bons muçulmanos e ao mesmo tempo resolver o problema do desemprego. Aquelas que passam na rua sem o véu são insultadas e mesmo agredidas. Nas mesquitas circulam listas com os nomes de democratas e comunistas que devem ser eliminados.

O presidente Chadli, que várias vezes fez favores aos islâmicos (principalmente favorecendo a votação do Código da Família), se apressa em negociar a divisão do poder com eles. Em janeiro de 1992, às vésperas das eleições, vendo seus interesses ameaçados e a democracia em perigo, o exército retoma rapidamente as rédeas, forçando a demissão do presidente e, ao mesmo tempo, anulando o segundo turno das eleições. Foi grande o alívio dos democratas e, sobretudo, das mulheres, que já imaginavam implantado um regime islâmico nos moldes iranianos.

Para substituir o presidente deposto, os militares chamaram Mohamed Boudiaf, um dos principais líderes da independência, afastado na época e exilado no Marrocos. Velho homem, íntegro e próximo do povo, ele soube, em alguns meses, levar esperança e ganhar a confiança de uma boa parte da população. Ele prometeu aos argelinos a tão esperada ruptura e se esforçou em executá-la, empenhando-se principalmente em dar um fim à corrupção e a levar a soberania ao povo. Sua linguagem franca, acessível, bem como sua humildade, lhe garantem uma grande popularidade. Infelizmente, seu discurso antiextremista e sua luta contra a corrupção serão feitos. O símbolo da esperança é brutalmente assassinado apenas seis meses depois de sua chegada à presidência e a Argélia chorará muito tempo por ele.

Durante esse tempo, o FIS conchama à insurreição e engaja seu braço armado, o GIA (Grupo Islâmico Armado), em uma guerra santa (*o Djihad*). Mais tarde, o GIA se dividirá em outros grupos opostos que escaparão progressivamente do controle dos dois líderes do FIS, Abassi Madani e Ali Benhadj. Estes acabam presos e condenados a doze anos de reclusão. Depois começa a espiral da violência, que fez pelo menos 150 mil vítimas até o presente. Os grupos armados atacam primeiro os intelectuais, as mulheres e os artistas, símbolos de ocidentalização e de decadência, depois os símbolos do Estado (funcionários, policiais, escolas, trens, ônibus etc). Se muitos estrangeiros foram assassinados (à guisa de represália aos estados que apóiam o po-

Zeroual, radicaliza seu discurso em relação aos islâmicos. Mesmo assim, temos direito de nos interrogar sobre a real vontade do poder argelino de pôr fim ao conflito com os grupos armados. A atual situação de terror parece, estranhamente, servir aos interesses dos dois campos. Para o poder, ela permite conseguir consideráveis fundos da comunidade internacional no quadro da luta antiterrorista e, também, fazer com que a população engula a amarga pílula do reajuste estrutural imposto pelo FMI. Para os islâmicos engajados na guerrilha, cuja maior parte não tem futuro, a economia de guerra que se formou contribui consideravelmente para seu enriquecimento pessoal, seja por vias indiretas ou por acordos com certos comerciantes e empresas do setor privado.

Atualmente está claro que, se ao menos a situação econômica e política do país tivesse sido gerida com mais transparência, garantindo um mínimo material, um pouco de dignidade, de liberdade e de justiça social aos argelinos, a atual tragédia poderia ter sido evitada e a transição para a democracia poderia avançar com menos violência.

*Os argelinos e as argelinas têm necessidade de redescobrir a história da qual foram destituídos. Desejam sair dessa amnésia forçada, que tanto fragilizou a sociedade e que a desvalorizou aos olhos dos outros povos.*

der argelino), agora são as populações do interior que pagam o alto preço dessa guerra.

Atualmente, é difícil conhecer as causas exatas desses ataques dos islâmicos contra os habitantes do interior. Quando os grupos armados se formaram, foram beneficiados por um significativo apoio eleitoral de parte da população, que via no seu engajamento uma luta legítima. Mas, diante das atrocidades de seus atos em nome do islamismo e de suas exigências materiais cada vez maiores, as populações começaram a duvidar de sua boa fé e pararam de apoiá-los. Isso provocou, de um lado, a cólera dos islâmicos, expressa nos recentes massacres, e, de outro, uma atitude cautelosa do exército. Este não reagiu a tempo para protegê-las, com medo de cair em uma armadilha, além de acusar a população de haver apoiado os islâmicos.

Após várias tentativas de negociação terem abortado, o presidente atual, Liamine

### **A aposta: uma sociedade pluralista e democrática**

A Argélia, país nem islâmico nem resolutamente democrático, permanece mergulhada em suas contradições. Enquanto os massacres continuam, uma rápida mudança social está acontecendo na sociedade. Os jovens são relativamente politizados e lêem mais jornais que antigamente. Apesar de tudo, existe uma visão dinâmica da sociedade, e é maior a disposição para a livre expressão durante os encontros e as discussões. O espírito crítico se desenvolve, a literatura se intensifica, e o humor argelino faz sucesso. A criatividade musical e a vitalidade da poesia popular fazem com que se fale da Argélia em escala internacional.

As mulheres sem véu continuam a ir ao seu trabalho. Corajosas, elas são respeitadas

nas ruas das grandes cidades e são cada vez mais encorajadas por suas famílias a trabalhar para ajudá-las e para conseguir autonomia. Os casamentos ainda são celebrados com fervor e servem para liberar as famílias. Os cafés, os restaurantes e outros locais de lazer estão cheios de jovens e de casais que procuram um lugar respirável. No litoral, as praias são invadidas todos os verões pelos jovens e pelas famílias.

Apesar das reais dificuldades materiais e do horror cotidiano da guerra, esta atitude da sociedade argelina exprime a grande vitalidade da cultura alegre que a caracteriza e uma formidável capacidade de resistência face às forças retrógradas e ao obscurantismo. A Argélia é um país maghrebiano, com uma cultura mediterrânea e saariana feita de tolerância e de celebração da vida, de hospitalidade e de calor humano.

Os argelinos e as argelinas têm necessidade de redescobrir a história da qual foram destituídos. Desejam sair dessa amnésia forçada, que tanto fragilizou a sociedade e que a desvalorizou aos olhos dos outros povos. Eles procuram superar a visão maniqueísta que dividiu a sociedade e desejam, apesar de tudo, reencontrar sua identidade. As mulheres argelinas estão à frente dessa luta pela diversidade e pela vida.

Atualmente, 65% da população argelina têm menos de 25 anos. Essa força extraordinária quer um emprego e está em busca de referências e de dignidade. Os jovens se sentem no direito de questionar livremente os mais velhos e os dirigentes. Eles querem construir uma sociedade igualitária, com uma visão que lhes é própria, e querem acabar com a cultura da violência e do arbítrio. Apesar de a Argélia ter perdido sua chance histórica em 1962, quando poderia ter germinado os grãos de uma sociedade plural e democrática, ainda é tempo de preparar o terreno de uma sociedade mais justa e mais aberta para a geração jovem.

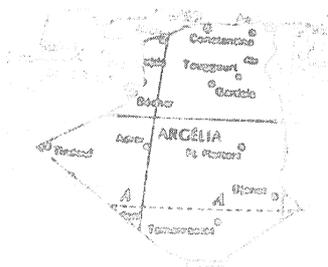
Não podendo mais contar unicamente com a assistência do Estado, a população começa a tomar conta de si própria e a procurar so-

luções para os problemas que encontra. Foi assim que nasceram várias organizações não-governamentais de caráter social, ecológico ou humanitário, que começam a acumular experiência. Apesar de relativamente jovem, o movimento associativo argelino parece promissor. As ONGs estão destinadas, no futuro, a ter um grande papel de mediação entre a sociedade civil e os poderes públicos. Elas serão, certamente, um suporte de expressão e de construção de uma verdadeira cultura local da democracia.

É necessário desenvolver locais de informação, de debates e de trocas, assim como multiplicar as possibilidades de expressão física, cultural e artística para a sociedade civil. Esses espaços de expressão democrática poderão ser uma alternativa para reforçar as capacidades dos jovens e abrir seus horizontes em relação a projetos mobilizadores e a outras culturas. Esse último aspecto é essencial, pois permite um enriquecimento através do contato com os outros e, ao mesmo tempo, constitui um verdadeiro espelho de sua própria cultura.

A sociedade argelina está na via da democracia? É uma questão difícil. O certo é que as mudanças importantes que estão acontecendo com extrema dor na Argélia só podem ser o sinal de um avanço positivo. Apesar dos numerosos obstáculos para o desenvolvimento de uma democracia participativa e de uma sociedade pluralista, parece claro que o caminho em direção à liberdade e à dignidade reencontra seu traçado, pouco a pouco. Essa progressão é lenta, mas segura. E é irreversível! •

(Tradução: Lourdes Grzybowski)



# Mídia: o desafio de conciliar mercado e ética

Carla Rodrigues

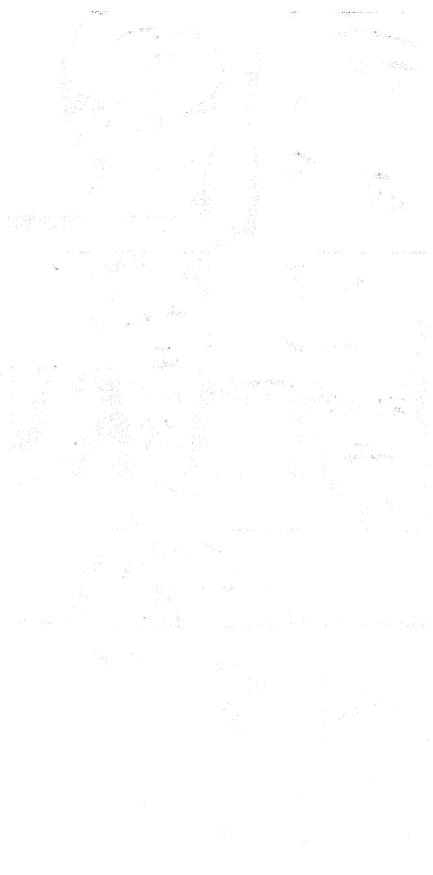
Existe na sociedade um clamor por uma mídia mais ética, mais comprometida com os interesses públicos e menos mobilizada pelo escândalo que rende manchetes fortes e venda fácil. Mas ainda não existe na sociedade a consciência de que o poder de estabelecer valor à ética e à credibilidade está nas mãos da própria sociedade: de nada adianta clamar por ética se não houver interesse em comprá-la na banca todas as manhãs.

Pode a mídia tornar-se mais permeável ao seu público, menos fechada nos seus próprios interesses (muitas vezes tão corporativos quanto os que critica em outros grupos), mais sensível a esta demanda de ética?

Um dos pontos intrincados do debate é o fato de que jornais e emissoras de TV são empresas que sobrevivem do lucro que obtêm no mercado, mas ao mesmo tempo desenvolvem atividade pública de informação à sociedade e formação de opinião. Como conciliar, então, a busca pelo lucro com os interesses públicos que precisam ser contemplados pelos meios de comunicação? Atribuindo valor de mercado à ética e à credibilidade da informação. Esta, no entanto, é uma tarefa que deve partir da própria sociedade.

Na mídia americana, por exemplo, já se pode perceber o reflexo da mudança de comportamento dos leitores e telespectadores: recentemente, o veterano jornalista Peter Arnett, da CNN, teve que pedir desculpas

em público por ter feito acusações falsas contra o governo americano; um repórter da revista *The New Republic* foi demitido por ter inventado 27 das 41 matérias que publicou. Dos episódios de repúdio do



público pelo comportamento da imprensa, o mais evidente é o caso Clinton: toda a cobertura do caso foi posta à prova, e condenada, pelo alto grau de denunciamento do noticiário e pelo julgamento do presidente americano nas páginas dos jornais.

Vale recordar o trágico episódio da morte da princesa Diana. Os

*paparazzi* que perseguiram a princesa foram acusados de causar o acidente, e os tablóides ingleses condenados pelo excesso de exploração da imagem de Lady Di. Os argumentos de defesa dos sensacionalistas foram: produzimos esse tipo de noticiário porque o público quer, tanto quer que compra. E, de fato, compra: os tablóides ingleses são sucesso comercial indiscutível, embora não signifiquem bom jornalismo, se concebermos bom jornalismo como uma atividade pública de difusão de informações úteis para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

É provável que nenhum de nós compre um jornal na banca que venha com este slogan tão politicamente correto quanto sem atrativos comerciais. Os defensores do lucro dirão que os leitores querem *gossips*, diversão, lazer, espetáculo. Que os bastidores da vida da princesa e as aventuras sexuais do presidente Clinton são assuntos que, postos nas páginas, configuram um noticiário diversificado e atraente que faz um jornal vender e ser lido por muitos.

Os defensores da ética dirão que os jornais devem ter responsabilidade pública, seriedade e isenção na veiculação das informações e consciência do poder que exercem na sociedade. É certo que, em menor ou maior grau, também é isso que os leitores procuram. Ou os jornais não

estariam em busca permanente de provar credibilidade, seriedade, compromisso com a notícia. Ou os jornais não estariam cada vez mais em busca de abrir canais de comunicação com seus leitores, a fim de saber exatamente o que o público espera encontrar nas páginas no dia seguinte.

O que dirão os defensores da conciliação entre ética e lucro? Aceitarão que é imprescindível vender, mas reconhecerão que vender sem valorizar a ética é suicídio, que a concorrência se intensificará de tal forma que será a atitude ética que fará a diferença entre um jornal e outro, que a credibilidade e a confiança causarão impacto sobre os resultados comerciais de forma cada vez mais intensa, que a capacidade de ouvir os leitores e fazer do noticiário reflexo dos anseios do público será

determinante para o sucesso.

Ainda desconhecemos todas as conseqüências da chegada da Internet às nossas vidas. Mas é certo que o caráter democrático da rede influenciará o comportamento do leitor, a quem a Internet oferece a possibilidade de deixar de ser passivo consumidor para tornar-se, ele também, produtor e difusor de informações. No Brasil, esse universo ainda é restrito, mas só tende a crescer com a queda dos preços dos equipamentos e a melhoria no acesso às linhas telefônicas. Na Catalunha existe um diário *on line* criado a partir da Internet que nunca teve versão impressa e já é o segundo maior jornal da região em número de leitores.

Quando comparamos uma publicação *on line* com o jornal feito de papel e tinta, a primeira conseqüên-

cia que nos vem à mente quanto à mudança do método de trabalho é a redução dos custos (ou o aumento do lucro). Mas a experiência do diário da Catalunha indica que a primeira mudança aconteceu no comportamento dos jornalistas: postos a conversar via Internet com seus leitores, foram obrigados a rever todos os processos de produção de notícia que conheciam até então. Hoje os leitores participam das reuniões de pauta, dão sugestões, fazem críticas, questionam as matérias. Não será este o caminho para conciliar ética, liberdade e mercado?

*Carla Rodrigues é editora da publicação on line Revista do Terceiro Setor. Foi assessora de imprensa do IBASE e editora em O Dia e no Jornal do Brasil*

## Mulheres recicladoras: um fugaz convite à vida!

Nilton Bueno Fischer



Desejamos, neste artigo, estabelecer uma conexão entre o leitor e mulheres pobres da periferia urbana que trabalham em galpões de reciclagem de lixo. Partimos da hipótese de que a presença e a circulação, nas ruas de nossas cidades, de catadores, papeleiros e carrinheiros – ou outros

que trabalhem com os restos do consumo urbano e doméstico – tornou-se tão normal e rotineira que produziu, entre nós, uma espécie de carcaça. Em outras palavras, aumentou exponencialmente nossa tolerância diante das paisagens reveladoras da exclusão social.

Em Porto Alegre, no Sul, completam-se 10 anos de uma prática social em que mulheres recicladoras se envolvem com moradores, voluntários, intermediários e o poder público, produzindo, de forma complementar, ações concretas de “geração de renda”. Essas 250 pessoas, na

maioria mulheres – distribuídas entre oito galpões de reciclagem abastecidos pela prefeitura local, a partir do Programa da Coleta Seletiva –, ainda são pouco conhecidas da população. É significativo que esse desconhecimento tende a tornar o programa, que é inovador e ambicioso, em mais uma política pública sem a radicalidade que poderia ter.

A prática social em andamento já provocou alguns importantes aprendizados. Como o fato de que, hoje, papeleiros e recicladores não são vistos necessariamente como “casos de polícia”. E a constatação de que, aos poucos, a geração de renda efetuada a partir do lixo se associa a uma perspectiva também ecológica.

Também o fornecedor da matéria-prima (o lixo doméstico) aprende: o cidadão comum, classificando diariamente o seu lixo em papel, plástico, vidro e lata, paulatinamente começa a relacionar seu gesto privado a uma perspectiva pública, ao tomar consciência de que está “antecipando” uma etapa do processo produtivo que ocorre nos galpões. Ao mesmo tempo, com menor intensidade, agrega-se a compreensão de uma perspectiva ecológica do reaproveitamento desses materiais, em vez de ficarem depositados nos insalubres lixões ao redor de suas cidades.

Para um futuro (que deveria ser imediato) ainda restam elementos a serem aprendidos, como a relação entre a lógica do ato de consumir e a lógica de uma economia da substituição, do descartável, como se a natureza tivesse infinitos recursos para essa reposição. Esse processo, entretanto, ainda está sub-representado na consciência dos cidadãos, tanto para esta geração como para as vindouras.

Há que se destacar, também, a

relação de aprendizado entre os agentes de mediação e as recicladoras: elas, aos poucos, conhecendo melhor esses agentes; e estes aprofundando a compreensão das identidades e contexto em que se insere o processo de reciclagem. Estão incluídas nessa categoria todas as pessoas que interagem com essas mulheres: compradores, funcionários públicos, assessores, voluntários, representantes das igrejas, educadores e pesquisadores.

Ao longo desta década de trabalho, muitos desistiram da presença mais ativa junto aos galpões, mas outros, obstinadamente, permaneceram. Alguns, por dever de ofício, como é o caso dos representantes do executivo municipal e os compradores das matérias-primas; outros, por crença num processo profundamente humano que estaria se desenvolvendo especialmente junto às mulheres recicladoras. Aqueles que têm-se empenhado com mais assiduidade estão vinculados à origem dos galpões e sua relação com as comunidades eclesiais de base (CEBs).

Infelizmente, muitos educadores e pesquisadores considerados “progressistas” não conseguiram manter a continuidade, deixando inacabados alguns projetos de intervenção. Tendo acompanhado esse processo desde o início, consideramos importante chamar a atenção para dois aspectos que deveriam merecer mais estudo e reflexão:

a) a não apropriação da variável tempo por parte dos agentes de mediação; e

b) a insuficiente comunicação entre os produtores da matéria-prima e as mulheres recicladoras.

A variável tempo se refere basicamente à ausência de uma compreensão da complexidade dessa

prática social, pois, na pressa de mostrar resultados de aplicação imediata, após a presença/intervenção desses agentes, são colocadas palavras na boca das mulheres as quais, muitas vezes, as repetem sem saber o seu significado.

Quanto à insuficiente comunicação, refiro-me ao fato de que ao cidadão comum (produtor do lixo) faltam informações acerca de todo esse processo. Ele deveria ser melhor abastecido de dados a respeito de como as mulheres recicladoras estão aprendendo a ganhar seu salário; de como ele e elas, indiretamente, estão juntos na edificação da cidadania; e de como o serviço de reciclagem seria agilizado, se esses produtores classificassem melhor a matéria-prima em suas residências.

Mas por que aludi acima a “um fugaz convite à vida”?

Ora, a memória da cidade lembra a passagem de carrinheiros, papeleiros etc. E, se remete à idéia de “passagem”, é porque falta a conexão entre essa visão – tendo como cena esses atores sociais nas ruas – e suas ações econômicas nos galpões. Tal como o consumo, o descartável da embalagem se associa ao descartável do pobre, que sempre reaparece pelo corpo de um outro pobre, por um processo de substituição similar ao das mercadorias. Nesse caso, porém, significa o desaparecimento de uma outra embalagem: o corpo humano. A aposta que se faz é de que o “fugaz” não seja mais uma forma de rotina, mas o anúncio de um homeopático processo de solidariedade construído entre esses atores tão diversos.

*Nilton Bueno Fischer trabalha no Department of Educational Policy Studies, College of Education, Universidade de Illinois, USA*

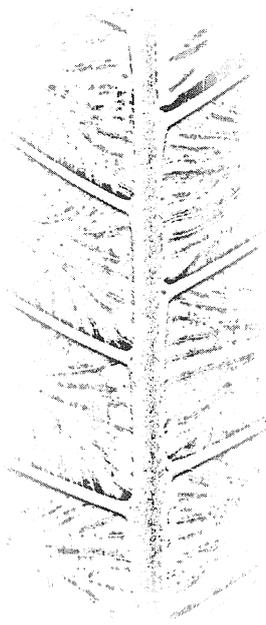
# Cultivos transgênicos e cidadania

Beatriz M. A. de Heredia e  
Renata Menasche

O tema dos cultivos transgênicos se insinua, por parte daqueles que os defendem, como sendo o próximo e inevitável passo no processo de modernização da agricultura brasileira, capaz de colocar o país em lugar de maior destaque no panorama mundial, especialmente no que se refere ao mercado internacional da soja.

Os cultivos transgênicos são resultado das modernas técnicas da engenharia genética, que permitem que genes sejam retirados de um organismo e transferidos para outro. Esses genes “estrangeiros” quebram a seqüência de DNA – que contém as características de um ser vivo – do organismo receptor, que sofre uma espécie de reprogramação, tornando-se capaz de produzir novas substâncias. Esses são os chamados transgênicos, ou organismos geneticamente modificados (OGMs).

O principal risco da disseminação dos cultivos transgênicos está na distância que há entre a complexidade dos seres vivos e o patamar alcançado pelo conhecimento científico. No caso da soja, por exemplo, os cientistas estudaram apenas 0,02% do genoma desse organismo, o que indica que, na manipulação genética que tem por objetivo conferir à planta a resistência ao herbicida Roundup (é essa a única novidade da soja transgênica, a substituição de vários herbicidas por um único produzido pela Monsanto, não havendo qualquer



ganho em produtividade da cultura ou no valor nutricional do grão), podem estar sendo modificadas outras características do organismo.

Foi o que aconteceu em 1989 no Japão, onde, para a produção de um suplemento alimentar, alterou-se geneticamente uma bactéria natural visando à produção mais eficiente de triptofano. A manipulação fez a bactéria produzir uma substância altamente tóxica que só foi detectada quando o produto já estava no mercado. Adoeceram 5 mil pessoas, 1.500 ficaram inválidas e 37 morreram.

Entre as possíveis conseqüências dos cultivos transgênicos estão o empobrecimento da biodiversidade,

na medida em que essas plantas modificadas geneticamente podem interagir no meio ambiente com as variedades naturais; a eliminação de insetos e microorganismos benéficos ao equilíbrio ecológico; o aumento da contaminação dos solos e lençóis freáticos, devido ao uso intensificado de agrotóxicos; e, ainda, o desenvolvimento de plantas e animais resistentes a uma ampla gama de antibióticos e agrotóxicos. Com relação à saúde humana, o aparecimento de alergias provocadas por alimentos geneticamente modificados; o aumento da resistência a antibióticos; e o aparecimento de novos vírus, mediante a recombinação de vírus “engenheirados” com outros existentes no meio ambiente.

É necessário enfatizar que, caso algumas dessas conseqüências negativas da engenharia genética ocorram, será impossível controlá-las, pois, diferentemente dos poluentes químicos, os OGMs, por serem formas vivas, são capazes de sofrer mutações, se multiplicar e se disseminar no meio ambiente. Ou seja, uma vez aí introduzidos, não podem ser removidos.

Na Europa, pesquisas de opinião têm evidenciado a rejeição da população à produção e consumo de alimentos transgênicos. Em conseqüência, companhias produtoras de alimentos e redes de supermercado têm buscado fornecedores “OGM free”, e governos, amparados no prin-

cípio de precaução (que tem como elementos a cautela diante de incertezas científicas e o uso de processos democráticos na adesão e observação do princípio, inclusive o direito público ao consentimento informado), têm adotado medidas restritivas, como proibição do cultivo e obrigatoriedade de segregação e rotulagem dos alimentos transgênicos.

Enquanto isso, no Brasil, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que tem a função de examinar a segurança dos organismos geneticamente modificados, já deu, em pouco mais de dois anos, mais de 300 pareceres favoráveis à liberação de organismos geneticamente modificados no ambiente brasileiro. Aprovou, também, baseando sua análise exclusivamente na documentação fornecida pela própria Monsanto, a soja Roundup Ready, objeto do primeiro pedido para uso em escala comercial – que ainda não foi implantado apenas porque o Ministério da Agricultura foi impedido de autorizá-lo por uma liminar concedida pela Justiça a entidades ambientalistas e de consumidores e suspensa em 27 de novembro de 98.

O caso da soja é exemplar para a compreensão do que está em jogo na disputa sobre os transgênicos, e do lugar do Brasil nessa disputa. São três os grandes produtores mundiais de soja: Estados Unidos, Brasil e Argentina, que detêm 90% da produção mundial. Entre esses países, o Brasil é o único em que a produção de soja geneticamente modificada ainda não foi implantada, sendo que 90% da produção brasileira tem como destino a Europa.

A Monsanto é a maior produtora de herbicidas do mundo e a mai-

or empresa norte-americana do ramo de sementes e biotecnologia. No Brasil, após a aprovação da Lei de Cultivares, que instituiu o monopólio privado da propriedade das variedades vegetais no país, a Monsanto comprou várias empresas, consolidando sua supremacia entre as produtoras de sementes no país.

Para a Monsanto, a rápida aprovação da soja transgênica no Brasil é questão chave em sua estratégia mercadológica: somente assim conseguirá impor seu produto aos consumidores europeus. E uma vez quebrada a resistência através da soja, o caminho estaria livre para qualquer outro alimento modificado geneticamente.

Para o Brasil, a contaminação da produção pela soja transgênica vai significar perda de biodiversidade, escravização dos agricultores às sementes de soja vendidas com exclusividade pela empresa (os grãos produzidos são sementes estéreis) e a desvalorização da soja brasileira – a tendência é que a soja convencional obtenha melhores preços no mercado internacional, havendo atualmente referências de preços até 50% maiores da soja convencional em relação à soja transgênica. Mas, mesmo que se consiga impedir a implantação dos cultivos transgênicos no Brasil, não estaremos livres de suas conseqüências se não for também impedida a importação de alimentos geneticamente modificados.

A soja brasileira, não transgênica, é exportada para a Europa, atendendo à demanda dos cidadãos daquele continente. Mas, então, qual é a soja que se consome em nosso país, lembrando que é componente de 70% dos alimentos processados? Já estamos consumindo soja transgênica, uma vez que a soja aqui consumida é importada dos EUA, seu maior produtor!

Mais uma vez se assiste àquilo que a experiência já demonstrou que ocorre quando a Europa fecha seus mercados a determinados produtos: eles são vendidos a menores preços, se necessário, “favorecendo” o consumo dos países pobres – maiores mercados consumidores. É assim que a América Latina tornou-se receptora de lixo industrial; de tecnologia contaminante, exportada pelos países do Norte para os nossos países; de produtos como os agrotóxicos, produzidos lá para serem consumidos aqui; ou ainda de casos como o leite de Chernobyl.

É no contexto de uma ordem produzida pela globalização e sobre as cidadanias diferenciadas dos povos, correspondentes ao lugar que lhes é atribuído nessa nova ordem, que se insere o debate dos transgênicos. Daí a importância das denúncias das entidades da sociedade civil; ou iniciativas como a de algumas prefeituras do interior do Rio Grande do Sul, que têm se proposto a desenvolver alternativas concretas ao cultivo da soja transgênica; ou o posicionamento do governo gaúcho eleito, que inclui em sua agenda a construção de um território livre de transgênicos no estado.

A sociedade brasileira tem o direito de ser informada e debater o tema. Ao governo brasileiro, caberia transformá-la em parceira nessas decisões. Isso é o que se espera de um processo democrático, respeitador da cidadania.

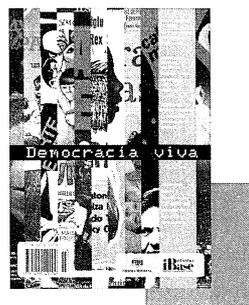
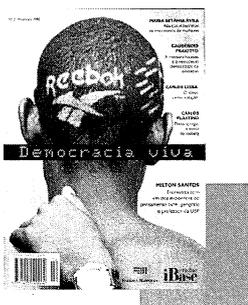
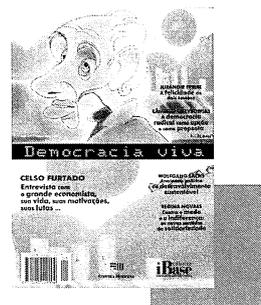
*Beatriz M. A. de Heredia é antropóloga e professora do IFCS na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Renata Menasche é assessora do deputado estadual Edivino Bohn Gass (PT-RS) e doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS*

# COMPLETE A SUA COLEÇÃO!

Como você sabe, **Democracia viva** é a revista das idéias, do debate, do pensamento. E está cada vez mais presente na consolidação da cidadania e das instituições democráticas do país. Para que sua participação nesses ideais seja ainda mais ativa, tenha todos os números de **Democracia viva** em sua casa!

Nesta oferta especial, você poderá comprar as três edições anteriores de **Democracia viva** por apenas **R\$ 20,00!**

## Você estará ganhando 16% de desconto sobre o preço de capa!



Ligue agora para **0800-17-2002** e faça já o seu pedido!

Oferta válida até 26.02.99 ou enquanto durarem nossos estoques.



**EDITORIA MODERNA**

**ASSINE HOJE E GANHE  
20% DE DESCONTO!**

## Democracia viva

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Escolas em que leciona	Matéria	Série	Grau

( ) Assinatura 1 ano (3 exemplares) - R\$ 19,20

( ) Assinatura 2 anos (6 exemplares) - R\$ 38,40

Forma de Pagamento:

( ) 1 pagamento à vista por cobrança bancária.

( ) Pelo cartão de crédito - Autorizo o débito conforme opção acima no cartão.

Nº: \_\_\_\_\_ Validade: \_\_\_\_\_ Tipo: Credicard ( ) Diners Club ( ) Visa ( )

Não use cola - Não use grampo



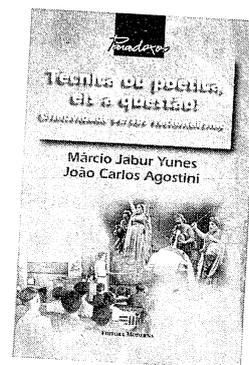
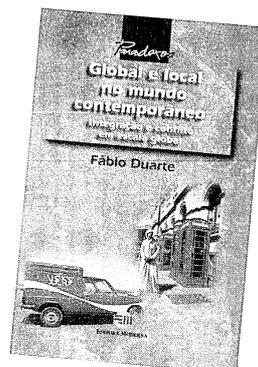
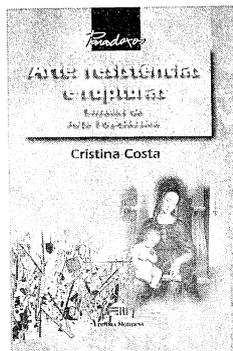
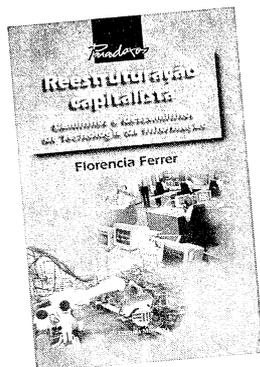
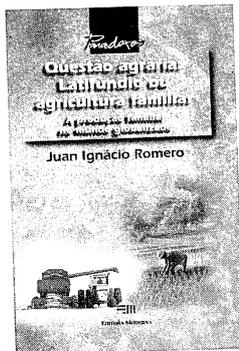
## VOCÊ JÁ SE COLOCOU DO OUTRO LADO?

Na atual fase da nossa história, transformações radicais nos obrigam a rever crenças, posições e determinismos.

Nesta época de incertezas, ambigüidades e contradições, a Editora Moderna lança a **Série Paradoxos**, com ensaios sobre a sociedade contemporânea. Interdisciplinares, atuais, questionadores, estes textos pretendem trazer informações, levantar questões e estimular o debate entre todos aqueles que, com o espírito inquietante desta

Pós-modernidade, acreditam que tudo pode ter dois lados diferentes de se ver.

### Conheça alguns títulos já lançados:



#### Série Paradoxos.

Nas melhores livrarias ou diretamente na Editora Moderna e seus representantes em todo o Brasil. Ligue: 0800-17-2002 • [www.moderna.com.br](http://www.moderna.com.br)



EDITORA MODERNA

## Democracia viva

A REVISTA DAS IDÉIAS.

**Democracia viva.**  
Cupom de assinatura.

ISR-40-1597 / 87  
U.P. Ag. Central  
DR / São Paulo

### CARTÃO-RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

**Editora Moderna**

05999-999 — São Paulo — SP



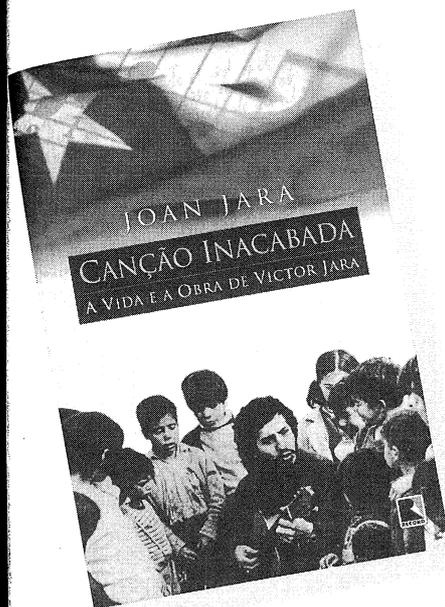
EDITORA MODERNA

Editando e distribuindo cultura.

Não use cola — Não use grampo

## Canção inacabada: a vida e a obra de Victor Jara

Joan Jara, Record, 1998. 366p.



“García Lorca está para Franco exatamente como Victor Jara para o general ditador Pinochet”, escreveu a editora Luciana Villas-Boas, lamentando o fato de ter sido necessário que os direitos para o cinema fossem comprados pela atriz inglesa Emma Thompson para que surgisse um primeiro interesse pela publicação de *Canção inacabada* entre nós. A comparação não é de todo exagerada, se levarmos em consideração que a importância desse artista chileno se irradiou por toda a América Latina, nos anos 70/80, transformando-o e a algumas de suas canções em símbolos de resistência às diversas ditaduras que dominavam o continente. É, pois, lastimável que, lançado na Europa em 1983, o livro tenha chegado ao Brasil com 15 anos de atraso.

É a vida/obra de Victor, em si, que Joan, sua mulher, escolhe como tema, como o título nos informa. Pouco a pouco, seguimos o caminho trilhado pelo jovem humilde, transformado em diretor de teatro talentoso e, sem bem o querer, reconhecido como o poeta-cantor daquela que seria a revolução latino-americana. Paralelamente, Joan nos conta sobre o país que adotou como seu, o Chile; sobre as condições em que vivia seu povo, dividido entre as *poblaciones* e os *bairros altos*; sobre as injustiças e os sonhos de igualdade. É assim que a história de Victor vai se misturando à dos antecedentes e bastidores da eleição de Allende. Depois, é a vez da experiência do poder finalmente conquistado pela Unidade Popular, a lenta construção do golpe anunciado e, finalmente, o processo de derrocada: a tortura e a morte de seres humanos e de esperanças.

Se editada nos primeiros anos da década de 80, a obra não só teria garantidos leitores de perfil bem definido, entre nós, como provavelmente suscitaria em todos uma reação apaixonada. Afinal, estaríamos a apenas 10 anos do golpe no Chile e da morte de Allende, em 11 de setembro de 1973, e do próprio Victor Jara, entre outros, quatro dias mais tarde. Mais: em 1983, muitos desses leitores talvez estivessem se preparando para lutar pelas Diretas-Já ao som de *Plegaria a un lavrador*, recordando os dias não tão distantes em que ter um pôster de Che ou ouvir canções de Victor poderia ser considerado tão “subversivo” quanto esconder um fuzil dentro de casa. Nesse caso, ganhariam nova luz tantas canções conhecidas em meio ao medo e haveria um sabor especial em reencontrar outras personagens igualmente essenciais na nossa memória afetiva

dos anos 70, como Violeta Parra, Quilapayún, Inti-Illimani, o próprio Neruda...

No entanto, a publicação chega até nós quando o nome e a obra de Victor, assim como a prisão de milhares no Estádio Nacional do Chile, geram no máximo um olhar interrogativo entre a maioria dos leitores da nova geração. Então, de que serviria a edição brasileira de *Canção inacabada*, se, além de supostamente fora de época, a autora não é exatamente uma literata, mas uma emocionada contadora de história, cuidadosa e honesta?

Se a aproximação emocional se torna embaçada, devido à passagem já de quase três décadas, por outro lado, empresta novas cores ao relato, permitindo uma visão mais crítica não só dos embates políticos no Chile mas, principalmente, dos caminhos e descaminhos da esquerda e da direita brasileiras. E esse distanciamento crítico se reforça e amplia com a própria situação internacional.

Essa expansão de significado não é causada apenas pela coincidência com o fato de, no momento em que escrevo, o “senador vitalício” Pinochet estar vivendo, em Londres, experiências sem dúvida inesperadas: a sua detenção para um possível julgamento sobre seu governo truculento no Chile e a discussão, pela Câmara dos Lordes, sobre seu direito ou não à imunidade. O que ganha o primeiro plano, neste início de 1999, tem mais a ver com o momento político internacional, com as crises sucessivas, com a desesperança que para muitos se instala. Mais ainda no nosso caso específico, em que a abertura das cortinas para o segundo mandato do nosso intelectual-presidente mostra a mascarada do Real se desdobrando em ópera bufa, escancarando a subserviência ao FMI e entregando o Banco Central ao proposto de um mega-especulador internacional.

Nesse cenário, o relato da ação da direita chilena, fermentando o golpe, ou o da esquerda, dividindo-se no poder, nos dá a sen-

sação de filme já visto. Mas, na verdade, o que mais nos atinge durante a leitura do livro não são as semelhanças e sim as diferenças em relação a nosso país. E a maior delas bem pode ser sintetizada em uma frase, extraída e anotada por Victor de um discurso durante uma manifestação de massas: “A casa é de vocês.” É Joan quem traduz o significado que a frase/lema teria para os chilenos então: “Finalmente chegara a hora do grande contingente de trabalhadores tomar posse do seu próprio país, ser responsável por ele e usufruí-lo.”

Sob o prisma da cidadania, é precisamente nos capítulos dedicados ao governo Allende que a obra dá mais o que pensar. É neles que Joan relata, de forma claramente emocionada, de um lado como se buscou efetivar e garantir essa “posse”; de outro, de que forma ela foi combatida e desestabilizada. É quando se revela, também, o papel desempenhado pela cultura nesse processo: o modo como os artistas e intelectuais chilenos dele participaram e como foram recebidos por aqueles que haviam sido, tradicionalmente, excluídos do mundo da arte e da informação.

Não tenho dúvida de que Emma Thompson conquistará corações e lágrimas ao viver, na tela, a jovem bailarina inglesa que se apaixonou pelo moço chileno, pobre, sonhador e visionário, e com ele abraça a luta por um Chile melhor. Mas, ainda que esse lado emocional, é acima de tudo pelo exemplo da defesa efetiva da cidadania política dado por Victor Jara e seus companheiros que *Canção inacabada* amplia seu universo de leitores. E se transforma em uma história que oferece dados importantes para uma reflexão sobre os caminhos da democracia, em geral, e sobre o papel que se esperaria fossem neles desempenhados por intelectuais e artistas, em particular.

**Tania Pacheco**

Editora da revista Democracia Viva

## Cinco séculos de Brasil

*Imagens & visões*

José Arbex Jr. e Maria Helena Valente Senise

José Arbex Jr.  
Maria Helena Valente Senise

**Cinco séculos  
de Brasil**  
Imagens & Visões

MODERNA

Estamos em plena fase de comemoração de cinco séculos de história: em 1992, o 5º Centenário da Descoberta da América, e, agora, os 500 anos de Brasil. Muitas obras têm aparecido sobre o assunto, o que cria um sério problema de escolha para os possíveis leitores.

Não tenho dúvida, no entanto, de que *Cinco séculos de Brasil - Imagens & Visões*, de José Arbex Jr. e Maria Helena Valente Senise, vai despertar uma grande curiosidade e um permanente interesse, plenamente justificados, não só pelo conteúdo, como pela forma original e atraente com que foi planejado.

Abarca os cinco séculos de nossa história, mas fugindo de uma narrativa convencional de eventos e enumeração de personagens, para se transformar no que eu chamaria de “retrato falado do Brasil”, pois os autores não pouparam esforços para ilustrar o texto com um impressionante e muito bem-escolhido conjunto de imagens.

Já contávamos, em nossa bibliografia, com o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, um estudo excelente, mas de natureza totalmente diversa deste livro. Aquele é uma profunda reflexão sobre a natureza do povo brasileiro, mas que não pretendeu ser um livro de História.

*Cinco séculos de Brasil - Imagens & Visões*, mesmo sendo um “retrato”, é outra coisa. Aqui acompanhamos ao vivo o desenrolar dos nossos 500 anos, através de uma verdadeira reportagem, de leitura instrutiva e atraente. Os dois autores obviamente conhecem bem nossa história, mas não se contentaram em escrever um texto erudito, de leitura agradável. Tiveram a idéia original de ouvir “o brasileiro comum”, das mais diversas regiões e camadas sociais, conseguindo com isso reunir uma amostragem significativa do que nosso povo pensa de si mesmo. Há de tudo: ufanismo, visão crítica, orgulho, desânimo, radicalismo e bom senso.

É um texto, enfim, que se lê com prazer e se conserva como boa fonte de informação.

Vai ser, certamente, um dos livros marcantes dentre os que vão compor a “Biblioteca do 5º Centenário”.

**José Mindlin**

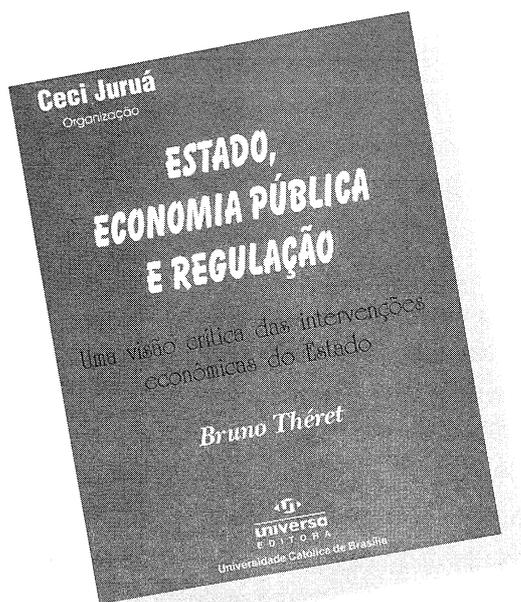
Empresário

## Estado, economia pública e regulação

*Coletânea de ensaios Bruno Théret*

Ceci Vieira Juruá (org.)

Universa, 1998. 176 p.



Não é fácil entender, e muito menos explicar, os mecanismos sociais que permitiram desestruturar o Estado brasileiro ao longo da década de 90. Principalmente porque o desmonte tem sido realizado de forma aparentemente democrática, isto é, por lideranças políticas eleitas pelo voto direto e universal, estimulando uma sensação de que as reformas neoliberais desfrutam do apoio popular. A perplexidade aumenta quando nos damos conta de que a atual política econômica pode reconduzir-nos a um status de nação colonizada, do qual havíamos pensado termos nos libertado há mais de meio século.

A coletânea de seis ensaios de autoria de Bruno Théret, professor da Universidade de Paris-Dauphine e diretor do IRIS/CNRS, oferece, por um lado, uma crítica aos modelos econômicos convencionais utilizados para analisar a ação econômica do Estado. Para Théret, o Estado não pode ser encarado como um “simples produto das necessidades do mercado (versão individualista neoclássica da economia política) ou do capital (versão holista marxo-keynesiana)”. Deve ser entendido como uma relação social de poder, um “princípio de organização de qualquer sociedade”, cuja compreensão requer um quadro teórico multidisciplinar e observações empíricas que permitam identificar “as normas e as regras efetivas, mesmo implícitas, que determinaram a consolidação de formas particulares de relacionamento entre o Estado e a economia capitalista de mercado”.

O livro também oferece ao leitor alguns conceitos e instrumentos preliminares ao entendimento da perspectiva regulacionista de análise do Estado, com ênfase na questão do imposto que constitui, para o autor, um elemento de transformação da produção em poder político – o que faz com que a análise do imposto ocupe um lugar central na compreensão dos vínculos entre o Estado como “construção política” e sua “infra-estrutura econômica”.

Ora, é justamente na análise do imposto que os estudos macroeconômicos são mais deficientes. É bastante comum, para economistas, somar impostos diretos e indiretos e apresentá-los como uma unidade que pode ser expressa pelo conceito de “carga tributária”. São poucos os profissionais preocupados com as diferenças entre os dois impostos, diferenças que extrapolam o campo técnico (custo e agentes de arrecadação, simplicidade etc) e desdobram-se em relações políticas e sociais que não consistem simplesmente na “percepção do contribuinte”. Mesmo o fato de os dois tipos de impostos, diretos e indiretos, receberem um tratamento distinto na Contabilidade Nacional não mereceu, até hoje, uma atenção especial por parte dos economistas. E é justamente nesse campo da tributação que o autor oferece ao leitor suas contribuições mais originais.



Particularmente relevante (e instigante) é a tese sobre a possibilidade de o capital metamorfosear-se em imposto, sempre que os valores arrecadados por meio da tributação sejam destinados à formação de capital constante ou variável, o que fica claro quando as finanças públicas são introduzidas no ciclo de reprodução do capital. Tratar o imposto não mais como um simples excedente retirado do espaço econômico para atender às necessidades materiais do espaço político, mas como uma metamorfose do capital, permite ao autor analisar a relação necessariamente ambivalente, de concorrência e de complementaridade, entre o Estado e a economia capitalista.

Enfim, trata-se de um livro destinado a todos os que procuram novas vertentes de análise, capazes de reconciliar a economia e a política, a economia e o social. Uma nova visão de sociedade onde não há "ordem natural", mas uma construção histórica dos espaços ou ordens que configuram uma topologia social, uma nova visão de Estado, relação social de poder, dotado de autonomia e de uma racionalidade distinta, voltada para a conser-

vação e a acumulação de poder, em relação de concorrência e de complementaridade com o espaço econômico.

O último capítulo oferece ao leitor uma análise dos mecanismos que permitiram a penetração do neoliberalismo na França e a sua instrumentalização política. Nesse ensaio, o autor chama a atenção para a necessidade de se estudar as particularidades nacionais do processo de sustentação do discurso político neoliberal, em razão das fissuras que esse processo pode gerar no interior do aparelho político-administrativo.

O prefácio de Theotônio dos Santos enfatiza que o livro de Bruno Théret permitirá entender que "o Estado não é uma superestrutura que reflete passivamente as forças econômicas, [podendo ser chamado a] ocupar um papel fundamental não só na regulação da ordem econômica como também no próprio processo de acumulação".

**Celina Vieira**  
Economista

**Eu quero ser amigo do Ibase**

• Forma de contribuição ( ) trimestral ( ) semestral  
 • Valor de contribuição  
 ( ) R\$ 30,00 ( ) R\$ 50,00 ( ) R\$ 100,00 ( ) Outro R\$ \_\_\_\_\_  
 • Contribuição eventual no valor de R\$ \_\_\_\_\_  
 • Dados pessoais:  
 Nome: \_\_\_\_\_ CIG: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
 Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_ Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Área de interesse: \_\_\_\_\_ Ocupação/Profissão: \_\_\_\_\_  
 Tomei conhecimento do Círculo de Amigos do Ibase através de: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Enviar para: Rua Visconde de Ouro Preto, nº5 - 7º andar -  
 Botafogo CEP: 22.250-180 - Rio de Janeiro, RJ - Tel: (021) 553-6097  
 Fax: (021) 553-3696 - e-mail: [ibase@ax.apc.org](mailto:ibase@ax.apc.org)

# A LINHA DA VIDA

**(021) 553-6097**



**iBase**  
 Instituto Brasileiro de Análises  
 Sociais e Econômicas



PUBLICIS - NORTON  
 Foto: Levindo Carneiro

A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia.

Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação, com toda autonomia e independência, das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras.

Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã.

Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas, dos argumentos, enfim...